



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

JONY CRISTAL PINHEIRO

**O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS PRÁTICAS CLIENTELISTAS
NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) POR MEIO
DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA**

**CAMPINA GRANDE/PB
2025**

JONY CRISTAL PINHEIRO

**O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS PRÁTICAS CLIENTELISTAS
NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) POR MEIO
DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso no modelo monografia, apresentado à Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela referida Universidade.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Orientadora: Prof.^a. Ma. Franciele da Silva Santos

**CAMPINA GRANDE/PB
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

Ficha catalográfica

P654s Pinheiro, Jony Cristal.

O serviço social no enfrentamento das práticas clientelistas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) por meio da dimensão pedagógica [manuscrito] / Jony Cristal Pinheiro. - 2025.

101 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação: Prof. Ma. Franciele da Silva Santos, Departamento de Serviço Social - CCSA".

1. Assistência social. 2. Proteção social básica. 3. Clientelismo. 4. Dimensão pedagógica. I. Título

21. ed. CDD 362.1

**ELABORADA POR MARIA ADARLENE ALMEIDA MARINHO - CRB - 15/329
BSCCSA**

JONY CRISTAL PINHEIRO

O SERVIÇO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DAS PRÁTICAS CLIENTELISTAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) POR MEIO DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social

Aprovada em: 13/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Liliane Santos Tobias** (**.156.714-**), em **01/07/2025 08:34:24** com chave **57026106566f11f090932618257239a1**.
- **Franciele da Silva Santos** (**.473.383-**), em **01/07/2025 05:26:34** com chave **198bef64565511f0b7c42618257239a1**.
- **Ingridy Lammonikelly da Silva Lima** (**.745.834-**), em **01/07/2025 20:06:56** com chave **1597915856d011f0ae3b1a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do
QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 10/07/2025

Código de Autenticação: 0a5c7a



Ao amado Deus, pela Fé e Coragem que me
Proporcionou nesta caminhada, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela coragem, força e fé que me proporcionou durante essa árdua caminhada do curso de Serviço Social. Os desafios que se apresentaram desde o primeiro período até o exato momento foram diversos e com várias particularidades que colocaram minha coragem e fé à prova. Só tenho que agradecer por chegar até a conclusão de um Curso Superior.

À minha pessoa, por ser corajoso, disciplinado, esforçado e de fé para enfrentar todas as barreiras, vitórias e derrotas em toda essa caminhada. Sentir orgulho de mim nesse momento é necessário, pois, somente a pessoa sabe como foi difícil chegar até a defesa do TCC. Orgulho é meu sobrenome.

Aos meus avós maternos (Francisca Leide de Lima e Francisco Gildo Pinheiro) por toda força emocional/financeira em toda minha trajetória como pessoa. Amo vocês e agradeço toda disponibilidade com minha pessoa. Agradeço a minha avó paterna (Luiza Minervina Mateus Pinheiro) e tia Helia pelo carinho, amor e contribuição em minha caminhada. As minhas tias de ambas as famílias Pinheiro/Cristal pela atenção e consideração pela minha pessoa.

A minha mãe (Francisca Gedileuza Pinheiro), embora fisicamente ausente, sinto sua presença ao meu lado, dando-me força e coragem de enfrentar todos os momentos difíceis. Sinto falta de suas ligações, preocupações e amor que sente por minha pessoa, e espero que me proteja daí de cima. Sei que você é a pessoa que faria de tudo por mim. A conclusão do Ensino Superior é pela senhora também. Prometo que irei em todos os dias da minha vida buscar maneiras de deixar você orgulhosa do filho que carregou por 9 meses em sua barriga. Te amo, Mamãe!

A minha madrinha/tia Geomacia, por toda força e alegria que proporcionou para mim e para nossa família. Nossa família sentiu muito sua partida, pois, sempre foi o membro da família que proporcionou alegria em nossos encontros familiares. Saudades.

Ao meu grande amigo Scobby (Cachorro), que morreu dia 26 de janeiro de 2025. Você está eternamente em meu coração, meu amigo leal. Sua amizade foi importante para diminuir a perda de Mamãe. Sempre lembrarei de sua lealdade e seu jeito carinhoso de ser. Te amo, Scobby.

À minha Família Pinheiro, por compartilhar tantos momentos felizes e tristes em toda nossa vida. Aos familiares ausentes e presentes, vocês foram e são cada um de sua maneira importante para o meu progresso enquanto profissional e ser humano. Agradeço.

Aos meus primos da Família Pinheiro (Érica, Mateus, Carlos Eduardo, Antônio Guilherme, Rennis, Michel, Micaelle Pinheiro, Eduarda Pinheiro, Rutiel e Ronichelle Pinheiro), por compartilhar a infância nas brincadeiras, alegrias, tristezas, encontros familiares etc. Vocês foram e são fundamentais na proporção de dias melhores em minha vida. Obrigado e espero que o companheirismo siga sempre entrelaçado em nossas vidas.

Aos meus amigos do Ceará, por toda paciência comigo durante todas as fases (Ensino Fundamental, Ensino Médio e momentos da vida). Agradeço pelo meu ciclo de amizade, que o valor da lealdade se faz presente, algo difícil nos dias de hoje. Um agradecimento especial para minha grande amiga Renata, por compartilhar, vivenciar e caminhar comigo durante toda minha vida, desde da Creche até os dias de hoje, e juntos superamos os desafios e barreiras que a vida impõe em nosso caminho. Você com certeza é uma boa amiga, te amo. Ao meu grande irmão de vida Werlyson, por ser paciente e leal comigo, valeu irmão. E todos outros amigos que tenho consideração do Monte-Grave (Elisângela, Naiara, Talyta, Géssica, Renato, Marcelo, Leandro, Tatiely, Makarius, Leimara, Denis Charles, Josy e os demais que considero). Aos grandes colegas e amigos de Irapuan Pinheiro (Gecinildo, Igor, Charles, Jefferson e demais), que tenho uma grande consideração.

Aos meus irmãos (Ana Paula e Leonardo), por ser minha força e âncora em muitos momentos. Amo vocês e muitas saudades. Agradeço ao meu pai Irio por cuidar tão bem dos meus irmãos. Que a vida nos proporcione encontros e muita saúde.

Aos meus amigos de Graduação, pela amizade e companheirismo durante esse desafio de concluir juntos o curso de Serviço Social. Foram muitos desafios e dias de dedicação pelo título de Bacharel. Sinto orgulho de cada um, e abraço especialmente aqueles da turma que tive uma maior aproximação. Aliás, até Padrinho me tornei nessa caminhada, isso é motivo de alegria. Sou padrinho de Pedro Rafael, filho de Mykaelle.

Aos colegas/amigos (Vinicius, Marcelo, Gabriel, Ruben e Emerson), que dividiram o Aluguel durante esse período da Universidade, vocês ensinaram muito durante esse período. Agradeço.

À minha orientadora do TCC, Franciele da Silva Santos, por toda dedicação e contribuição na construção do trabalho de conclusão do curso. Obrigado pelas correções, orientações e amizade durante esse período.

A Banca examinadora, pelas contribuições para me moldar enquanto futuro Assistente Social. Levarei comigo todos conselhos e orientações de professoras renomadas. Agradecimento especial a Professora Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, por me orientar no estágio I e II durante a graduação.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por fazer parte da minha vida durante esses 05 anos de graduação. Agradeço por toda estrutura e acolhida nesse tempo.

Aos professores do Curso de Serviço Social da UEPB, que contribuíram ao longo de 5 anos para minha formação profissional, por meio das disciplinas e debates. O departamento de Serviço Social conta com excelentes humanos e profissionais, Agradeço.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando foi necessário.

Ao CNPq E UEPB, pelas oportunidades de bolsas PIBIC/Extensão para minha dedicação exclusiva na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Aos colegas e amigos de vida que diretamente ou indiretamente contribuíram no meu crescimento enquanto pessoa e futuro profissional.

“Paulo Freire faz a defesa de uma pedagogia dialógica e emancipatória do oprimido, problematizante e participativa, em oposição à pedagogia da classe dominante, que é bancária e domesticadora. (Ele) Propõe a conscientização como forma do povo passar da consciência ingênua, mágica, para a consciência crítica e científica da realidade. O diálogo problematizador, para ele, se estabelece (-se) na relação horizontal, baseada na confiança entre os sujeitos, sendo, portanto, a essência mesma da educação como prática da liberdade”.

(Moacir Gadotti, 2012, p. 3)

RESUMO

O tema em discussão neste trabalho é o Serviço Social no enfrentamento das práticas clientelistas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) por meio da dimensão pedagógica. Os objetivos propostos se constituem em buscar compreender uma junção entre clientelismo na Assistência Social, na particularidade da proteção social básica, e a partir disso, as/os assistentes sociais em sua dimensão pedagógica pensar possibilidades de enfrentamento dessas práticas clientelistas imbricada nas relações sociais. A justificativa para discussão da temática se constitui como relevante na perspectiva de desvelar práticas clientelistas na proteção básica e evidenciar a importância da dimensão pedagógica do Serviço Social no desvelamento do clientelismo. O método utilizado é o Materialismo Histórico-Dialético, fazendo uma leitura crítica das relações sociais na sociedade capitalista. A metodologia utilizada foi por meio da pesquisa bibliográfica/documental, na perspectiva de proporcionar considerações aproximativas acerca do tema proposto, tendo uma abordagem qualitativa. Os resultados do trabalho final se permeiam em uma revisão bibliográfica acerca do clientelismo na proteção básica, e as possibilidades dos/as assistentes sociais por meio da dimensão pedagógica no desvelamento dessas práticas. Essa análise não é um esgotamento do objeto de estudo, mas, uma inquietação para futuras pesquisas. A partir desse trabalho é possível compreender a necessidade de desvelamento desse mecanismo político nas políticas sociais. O trabalho final se constitui em quatro capítulos. O capítulo um foi fazer uma análise da categoria trabalho em Karl Marx na compreensão das relações sociais na sociedade capitalista em sua totalidade. No capítulo dois buscou entender as lutas da classe trabalhadora e suas manifestações em prol de condições de vida e acesso aos direitos/políticas sociais, dando ênfase na promulgação da Constituição Federal de 1988 e na seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social). No capítulo três foi compreender a assistência social e sua interlocução no clientelismo, na particularidade da proteção básica. E no último capítulo, se constitui na história do Serviço Social e seu entrelaçamento ao clientelismo, e como resposta ao objeto de estudo deste trabalho, foi pensar possibilidades das/os assistentes sociais em sua dimensão pedagógica no CRAS no desvelamento dessas práticas clientelistas imbricada na proteção básica, visando conscientizar a própria categoria e todos sujeitos do CRAS na perspectiva de ressaltar os serviços como direitos e não como favores políticos. A politização é um caminho para conscientizar os sujeitos nas políticas públicas.

Palavras-Chave: assistência social; proteção social básica; clientelismo; dimensão pedagógica.

ABSTRACT

The topic under discussion in this paper is Social Service in confronting clientelist practices in the Social Assistance Reference Center (CRAS) through the pedagogical dimension. The proposed objectives consist of seeking to understand a connection between clientelism in Social Assistance, in the particularity of basic social protection, and from this, social workers in their pedagogical dimension think about possibilities of confronting these clientelist practices intertwined in social relations. The justification for discussing the theme is constituted as relevant in the perspective of revealing clientelist practices in basic protection and highlighting the importance of the pedagogical dimension of Social Service in unveiling clientelism. The method used is Historical-Dialectical Materialism, making a critical reading of social relations in capitalist society. The methodology used was through bibliographical/documentary research, in the perspective of providing approximate considerations about the proposed theme, having a qualitative approach. The results of the final work are permeated by a bibliographic review about clientelism in basic protection, and the possibilities of social workers through the pedagogical dimension in unveiling these practices. This analysis is not an exhaustion of the object of study, but rather a concern for future research. Based on this work, it is possible to understand the need to unveil this political mechanism in social policies. The final work consists of four chapters. Chapter one was an analysis of the category of work in Karl Marx in understanding social relations in capitalist society as a whole. Chapter two sought to understand the struggles of the working class and its demonstrations in favor of living conditions and access to social rights/policies, emphasizing the promulgation of the Federal Constitution of 1988 and social security (Health, Social Security and Social Assistance). Chapter three was to understand social assistance and its interlocution in clientelism, in the particularity of basic protection. And in the last chapter, it constitutes the history of Social Service and its intertwining with clientelism, and as a response to the object of study of this work, it was to think about possibilities of social workers in their pedagogical dimension at CRAS in the unveiling of these clientelist practices intertwined in basic protection, aiming to raise awareness of the category itself and all subjects of CRAS in the perspective of highlighting services as rights and not as political favors.

Keywords: social assistance; basic social protection; clientelism; pedagogical dimension.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A MATERIALIZAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO EM KARL MARX E OS ELEMENTOS CENTRAIS NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA DINÂMICA CAPITALISTA E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE.....	17
2.1	Uma análise da categoria trabalho nas reflexões marxistas pertinentes para compreensão na dinâmica capitalista	17
2.2	A permeabilidade do capitalismo nas relações sociais e seus impactos nos espaços, políticas sociais e na sociedade.....	25
3	SURGIMENTO DA POLÍTICA SOCIAL NO MUNDO E NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA, E OS ELEMENTOS CENTRAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NA PERSPECTIVA DE CONSOLIDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL (SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL).....	33
3.1	A sistematização das políticas sociais na sociedade pré-capitalista, liberalismo e na sociedade capitalista (Europa): Uma leitura da realidade na história.....	33
3.2	A discussão das políticas sociais na particularidade brasileira: Uma sistematização sobre Questão Social; Serviço Social; origem e desenvolvimento das políticas sociais; as lutas da classe trabalhadora nos anos 1980 e elementos do neoliberalismo nos anos 1990.....	39
4	A SISTEMATIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA MATERIALIDADE E A INTERLOCUÇÃO COM O CLIENTELISMO: UM APROFUNDAMENTO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	59
4.1	A historicidade da política de assistência social e os elementos enraizados em sua origem e em todo seu desenvolvimento: A relação do clientelismo nas relações sociais dessa política, sendo uma forma de desregulamentação como política pública.....	60
5	A HISTORICIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE TRABALHO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: FAZENDO UM ENFRETAMENTO DO CLIENTELISMO POR MEIO DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA.....	78
5.1	A consolidação do Serviço Social na sociedade e os elementos centrais da profissão.....	78
5.2	A atuação das/os Assistentes Sociais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na dimensão pedagógica, na perspectiva de conscientizar os usuários (as) no desvelamento das práticas clientelistas na Proteção Social Básica.....	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

O tema proposto neste trabalho de conclusão de curso é: O Serviço Social no enfrentamento das práticas clientelistas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) por meio da dimensão pedagógica. No decorrer da produção deste trabalho, iremos discorrer de alguns elementos fundamentais para expô-los no meio acadêmico, no próprio Serviço Social e na sociedade de modo geral. A temática em evidência nessa pesquisa consiste como relevante, por proporcionar para os leitores desse material uma reflexão crítica acerca da Categoria trabalho em Karl Marx na dinâmica capitalista, e como isso se permeia diretamente no processo de trabalho da/o Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na direção do enfrentamento das práticas clientelistas persistentes nas relações sociais no processo de trabalho dessa instituição.

A problematização do trabalho final se constitui em pensar quais as possibilidades dos/as assistentes sociais por meio da dimensão pedagógica na perspectiva de fazer um enfrentamento as práticas clientelistas instrumentalizada pelos políticos no espaço da proteção social básica. As considerações em todo texto busca exemplificar todo processo histórico das relações sociais a partir da sociedade capitalista, e evidenciar acerca dos elementos do clientelismo nas relações sociais na sociedade, desde da política brasileira até a materialidade do CRAS, e pensar sobre o processo de conscientização do Serviço Social como um caminho de promover sujeitos mais críticos e conscientes das contradições que permeia na Política de Assistência Social, na particularidade da proteção básica.

Os objetivos propostos nessa discussão se constituem na intenção de responder no transcorrer das ideias do trabalho acerca de todos os elementos centrais que possam indicar possibilidades de efetividade na atuação das/os Assistentes Sociais na Proteção Social Básica. O objetivo geral é discutir como as/os Assistentes Sociais por meio da dimensão pedagógica podem enfrentar os instrumentos do clientelismo manuseado pelos agentes políticos na Política de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica. Os objetivos específicos: identificar através de estudos bibliográficos como o clientelismo se configura como um instrumento político nas relações sociais no cotidiano do CRAS; delimitar os aspectos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que possibilitam essa permanência da política clientelista na implementação dessa política pública; e categorizar os instrumentos de atuação das/os Assistentes Sociais na direção de politizar os sujeitos na conscientização das práticas clientelistas praticadas na Proteção Social Básica.

A motivação para estudar o tema se perpassou diretamente pela experiência na disciplina de estágio obrigatório no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e observações no cotidiano na minha cidade em Milhã-CE, pois, na observação do processo de trabalho do CRAS e na observação dessa dinâmica em uma cidade pequena, é visível perceber as várias expressões da questão social nesse espaço, e isso proporcionou uma inquietude enquanto estudante e futuro Assistente Social. A partir disso, veio o processo de sistematização de montar o projeto de intervenção e o relatório final do estágio, que fomentou a inquietação para discutir elementos pertinentes da sociedade capitalista no cotidiano da proteção social básica, perpassado pela Política de Assistência Social, o processo de trabalho da instituição e do Serviço Social, atuação da/o Assistente Social na dimensão pedagógica, isso tudo interligado ao clientelismo e suas práticas na proteção básica, constatado por meio de pesquisa bibliográfica que possibilitou essa interlocução existente entre clientelismo e política de Assistência Social.

A construção da temática neste trabalho se mostra de relevância acadêmica, política e social, na medida em que poderá contribuir com os estudos em torno de tal temática e por possibilitar a partir das reflexões do tema uma reflexão aos leitores acerca do clientelismo. Cabe destacar que o referido trabalho poderá trazer importantes contribuições para a produção do conhecimento no âmbito de tal política. É importante mencionar a relevância social e acadêmica de tal estudo, na perspectiva de buscar apontar elementos e instrumentos do clientelismo na proteção social básica e como a atuação das/os Assistentes Sociais pela dimensão pedagógica podem promover uma conscientização aos usuários/as dessa política na concepção que os serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) são direitos e não favores políticos. É importante ressaltar que o trabalho final ora apresentado, parte de um olhar ampliado e crítico das particularidades da assistência social e da atuação do Serviço Social.

A metodologia utilizada na construção da monografia se permeia por ser uma pesquisa bibliográfica/documental, e uma abordagem qualitativa, que busca através da discussão das referências e documentos trazer elementos que possam proporcionar para sociedade e universidade uma reflexão crítica e constante da temática. O trabalho final construído nesse espaço se consolidou através de embasamentos de Artigos; Dissertações; Livros; Documentos; Documentários; Filmes etc. Algumas referências utilizadas na construção desse estudo, foram: Manuscritos Econômicos-Filosóficos (Jesus Ranieri,2004); O conceito de trabalho nos manuscritos econômicos-filosóficos de Karl Marx(Farias,2010); Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica

(Marilda Yamamoto e Raul Carvalho,2000); Economia Política: uma introdução crítica (Braz e Netto,2011); Política Social: fundamentos e história (Berhing e Boschetti,2011); Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 1980 e 1990(Mota,2008); Fundo Público e Seguridade Social no Brasil(Salvador,2010); A desvinculação de recursos de união-DRU e o financiamento da seguridade social brasileira(Renata Teixeira,2012); Proteção Social e trabalho do Assistente Social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial(Raquel Raichelis,2013); Filme- Mauá: O imperador e o Rei(1999); Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; A política de assistência social e o sistema único de assistência social: contribuições no debate(Braga,2018); Orientações técnicas: Centro de referência de assistência social-CRAS(2009); Lei 8.742 (LOAS,1993); Tipificação de serviços socioassistenciais (2014); Lei 8.662/1993; Código de ética do/a assistente social(1993); O desfinanciamento da Política de Assistência Social no (des) governo de Bolsonaro(Sobrinho e Veiga,2023); O documentário: Memórias de 1988- o discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da constituição (2023); O primeiro-damismo e a formação social brasileiro: elementos para pensar sobre o clientelismo e o favor na Assistência Social(Medeiros,2024); Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do serviço social(Mota,2014); O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social(Conceição,2010); A dimensão educativa no trabalho do assistente social na prática social básica na perspectiva de cidadania(Silva,2019); trabalho socioeducativo no serviço social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico(2017) etc. As leituras têm como direção proporcionar uma reflexão crítica da temática, por meio do método Histórico-Dialético de Karl Marx.

A Pesquisa sistematizada nesse trabalho comporá quatro capítulos: No Capítulo um iremos trazer elementos centrais da categoria trabalho em Karl Marx na dinâmica capitalista, visando compreender como transcorrem as relações sociais na sociedade capitalista, e como isso impacta nas relações sociais. No Capítulo dois se desdobra na compreensão da sistematização da política social na sociedade capitalista e na particularidade brasileira, perpassado pelas lutas sociais na década de 1980 que vai ocasionar na promulgação da Constituição Federal de 1988, e na sistematização da Seguridade Social. A partir do Capítulo três, iremos discutir a Política de Assistência Social na história e sua interlocução com o clientelismo, evidenciado as práticas clientelistas na proteção social básica. E na perspectiva de finalização do trabalho exposto neste documento, no capítulo quatro faremos uma articulação da história do Serviço Social e seu vínculo ao clientelismo, e a atuação desses profissionais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dando ênfase na

dimensão pedagógica, na direção de pensar estratégias/possibilidades para as/os Assistentes Sociais em sua atuação crítica no CRAS fazer um enfrentamento às práticas clientelistas presentes em pleno século XXI.

O trabalho final desenvolvido neste documento se constitui como relevante por instigar os leitores acerca da discussão do clientelismo nas relações sociais, na particularidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Discutir essa temática e todos os elementos que diretamente ou indiretamente estão entrelaçados nele possibilita tanto para a categoria do Serviço Social como para a sociedade civil um conhecimento das formas de práticas clientelistas impostas no processo cotidiano dessa instituição. A sistematização do trabalho final tem como horizonte promover aos profissionais e usuários/as uma conscientização acerca dos serviços do CRAS como um direito assegurado em documentos jurídicos, e não como serviços que estão sendo barganha para trocar direitos por votos, principalmente, em tempos de eleições. O objetivo geral e específicos buscam em toda construção do texto alinhar as discussões com o objeto do trabalho na direção de promover um olhar amplo de todas as particularidades que permeiam o objeto, pois, compreender em uma perspectiva de totalidade é primordial para não caímos em uma discussão fragmentada.

2 A MATERIALIZAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO EM KARL MARX E OS ELEMENTOS CENTRAIS NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA DINÂMICA CAPITALISTA E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE

Neste primeiro capítulo iremos proporcionar uma reflexão a partir da categoria trabalho de Karl Marx na perspectiva de direcionar as reflexões da temática escolhida para esse trabalho. O objetivo central neste capítulo é fazer uma análise da historicidade dos elementos que diretamente ou indiretamente estão articulados com o objeto em discussão: O Serviço Social no enfrentamento das práticas clientelistas no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS por meio da dimensão pedagógica. Em relação a categoria trabalho, iremos utilizar as reflexões marxistas para sistematizar como se constituiu a relação trabalho com Homem/Natureza, e como essa categoria na teoria de Marx é necessária para compreender a dinâmica capitalista e os impactos nas relações sociais, políticas sociais, espaços de interação social e sociedade.

2.1 Uma análise da categoria trabalho nas reflexões marxistas pertinentes para compreensão da dinâmica capitalista

As obras utilizadas para discorrer da categoria trabalho em Karl Marx, foram: Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844; A Ideologia Alemã de Karl Marx e Friedrich Engels; Dissertação de Tarcísio Fagner que retrata o conceito de trabalho nos manuscritos; Artigo de Fabiano que faz uma reflexão da obra A ideologia Alemã, e o livro: Economia Política: Uma Introdução Crítica de José Paulo Netto e Marcelo Braz que sistematiza toda reflexão da categoria trabalho de Marx. O livro se perpassa sendo a principal obra para compreender o trabalho na dinâmica capitalista através das reflexões da teoria social crítica de Marx. As leituras supracitadas acima fornecem elementos suficientes para um entendimento do trabalho de Karl Marx e os efeitos nos espaços da sociedade em um sistema capitalista.

Segundo considerações de Castro e Costa na tradução da obra (1998), é essencial em uma discussão inicial para situar a obra Ideologia Alemã escrita entre 1845/1846. Essa obra foi considerada como uma produção que sistematiza no real os elementos do Materialismo Histórico-dialético de Karl Marx. Uma Aproximação do que seria analisar criticamente a história real das relações sociais na sociedade, assim fazendo uma crítica aos teóricos que não

estudavam a materialidade do real, e sim por aparência ou de modo especulativo. Nesta obra, Marx e Engels proporcionam a criação de modo mais estruturado do Materialismo histórico, e um diálogo acerca de um socialismo científico/comunismo na perspectiva de mudar a realidade social consolidada nas relações de produção.

Na Obra *A Ideologia Alemã* escrita em 1845/1846, e divulgada apenas em 1932, busca proporcionar a visão materialista na realidade real situada na obra:

Até então, o materialismo tinha sido contemplativo, pura teoria. O novo materialismo de Marx e Engels é crítico e revolucionário. Da filosofia de Hegel extraiu seu núcleo racional- a dialética. Nos quadros do sistema hegeliano, a dialética se submetia a mistificações especulativas. Na concepção materialista, identificou-se ao devenir real da natureza e da história. Perdeu o caráter especulativo, desfez-se das construções arbitrárias requeridas pela cosmovisão idealista. Em vez disso, converteu-se em método de pensar o real, pois adequado ao real. Severa disciplina do pensar que objetiva reproduzir conceitualmente o real na totalidade inacabada dos seus elementos e processos (Gorender, 1998, p. 21).

Portanto, essa citação acima de Gorender (1998) que traduziu a introdução dessa obra, proporciona a fantasmagoria do Materialismo Histórico-dialético, ou seja, uma teoria que começa questionar as relações sociais da sociedade na realidade social. A partir dessa obra, o materialismo crítico de Marx das relações sociais ganha credibilidade. Porém, devemos compreender que *A Ideologia Alemã* não foi a primeira obra escrita de Karl Marx, pois, em 1844 ele sistematiza em seus cadernos os *Manuscritos Econômico- Filosófico*, conhecido como *Manuscritos de Paris*. Uma Obra de relevância que guiou evidência acerca da teoria marxista em construção.

Supracitado a obra de Jesus Ranieri (2004), os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 citado acima, se permeia como necessário na perspectiva de situar o trabalho desenvolvido por Marx em sua primeira produção de impacto. Os elementos centrais da obra perpassam por crítica aos economistas (Adam Smith e David Ricardo), que defendem a economia política clássica (Liberalismo Econômico). Mas, também constrói argumentos acerca da consolidação do materialismo dialético e outros elementos pertinentes na sociedade, exemplo: categoria trabalho, salário, ganho do capital, trabalho estranhado, propriedade privada, economia, política, comunismo etc. As interpretações de Marx entrelaçam em elementos pertinentes nas relações de produção na dinâmica capitalista. A categoria trabalho discutida nos *Manuscritos Econômicos* de Paris, desdobra-se como central para compreender a teoria marxista e sua leitura da sociedade burguesa e a relação com a classe trabalhadora.

A partir do Livro: *Economia Política: Uma introdução crítica* de José Paulo Netto e Marcelo Braz, os autores irão sistematizar as categorias e elementos do Modo de Produção

Capitalista tecidos nas obras de Karl Marx. Compreender o trabalho em Marx é o ponto crucial na direção de entender a condição fundante do Ser Social, e na particularidade deste trabalho o Modo de Produção Capitalista (MPC). Netto e Braz frisa:

[...] A satisfação material das necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade –obtem-se numa interação com a natureza: a sociedade, através dos seus membros (homens e mulheres), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades. Essa transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho (Netto; Braz, 2011, p. 40).

Nesse viés da citação acima de Netto e Braz (2011), é importante pontuar que o trabalho se constitui através das transformações da natureza pelo homem genérico para suprir as suas necessidades. No decorrer da sistematização da atividade do trabalho, o texto também vai possibilitar uma diferenciação entre as atividades dos animais para o do ser humano, pois, o sujeito é o único capaz de idealizar todo processo de um movimento que ocorre na realidade das relações sociais e os possíveis resultados, já os animais seguem uma cronologia biológica.

Na dissertação de Tarcísio Fagner Aleixo Farias (2010), ele vem reforçar a categoria trabalho em Karl Marx: “ O trabalho representa aqui a atividade que medeia o gênero humano com a natureza; [...] o trabalho é o conceito chave para pensar a natureza do homem em Marx” (Farias, 2010, p. 15). Dessa forma, é relevante ter um entendimento da categoria central do trabalho para compreender a teoria social de Marx em suas produções.

Netto e Braz ressalta: “[...] O trabalho é, sempre, atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto[...]” (Netto; Braz, 2011, p. 44). Ou seja, a partir da citação se compreende que a atividade trabalho não é realizada por um único sujeito, e sim na coletividade. As interações dessa coletividade em nossa sociedade a partir do conceito de trabalho vão sistematizar o Ser Social, termo esse discutido nas produções marxistas. Netto e Braz traz essa reflexão “[...] O trabalho implica mais que a relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização[...] o ser social” (Netto; Braz, 2011, p. 44).

Na perspectiva de compreensão do trabalho e do ser social a partir da categoria trabalho, Netto e Braz (2011) afirma:

[...] Estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Em poucas palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal[...] (Netto; Braz, 2011, p. 44).

Portanto, acerca da discussão de Netto e Braz (2011) do ser social, os autores retratam que o surgimento desse ser social e de suas relações sociais deriva de um processo histórico da nossa humanidade. No decorrer dessa produção, eles diferenciam os seres humanos dos animais em dois pontos: Fome e Reprodução Biológica. A partir disso, podemos interligar e se distanciar da conduta do homem ao animal. Em relação à fome, segundo os autores ambos terão uma vontade natural de querer comer, mas diferentemente do animal, que vai comer o que tiver pela frente, seja limpo ou sujo, o homem para ter sua satisfação da fome no mínimo irá preparar de acordo com seu gosto, pois é social. Na mesma forma acontece na diferenciação da pulsão sexual no homem e no animal, ambos terão um instinto natural, porém, o homem irá seguir um protocolo de respeito, higiene e valores, e isso ocorre justamente por ser sociável.

Uma reflexão que podemos estar fazendo por meio do diálogo de Netto e Braz (2011) em relação da separação da fome do animal para o homem, onde no animal sua satisfação é biológica e no homem é social. Ademais, essa separação biológica e social trazida nas discussões dos autores parecem não ser tão unânime nessa sociedade capitalista, pois, temos inúmeros exemplos do homem genérico se alimentar da primeira comida que estiver em sua frente, contrariando a parte de satisfação imposta pelo ser social, e isso tem ligação direta com a extrema vulnerabilidade imposta pelo capital aos sujeitos, assim, tornando o homem como um animal, onde se alimenta por instinto e não pela seletividade que o social propõe.

Na discussão do ser social, Netto e Braz situam:

[...] O ser social sempre encontra alternativas e sempre pode escolher- e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da liberdade: ser livre é poder escolher entre eles; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher – tudo isso supõe a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de universalizar[...] (Netto; Braz, 2011, p. 52).

Essa reflexão de Netto e Braz (2011), é interessante no sentido de pensar uma sociedade sem o capital no processo de exploração da classe trabalhadora. Os seres humanos nas relações sociais teriam liberdade, sem toda limitação como na sociedade capitalista, e isso supõe uma maior liberdade econômica, política, cultural, social etc. Seria uma sociedade onde provavelmente os adoecimentos mentais teriam índices baixos, visto que as pessoas teriam liberdade para escolher com maior propriedade seu percurso e horizonte na vida, sem influência das vulnerabilidades que o capitalismo impõe nas relações sociais. Uma sociedade sem o capital para expropriar o trabalho alheio ou sem milhões de famílias passando diariamente pela insegurança familiar ou propriamente a fome nos graus leve, moderado ou

grave. A sociedade sem exploração teria a possibilidade de ter o poder de universalizar, já inerente ao ser social, ou seja, na mesma proporção de transformar a natureza e ser transformado, pode-se transformar a própria sociedade, e isso submete outro tipo de modo de produção, seja esse o comunismo defendido por Karl Marx ou outro. Exemplo: As/os Assistentes Sociais poderia no processo de trabalho possuir uma autonomia total nos espaços sócio-ocupacionais.

Dando seguimento as reflexões de Netto e Braz (2011), é necessário fazer a mediação de outros elementos da categoria trabalho em Karl Marx na direção de trazer embasamento na compreensão do Modo de Produção Capitalista, e essa compreensão dependerá das discussões das categorias da economia política, dentre elas o valor da mercadoria e sua relação com o trabalho e as relações sociais. A compreensão do MPC a partir de uma revisão crítica de fontes marxistas irá proporcionar um trabalho calcado de reflexões importantes para situar como a exploração do capital ao trabalho estar correlacionado no processo de trabalho da Política de Assistência Social, na particularidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e na atuação das/os Assistentes Sociais.

Um ponto chave para compreender o surgimento do MPC, seria a sistematização da comunidade primitiva e o excedente econômico que proporcionou dissolução dessa comunidade e o surgimento do escravismo, pois, esse excedente viabilizou uma forma de expropriar uma maior riqueza social através da exploração. A comunidade primitiva vivia de modo igualitário, mas a partir do processo da agricultura e a aplicabilidade de instrumentos que forneciam mais produtos aquela comunidade, surgiu o excedente e com ele a mercadoria, e se tem excedente e mercadoria, pode-se produzir riqueza. Nesse viés, abriu-se a possibilidade de exploração do homem, pois, teremos os responsáveis por produzir os produtos (produtores diretos), e aqueles que irão se apropriar dessa produção (os expropriadores do trabalho alheio). Dessa forma, não existe propriamente a comunidade primitiva, pois, teremos a partir disso a possibilidade de acumulação de uma riqueza social e de exploração do homem. (Netto e Braz, 2011).

Netto e Braz (2011, p. 68): “O surgimento do excedente econômico sinalizou historicamente um enorme desenvolvimento do processo de trabalho[...] produção de bens ultrapassou as necessidades imediatas da comunidade”. A partir das reflexões de Netto e Braz (2011) acima, podemos discorrer sobre: Os meios de trabalho; os objetos do trabalho e a força de trabalho. Em relação ao primeiro, serão os instrumentos utilizados pelo homem, ou seja, a mediação que facilitará sua atividade trabalho na natureza ou sociedade. O segundo elemento será a própria natureza, onde o homem vai utilizar as ferramentas, e por último, a força de

trabalho é a energia do homem para transformar os produtos que necessitam naquele momento, mediado pelos meios de trabalho e objetos. É relevante situar desde agora que a força de trabalho será a mercadoria principal para o funcionamento do MPC, debate que será detalhado no decorrer do trabalho. Assim, os meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho se constitui por forças produtivas.

A partir dessa discussão das forças produtivas, é necessário compreender sua Interligação com a categoria trabalho, segundo Netto e Braz:

[...] As forças produtivas operam dentro das relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. Realmente, as forças produtivas inserem-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas e que constituem as relações de produção (Netto; Braz, 2011, p. 69).

Podemos através da discussão acima, discutir qual propriedade se perpassa na relação de produção, se é coletiva ou privada. Se priorizar a coletividade, temos como exemplo a comunidade primitiva, onde todos os produtos eram igualitários de certa maneira, ou seja, eram todos produtores diretos no processo de trabalho. Em caso de ser uma propriedade privada, é relevante situar que vai ocorrer a exploração de força de trabalho, ou seja, alguns serão os produtores diretos (produz os produtos), enquanto outros serão os expropriadores desses produtos (exploração da força de trabalho alheio). Em uma indústria prioriza uma propriedade privada, visto que temos o homem genérico trabalhando por horas por um salário-mínimo, enquanto os expropriadores ficam com toda mais-valia produzida pelos trabalhadores.

Na discussão de forças produtivas e relações de produção, é relevante situar a existência do modo de produção, e isso vai depender historicamente das relações sociais sistematizadas naquela época. Netto e Braz situa:

Os modos de produção, portanto, não são resultantes harmoniosos e/ou estáticos do desenvolvimento histórico-social; ainda que pendurando por séculos, são atravessados por contradições (das quais as mais decisivas se põem quando forças produtivas e relações de produção deixam de se corresponder) e se transformaram ao longo da evolução da humanidade[...] (Netto; Braz, 2011, p. 70-71).

Ou seja, a partir da citação acima, é viável compreender que cada modo de produção terá suas particularidades e peculiaridades. As formas das relações de produção do escravismo e feudalismo se constitui diferente que no modo de produção capitalista, isso veremos a seguir. Porém, é relevante situar que após dissolução da comunidade primitiva que a repartição priorizava um cunho coletivo, a sociedade irá se constituir em uma exploração/expropriação da força de trabalho no escravismo, feudalismo e no capitalismo.

No filme *Mauá: O imperador e o Rei* (1999), mostra como perpassa a relação dos escravos e proprietários, onde os escravos eram idealizados apenas como mercadoria e seres com potencial para serem explorados pelo Império Romano. O filme retrata todo processo de tráfico de negros trazidos em navios, onde ocorria mortes frequentemente, e como os escravos eram tratados pelos seus proprietários. Sofriam violência, ficavam em um porão em péssimas condições, era mercadoria de troca e escravizados nas fazendas. Os escravos eram os produtores diretos e produziam excedente para o Império Romano e proprietários. Netto e Braz reforça: “[...] Na sociedade escravista, as relações sociais eram presididas pelo antagonismo entre escravos e seus proprietários[...]” (Netto; Braz, 2011, p. 76).

A partir do modo de produção escravista surgirá a propriedade privada, ou seja, onde os produtos, as mercadorias, os lucros e a riqueza não terão uma repartição igualitária. Netto e Braz (2011) frisa: “ [...] introduzindo a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com o incremento da produção de mercadorias (produção mercantil), estimulou o comércio entre distintas cidades[...]” (Netto; Braz, 2011, p. 76-77). Portanto, na proporção de conseguir um excedente, vai diretamente estabelecer a propriedade privada nas relações de produção de um modo de produção, nesse trabalho vamos explorar a relação de produção do escravismo, feudalismo e capitalismo que se constituem na história em determinando tempo na particularidade brasileira.

Segundo Netto e Braz (2011), após o fim do modo de produção escravista, que foi marcado pelo fim do Império Romano, irá se consolidar outro modo de produção, chamado de feudalismo. As relações sociais e de produção no feudalismo se organizavam entre nobres e servos, enquanto os nobres possuíam feudos (terra), os servos eram aqueles que iriam produzir produtos nessas terras, ou seja, produtores diretos. A propriedade privada se perpassou nesse período, pois, os produtores diretos eram expropriados pelos nobres em relação aos produtos e a sua força de trabalho. Há diferença e semelhança com o escravismo. Uma diferença era que os servos e nobres sistematizava uma relação de compromisso conjunto, mas a violência se perpassou da mesma forma do escravismo.

Portanto, segundo reflexões dos autores, o modo de produção feudal entrará em crise:

[...] o desenvolvimento do comércio não vai apenas romper com o caráter autárquico da economia do feudo e suas limitações[...] estimulando o consumo da nobreza por mercadorias[...] grandes comerciantes, grupo social que nasce nas entranhas da ordem feudal, surgirão os elementos que, a partir do século XVI, conformarão a classe que derrotará a feudalidade - eles constituirão a burguesia (Netto; Braz, 2011, p. 80).

Levando em consideração a decadência da sociedade feudal como situado na reflexão de Netto e Braz (2011) acima, é importante frisar que a mercadoria viabilizou essa queda, e fez emergir, a circulação das mercadorias e a urbanização das cidades, promovendo o surgimento do MPC. A circulação fervorosa das mercadorias propiciou a recaída do regime feudal e a estabilização da burguesia (Estado burguês) nas relações de produção na realidade social. Netto e Braz frisa: “[...] é hora, portanto, de cuidarmos da mercadoria e do modo de produção em que ela, nas palavras de Marx, constitui a “forma celular da economia” (Netto; Braz, 2011, p. 85).

Na discussão acerca da mercadoria, Netto e Braz reforçam: “[...] Mercadoria: ela é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual- a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso” (Netto; Braz, 2011, p. 89). A partir dessa citação de Netto e Braz, é importante situar que a produção da mercadoria ocorre pela interação entre natureza e sociedade, atividade essa que se denomina trabalho. Na intenção de compreender a mercadoria, podemos partir de duas perspectivas: mercadorias enquanto valor de uso e em valor de troca. A primeira perspectiva diz respeito àquele mercado que vai suprir as necessidades básicas do homem e não são reproduzidas, e já a segunda perspectiva fala da reprodução da mercadoria para venda ou troca na sociedade.

Netto e Braz frisam: “[...] a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção – sem ambas, produzem-se bens, valores de uso[...]” (Netto; Braz, 2011, p. 90). Supracitado a citação acima dos autores, é pertinente pensarmos que tanto a divisão social do trabalho e a propriedade privada é própria do MPC, ou seja, essa circulação e produção de peso de mercadorias é característica central desse modo. A premissa da troca de mercadorias é visar o lucro e acumulação de riqueza social para classe burguesa. Essa produção de mercadorias se dará em duas formas: Produção mercantil simples e produção capitalista (Netto e Braz, 2011).

Em relação a produção mercantil simples, os autores pontuam:

[...] essa produção de mercadorias – que se designa como produção mercantil simples- assentava em dois pilares: o trabalho pessoal e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os proprietários dos meios de produção que empregavam[...] Ademais, esse tipo de produção destinava-se basicamente a um mercado restrito, quase sempre de âmbito local, no qual os produtores conheciam as necessidades dos compradores (Netto Braz, 2011, p. 91).

Na citação de Netto e Braz (2011), podemos ter convicção nesse processo de circulação das mercadorias, o objetivo central era utilizar as mesmas para troca. A ideia nesse processo seria: Mercadoria, dinheiro e outra mercadoria, essa é lógica da produção mercantil simples, ou seja, a relevância aqui era proporcionar a troca de mercadorias por outras, e não propriamente o dinheiro. Próximo ponto do capítulo 1 iremos sintetizar acerca do capitalismo na sociedade e seus interesses nas relações sociais.

2.2 A permeabilidade do capitalismo nas relações sociais e seus impactos nos espaços, políticas sociais e na sociedade.

Já na produção mercantil capitalista, as formas de produção das mercadorias são diferentes, pois, o principal objetivo é o lucro através da venda dessa mercadoria através da exploração. Os autores irão frisar acerca da produção capitalista:

[...] produção mercantil capitalista, à diferença da produção mercantil simples, assenta na exploração da força de trabalho, que o capitalista compra mediante o salário. Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na exploração do trabalho[...] (Netto; Braz, 2011, p. 93).

Portanto, compreende que o objetivo central da produção capitalista é o lucro e para tanto tem-se a exploração do trabalho, ou seja, o capitalista no processo da sua produção vai buscar consolidar uma maior riqueza social possível, isso através da mais-valia, que é proporcionada pela exploração da força de trabalho, pois, a energia que dispõe no processo de produção das mercadorias é superior ao salário recebido pelo capitalista.

A produção capitalista nas reflexões do livro, se perpassa:

A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de capital), e aquele que pode tornar-se o produtor direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho- o proletário (ou operário). As classes fundamentais do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: Os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado (o operariado, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho[...] (Netto; Braz, 2011, p. 94).

Portanto, a partir da reflexão acima, podemos ter um entendimento que a realidade social se processa da contradição entre capital x trabalho, ou seja, uma classe é responsável pela produção da riqueza social (os proletariados), enquanto outra classe é responsável de expropriar os produtos e mais-valia (classe dominante). Essa sociabilidade capitalista

constituída nas relações sociais vai se entrelaçar em todos os espaços públicos, políticas sociais, relações pessoais e profissionais, modo de vida das pessoas e na estrutura social da sociedade inerente. Enquanto alguns poucos usufruí de toda riqueza, a maioria sofre as precarizações e injustiça social do sistema capitalista em todos os âmbitos da vida.

Prosseguindo a discussão sobre o Modo de Produção Capitalista consolidado nas relações de produção de nossa sociedade, se torna relevante pautar alguns elementos: propriedade privada; lucro; salário; produção de mais-valia e capital constante/variável; Questão social e sua particularidade no Brasil; estranhamento; trabalho abstrato e concreto; fetichismo da mercadoria; exploração do trabalho e o Exército industrial de reserva.

Segundo as considerações de Jesus Ranieri (2004), a propriedade privada se constitui como uma categoria principal no MPC. Em sua obra essa é uma categoria para compreender o modo de produção capitalista, pois, é através dela que os produtores diretos são expropriados dos seus produtos. Privar os trabalhadores da produção da atividade trabalho que produz é própria do sistema capitalista. Alguns elementos que a propriedade privada proporcionou na reflexão da obra de Karl Marx, seriam: Exploração da força de trabalho, ou seja, o salário pago aos produtores diretos (classe proletariado) é inferior àquilo que é produzido. Outro elemento seria a concentração de riqueza e desumanização, ou seja, a riqueza social produzida em determinada indústria capitalista, é repartida somente com a classe dominante (minoría), e a classe trabalhadora fica à mercê da péssima qualidade de vida imposta para eles na dinâmica capitalista.

As considerações de Netto e Braz (2011) acerca do valor de uma mercadoria, e a partir disso devemos ter consciência que esse valor se perpassa de um modo mais simples e em outra forma quando as mercadorias se expandem no mercado e se constituíram na exploração. Em relação a forma simples da mercadoria, esse valor se desdobrava no processo de troca entre mercadorias ou era um média do trabalho socialmente necessário. Já em relação ao florescimento dessas mercadorias na evolução histórica, esse valor se expressava em dinheiro. Vejamos que na segunda teríamos maior poder de compra a partir do dinheiro, e isso se prezada no modo de produção capitalista, pois, o que vale é a riqueza social acumulada e jamais a classe trabalhadora ou pequenos comerciantes.

Ademais, é importante trazer de acordo com Netto e Braz no modo de produção capitalista sobre a lei do valor:

[...] Quando se consolida a produção mercantil, as mercadorias são trocadas conforme quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investidas. Essa é a chamada lei do valor que, como todas as leis econômico-sociais, não é a-histórica ou supra-histórica, mas tem um âmbito de validade determinado: ela impera no marco da produção mercantil[...] lei do valor passou a regular as relações econômicas

quando a produção mercantil, sob o capitalismo, se universalizou (Netto; Braz, 2011, p. 100).

Consequente a essa citação acima, em relação ao poder das mercadorias na produção capitalista, é importante destacar o fetichismo dessa mercadoria, ou seja, onde as mercadorias se acentuam acima dos homens. Netto e Braz frisa: “[...]Poder autônomo que as mercadorias parecem ter e efetivamente exercem em face dos seus produtores, Marx chamou de fetichismo da mercadoria[...] as relações sociais tomam a aparência de relações entre coisas[...]” (Netto; Braz, 2011, p. 102-103). Ou seja, os sujeitos se tornam alienados em relação a produção das mercadorias que estão circulando. Exemplo: As camisas de determinado time de futebol ganham visibilidade em vendas, mas, os compradores não pensam como foram produzidos esses produtos, é como se essas mercadorias se tornassem donas de si mesmo.

Netto e Braz frisa sobre o modo de produção capitalista: “[...] entrada do século XXI, o MPC é dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um sistema planetário” (Netto; Braz, 2011, p. 105). Em relação ao capitalismo situado, é necessário pensar sua constituição de forma atenuante, e na particularidade do Brasil, desde os países centrais até os países periféricos, e países periféricos que sofrem em todas as vertentes a mão da crueldade do sistema capitalista nas relações sociais. O lucro sempre é o objetivo final da produção capitalista:

[...] O lucro é a força motriz do MPC, como o MPC só pode existir e reproduzir na escala em que a busca do lucro é interminável, à função social do capitalista não pode ser compreendida através de (ou reduzida a) traços psicológicos, biográficos ou morais;[...] capitalistas e empresas capitalistas só existem, e só podem existir, se tiverem no lucro a sua razão de ser; um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem prioritária e sistematicamente na obtenção de lucros serão liquidados(Netto; Braz, 2011, p. 107).

Dessa forma, segundo Netto e Braz (2011), a busca de adquirir lucro para sobreviver é o lema do sistema capitalista, e isso vai impactar diretamente os trabalhadores da classe proletária, pois, o capital irá modificar os instrumentos/ferramentas na direção de expropriar literalmente toda energia do homem. A partir da reflexão da incessante corrida do capitalismo pelo lucro, é primordial pautar a mais-valia com propriedade.

Na obra os Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 escrito por Karl Marx e traduzida por Ranieri (2004), nessa obra, Karl Marx traz acerca do salário e pontua, que sempre em uma sociedade de produção capitalista os salários pagos aos trabalhadores serão inferiores daquilo que foi produzido, ou seja, o modo de produção capitalista tem no seu ideal a expropriação máxima da energia dos produtores diretos. Na obra, observamos a priorização sempre da acumulação da classe burguesa em detrimento da classe proletária, essa citação frisa com propriedade essa argumentação: “Portanto, na sociedade em situação regressiva

(abnehmend), miséria progressiva do trabalhador; na [sociedade] em situação progressiva, miséria complicada; na [sociedade] em situação plena, miséria estacionária” (Ranieri, 2004, p. 28).

Portanto, na discussão sobre o sistema capitalista, é necessário situar sobre a “Questão Social” e suas expressões nas relações sociais. As autoras Costa e Rafael (2021) busca na produção do artigo discutir acerca da questão social na perspectiva de compreender sobre as contradições das duas classes na sociedade, ou seja, os conflitos entre Burguesia e Proletariado. Assunto esse que está mais detalhado nos próximos capítulos do trabalho. No mesmo artigo, as autoras irão sistematizar como a questão social irá se implementar na realidade brasileira em sua totalidade, ou seja, as reflexões possibilitam uma compreensão sobre a interlocução entre questão social e capitalismo, na particularidade brasileira.

No modo de produção capitalista pode-se discorrer através das considerações de Netto e Braz (2011) na direção da busca incessante do capitalista por mais-valia, ou seja, investir dinheiro na produção para adquirir mais dinheiro que possam aumentar a riqueza social da classe burguesa. O capitalista investe em duas maneiras em todo processo de produção das mercadorias: Na obtenção de novas máquinas e instrumentos (meios de produção) e outra parte investe na compra da força de trabalho (proletários), com o objetivo central adquirir uma quantidade maior de dinheiro no final de todo processo. O foco primordial da produção capitalista é expropriar toda energia dos produtores diretos através da exploração do seu trabalho e via assalariamento. Portanto, salário esse inferior ao produzido na jornada de trabalho de determinado trabalhador, pois, o capitalista sempre irá pagar o mínimo necessário, somente para manter o trabalhador próspero para ser explorado. Ademais, os autores irão chamar as máquinas de capital constante, e a força de trabalho de capital variável, e é primordial compreender que essa força de trabalho será a principal energia para o processo para a produção capitalista, pois, é uma mercadoria primordial para viabilizar mais-valia aos capitalistas através de sua atividade trabalho.

Prosseguindo nas discussões, a dissertação de Tarcísio Fagner Aleixo Farias (2010), ele traz a perspectiva de estranhamento discutida nas produções marxistas em relação ao trabalho:

O estranhamento do trabalho funciona aqui para explicar a dominação do homem pelo homem, não apenas no capitalismo, mas desde os primórdios da instauração da propriedade privada. Ao detectar o fim do direito natural ao usufruto dos recursos naturais, o homem é separado, não só da natureza externa, mas também de sua própria natureza livre e criativa (Farias, 2010, p. 53).

Sendo assim, é evidente a partir da citação de Farias (2010), que a constituição da propriedade privada na relação de produção proporcionou uma cisão do homem da natureza, e sua atividade trabalho exercida na natureza. A ideia da produção capitalista é expropriar a riqueza social produzida pelos produtores diretos, mas também expropriar toda vida da classe trabalhadora, seja no ato de não conhecer a própria essência do homem, na forma de pensar, se organizar coletivamente, usufruí dos produtos etc. A expropriação do capital ao trabalhador revela uma desumanização com aqueles que dispõe de toda energia para sobrevivência de sua família e enriquecimento da classe burguesa.

Na compreensão da exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista, Netto e Braz (2011) reforçam:

[...] O capitalista não procede a nenhum roubo ou furto ao contratar o trabalhador para uma jornada de oito horas – paga-lhe, mediante o salário, o valor da força de trabalho (isto é, o valor da soma dos valores necessários à produção/reprodução do trabalhador). Entretanto, durante a jornada, a força de trabalho produz mais valor que o valor requerido para tal reprodução; é desse valor excedente (a mais-valia) que o capitalista se apropria sem nenhuma despesa ou custo (Netto; Braz, 2011, p. 116).

Portanto, por meio dessa reflexão de Netto e Braz (2011), estamos enquanto trabalhadores (as) diretos (as) em uma sociedade no modo de produção capitalista, sendo explorados diariamente por empresas capitalistas e por capitalistas. Devemos nos conscientizar que somos massa de manobra na produção de riqueza para classe burguesa, e alguns indivíduos politizados não muda a estrutura isoladamente, mas, podem viabilizar uma conscientização para outros indivíduos na direção de consciência acerca da exploração, e assim, se organizar politicamente para exigir serviços do capital, pois, a coletividade possui força e organização. Por exemplo: Assistentes Sociais em atuação no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) são expropriados desde o vínculo empregatício até os instrumentos de trabalho no cotidiano. Portanto, é importante ter consciência dessa expropriação para pensar estratégias de não se tornar alienado pelo capital.

Na discussão acerca da lógica de exploração do capital aos (as) indivíduos (as) da classe trabalhadora, Raquel Raichelis pontua:

[...]o conjunto dos trabalhadores sociais, entre os quais o assistente social, é afetado pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros(Raichelis, 2013, p. 17).

Sendo assim, a partir da percepção da Raichelis (2013), temos com direção enquanto trabalhadores na dinâmica capitalista uma acentuada exploração e precarização nos espaços de atuação, pois, o objetivo primordial do capital é buscar estratégias de acumular riqueza para satisfazer as necessidades do capital, e os trabalhadores da classe trabalhadora, incluídos os/as assistentes sociais, estão em todo processo de exploração do capital. Raquel Raichelis complementa sua ideia: “as diferentes formas de precarização do trabalho [...]bem como a ausência e a fragilidade do sistema de proteção social já se apresentavam como traços marcantes do capitalismo dependente brasileiro[...]” (Raichelis, 2013, p. 8-9).

No modo de produção capitalista, os trabalhadores estão submetidos ao processo de exploração, e um elemento que é inerente ao sistema capitalista é o exército industrial de reserva, ou seja, trabalhadores (as) desempregados (as) em péssimas condições de vida. Essa característica é própria do sistema. Netto e Braz (2011) pontua:

A existência de um enorme contingente de desempregados permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo. Trata-se de um poderoso instrumento para que o capitalista incrementalmente a exploração da força de trabalho – pode-se mesmo afirmar que, grosso modo, “os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva[...]” (Netto; Braz, 2011, p. 144).

Sendo assim, em reflexões propostas por Netto e Braz (2011), podemos observar que o objetivo do capital com o exercício industrial de reserva é de manter o poder de decisão sobre os capitalistas, onde isso dificultará uma organização da classe trabalhadora, pois, as condições objetivas e de vida desses indivíduos do contingente do exército são péssimas. Outro elemento de significância quando se trata de exploração no capitalismo é a alienação dos trabalhadores (as) em todos os espaços e na sociedade civil de modo geral, pois, devido esse teor alienante que o capital instrumentaliza, muitos desses indivíduos estando no mercado ou desempregados (as) não sabe do processo explorador que estão inseridos nessa sociabilidade capitalista. As barreiras impostas pelo capitalismo na realidade social são cruéis e difíceis de serem enfrentadas coletivamente, e incompatíveis isoladamente. As mudanças da estrutura capitalista se tornam o horizonte para uma sociedade sem exploração dos (as) trabalhadores (as) pelo capital, e o documento do Manifesto do Partido Comunista é uma referência que promove um ideário de uma sociedade pautada na justiça social.

O Manifesto do Partido Comunista de Melo e Moura (1997), eles trazem em seu documento o objetivo central da luta do movimento contra a opressão da sociedade burguesa: “O objetivo mais próximo dos comunistas é o mesmo do que o de todos os restantes partidos

proletários: formação do proletariado em classe, derrubamento da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado” (Moura; Melo, 1997, p. 43). Portanto, conforme as considerações desse essencial documento que se tornou uma direção para os movimentos revolucionários e comunistas do mundo, é derrubar a ordem social que preza pela acumulação de lucro e a miséria dos trabalhadores, dando a esse um salário mísero, somente para manter os mesmos com energia para ser explorados pela produção capitalista. Fabiano Veliq em seu artigo reforça a luta da revolução comunista: “[...]Tal revolução possibilitaria ao homem derrubar o modo de produção capitalista e fundar a sociedade sobre uma nova base” (Veliq,2020, p. 10).

Avançando na discussão da mudança estrutural da sociedade, saindo de uma estrutura capitalista em direção a uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem, é fundamental trazer como necessário uma politização nos espaços em prol de uma sociedade consciente do processo de expropriação que o capital instrumentaliza nas relações sociais. Os autores Souza e Domingues (2012) possibilita nessa perspectiva a interlocução da politização com o conflito sobre Emancipação Política e Humana em nossa sociedade:

[...]A emancipação política é a da burguesia (parcial), da exploração do homem pelo homem, da sociedade de classes e a emancipação humana é a do proletariado (universal), da superação da exploração do homem pelo homem, ou seja, a que elimina a sociedade de classes[...] (Souza; Domingues, 2012, p. 3).

Dessa forma, os autores Souza e Domingues (2012) promovem a direção de uma sociedade emancipada somente através da emancipação humana, pois, teria a superação da exploração. A Emancipação Política é apenas uma liberdade “limitada” da sociedade capitalista aos trabalhadores explorados, pois, mesmo tendo direitos sociais e uma democracia, os sujeitos continuam sendo expropriados e vivendo em condições de vida de péssima qualidade. Desse modo, a Revolução Social/Emancipação Humana é o horizonte para a classe trabalhadora se tornar livre e constituir uma sociedade onde as relações sociais de produção não tenham a exploração. Por isso, a politização nos espaços de interação social é essencial, até porque para chegar em uma revolução da classe trabalhadora, tudo passa por uma classe consciente de toda dominação/exploração do capital. E essa contribuição com a conscientização, consideramos que perpassa toda classe trabalhadora e a atuação das/os Assistentes Sociais nos espaços sócio-ocupacionais, por meio da dimensão pedagógica, aqui a destacar a particularidade da Proteção Social Básica.

Na direção de interlocução com o próximo capítulo, é importante fazer uma ligação entre o MPC e o surgimento da Política Social, compreendendo que esses dois pontos se

interligam na materialidade histórica nas relações sociais. Segundo as reflexões de Eduardo e Silva (2014): “[...]o modo de produção capitalista cria um contingente de indivíduos, chamado por Marx de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa[...]” (Eduardo; Silva, 2014, p. 4). Seguindo as considerações da citação, podemos situar que o MPC no processo de produção na sociedade através das relações sociais nos espaços constitui um número acentuado de trabalhadores fora da inserção do mercado de trabalho, e isso vai proporcionar um contingente de trabalhadores em péssimas condições de vida, gerando revolta da classe com o Estado.

Seguindo das reflexões de Eduardo e Silva (2014), a discussão do exército industrial de reserva e a interlocução com a política social é uma forma que o capital implementou nas relações sociais no processo histórico pela pressão exercida pela luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de políticas sociais, ou seja, as políticas são frutos de lutas travadas na correlação de força entre a classe burguesa e classe trabalhadora. E um elemento importante para situar das políticas seria que o Estado e o capitalismo no processo de conduta usam em muitas oportunidades como uma forma de silenciar a sociedade civil das mazelas do capitalismo, provendo os mínimos sociais, os mínimos direitos e um acesso limitado. As políticas sociais servem como um mecanismo de mascarar a realidade social na materialidade que o capital impõe aos indivíduos proletários, provendo os mínimos sociais. Podemos lembrar sobre a Política de Assistência Social no cenário de atender os indivíduos de quem dela necessitam na perspectiva de promover uma proteção social, mas atende os indivíduos de extrema vulnerabilidade, e não todos de quem necessitam da mesma, e isso é projeto do capital.

Em consonância com a discussão do Exército Industrial de Reserva, os autores Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2009) contribui na perspectiva de reforçar os argumentos dos autores acima: “ O exército industrial de reserva, sendo um produto da acumulação, é, também, uma das condições para que esta se efetive[...] é condição fundamental para a vida do próprio regime do capital[...]” (Iamamoto; Carvalho,2000, p. 59).

3 SURGIMENTO DA POLÍTICA SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA E NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA, E OS ELEMENTOS CENTRAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NA PERSPECTIVA DE CONSOLIDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL (SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Neste capítulo dois iremos desenvolver os elementos da Política Social na sociedade capitalista, mas, principalmente na particularidade brasileira na intenção de compreender como o Estado propôs essas políticas aos indivíduos da classe trabalhadora na história. É essencial sistematizar as lutas sociais na direção das conquistas por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, promovendo uma qualidade de vida mais digna. Por fim, avançando na Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), discorrendo de elementos centrais e as disputas que ocorrem nessas políticas entre as classes. O capítulo irá se dividir em dois tópicos: No primeiro iremos descrever sobre as políticas sociais na sociedade pré-capitalista, liberalismo e discorrer da origem e desenvolvimento das políticas sociais na sociedade capitalista (Europa) e as lutas da classe trabalhadora. Em um segundo tópico irá se constituir as políticas sociais na particularidade brasileira, incluído a discussão da Questão Social, Surgimento do Serviço Social, materialidade da Constituição Federal de 1988, Seguridade Social, lutas da classe trabalhadora e os elementos do neoliberalismo.

3.1 A sistematização das políticas sociais na sociedade pré-capitalista, liberalismo e na sociedade capitalista (Europa): Uma leitura da realidade na história

O surgimento da política social será lenta, gradual e em etapas em todo processo histórico das relações sociais, é buscar compreender que as lutas que as cercas são constituídas de avanços e retrocessos. Behring e Boschetti (2011) frisa:

Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX[...], mas a sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós 1945) (Behring; Boschetti, 2011, p. 47).

Segundo reflexões de Berhing e Boschetti (2011) acima, é importante frisar que o desenvolvimento das políticas sociais irá se desenvolver em distintos contextos, ou seja, a realidade das políticas sociais mundialmente se permeia de uma forma, e na particularidade brasileira de outra, pois, estamos falando de países centrais e periféricos. Portanto, se faz

necessário discorrer de elementos pertinentes das políticas sociais para uma compreensão histórica da mesma. Alguns pontos essenciais para compreender são: relação política social na sociedade pré-capitalista; suas características no liberalismo; sua relação com a questão social; as lutas da classe trabalhadora; sua origem e generalização em países centrais e na particularidade brasileira etc. O objetivo desse trabalho é apropriar das políticas na realidade brasileira, e sua relação com as lutas da classe trabalhadora. Porém, a partir de agora vamos descrever acerca dos elementos do tópico um do capítulo, já relatado na abertura da discussão.

Segundo considerações de Berhing e Boschetti (2011), as políticas sociais constituídas na sociedade pré-capitalista, eram chamadas também de protoformas (Legislações seminais ou inglesas), e de maneira alguma tem caráter de direitos para os produtores diretos, pelo contrário, possuíam características de oprimir esses trabalhadores através de violência e punição, e por meio de ações filantrópicas. Portanto, compreende-se que os ditos “direitos” nessa época antecedente da Revolução Industrial eram na realidade uma forma de explorar e obrigar esses (as) trabalhadores (as) na submissão ao trabalho forçado e em péssima qualidade de vida. Destacamos que as lutas dos (as) trabalhadores (as) nessa época eram pela jornada de trabalho digna, e com essas reivindicações, ocorreu uma mudança na forma de pensar políticas sociais para os operários. Porém, sem proteção social nenhuma, pois, o capital deveria continuar expropriado dos produtores diretos.

Berhing e Boschetti situa-se acerca do liberalismo: “[...] Século XIX até a terceira década do século XX, portanto, é profundamente marcado pelo predomínio do liberalismo e de seu principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e a sua regulação pelo livre mercado” (Berhing; Boschetti, 2011, p. 56). Compreende-se seguindo as considerações das autoras na citação acima, que o mercado era o regulador das relações sociais/econômicas no período do liberalismo, ou seja, a chamada “mão invisível” do mercado. Desse modo, o Estado passava a ser apenas um mediador do mercado na direção de propiciar as condições para uma certa liberdade do mercado de controlar e impor sua regulação nas relações, ou seja, era um Estado mínimo, onde o papel do Estado não estaria em prol do povo e sim em prol do mercado. Sendo assim, recai para os sujeitos uma responsabilidade enorme para o bem-estar dele e da família, sem responsabilização ao Estado. O poder de regulamentação das relações se constitui via mercado, e os elementos desse liberalismo eram uma política social paliativa, individualismo, naturalização da pobreza etc. Parafraseando a citação, o Estado não deve ser mínimo, e sim ter responsabilidade pela qualidade de vida dos sujeitos.

Supracitado a discussão acima, Berhing e Boschetti pontua:

[...]Predomínio desses princípios ferozmente defendidos pelos liberais e assumidos pelo Estado Capitalista, não é difícil compreender que a resposta dada à questão social no final do século XIX foi sobretudo repressiva e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhores tmidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social[...] (Berhing; Boschetti, 2011, p. 63).

A partir da citação acima, podemos situar que as primeiras iniciativas de políticas sociais perpassam pela dualidade entre Estado Liberal no século 19 (XIX), e Estado Social Capitalista no século 20 (XX) que se permeia como adoção de políticas sociais minimalistas, reconhece direitos, mas a expropriação continua sendo central em um sistema capitalista. Devemos situar que em nenhuma das formas de ação do Estado (Liberal ou Social Capitalista), promove condições dignas aos indivíduos nos espaços, políticas, serviços etc.

Na perspectiva de compreensão do surgimento das políticas sociais, as lutas da classe trabalhadora foram cruciais na abertura de um maior acesso desses indivíduos aos espaços e em condições de vida melhores via as conquistas. As autoras Berhing e Boschetti (2011) situam esse surgimento:

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. [...] final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (Berhing; Boschetti, 2011, p. 64).

Portanto, através da reflexão das autoras Berhing e Boschetti (2011) acima, podemos sintetizar que as pressões da classe trabalhadora são fundamentais pelas próprias conquistas em todo contexto histórico das políticas. As características do Seguro Social e Cidadania marcam o surgimento das políticas sociais, ou seja, as ideias liberais permaneceram até o século XX, assim, não caracterizadas como políticas progressistas. Mas, a implementação do termo cidadania é um avanço se compararmos as ações filantrópicas das sociedades pré-capitalistas ou da regulação total das relações sociais/econômicas pelo mercado no liberalismo.

Berhing e Boschetti (2011) frisa:

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de alguns processos políticos econômicos[...] O primeiro foi o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos e sociais importantes, como o parlamento, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos[...] (Berhing; Boschetti,2011, p. 67).

Portanto, a respeito da reflexão acima, se torna fundamental situa do poder político que a organização dos trabalhadores possui na perspectiva de buscar espaços na sociedade, e

a partir da força coletiva pressionar o capital com o objetivo de transformar as vertentes do poder econômico, político e social do capital nas relações sociais. Essa pressão popular é referência no âmbito internacional, e na particularidade brasileira. O liberalismo perde força, pois, o capital tem como objetivo central é acumular lucro via exploração da força de trabalho, ou seja, a força do mercado e a pressão dos operários na história, modificaram a forma que o capital realizava sua mediação nas relações sociais, agora tendo como horizonte a promoção da riqueza nas mãos da minoria (capitalistas).

Na compreensão das autoras: “[...] as políticas sociais se multiplicam lentamente ao longo do período depressivo, que se estende de 1914 a 1939, e se generalizam [...] período de expansão após segunda guerra mundial[...]” (Berhing; Boschetti, 2011, p. 69). Dessa forma, através das percepções das autoras, devemos ter consciência que as modificações das políticas sociais é um processo histórico e de lutas entre classes. Todas as mudanças na estrutura da sociedade que ocorre em cada período vão impactar na materialidade das relações de produção, ou seja, em novas formas de relação entre sistema, governo e sociedade, e isso incluem as políticas sociais.

Na perspectiva de seguir as reflexões das políticas, iremos fazer as considerações acerca da generalização das políticas sociais, Mota situa:

A generalização das medidas de proteção social, como uma política social do Estado, entretanto, deu-se sob determinadas condições históricas, adquirindo perfis diferenciados em cada país, dependendo da trajetória econômica e política que particulariza o desenvolvimento do capitalismo e as lutas dos trabalhadores em cada realidade nacional (Mota, 2008, p. 128).

Avançando as discussões, nesse momento iremos concentrar nossa atenção na generalização das políticas sociais na sociedade capitalista (Europa) de forma direta, na perspectiva apenas de situar como se constituíam as políticas sociais na materialidade do capitalismo nos países centrais.

Berhing e Boschetti expõe o período em relação aos fundamentos da expansão da política social:

[...] Fundamentos da expansão e consolidação da política social no período pós- crise de 1929-1932 e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, quando se adentrou na fase madura do capitalismo. Esta foi marcada em seus primeiros 30 anos por uma forte expansão, com taxas de lucro altas e ganhos de produtividade para as empresas, e políticas sociais para os trabalhadores. É quando se ergue o Estado Social nos diferentes formatos históricos que adquiriu. Esse período de anos “gloriosos” ou de “ouro” dá sinais de esgotamento a partir de fins dos anos 1960[...] (Berhing; Boschetti, 2011, p. 82).

Avançando no debate das políticas em considerações de Berhing e Boschetti (2011), esse período será considerado anos de ouros para classe trabalhadora, pois, tem a ampliação das políticas sociais através dos governos social-democratas. Mas, devemos ter consciência que o capital lucra nesse período, visando que a classe da burguesia sempre coloca em primeiro lugar o bem-estar do capital. Os governos social-democratas foram responsáveis por ceder mais facilmente as pressões da classe trabalhadora, por ter um viés social em sua forma de governar.

Supracitado as reflexões de Berhing e Boschetti (2011) acerca da consolidação e expansão das políticas sociais, se torna necessário pontuar que houve um consenso pós-guerra, ou seja, ocorreu uma aliança entre as classes (Burguesia e Proletariado) na perspectiva de estabelecer possíveis acordos que pudessem alinhar as ideias de ambos. Berhing e Boschetti reforça a ideia:

Esse “consenso”, materializado pela assunção ao poder de partidos social-democratas, institucionalizou a possibilidade de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com aumento de recursos para expansão de benefícios sociais, de consenso político em favor da economia mista e de um amplo sistema de bem-estar e de comprometimento estatal com o crescimento econômico e pleno emprego[...] (Berhing; Boschetti,2011, p. 92).

Ou seja, esse consenso entre as ideias de governar ou implementas políticas entre direita e esquerda, se tornou relevante para conquistas em formato de políticas sociais e benefícios para os sujeitos da classe trabalhadora na Europa Ocidental, e isso via os partidos social-democratas. Porém, a palavra “consenso” se tornou também uma perda de identidade para uma revolução social dos indivíduos da classe trabalhadora na direção de romper com a exploração. A classe burguesa nunca irá ceder nesse “consenso” uma perda substantiva do capital em prol da classe proletária. O termo pode ser uma estratégia do capital para “apassivar” as reivindicações da classe trabalhadora.

As discussões de Berhing e Boschetti (2011) acerca dos anos de “ouro” das políticas sociais, elas irão no livro trazer pontos centrais para compreender sobre o desenvolvimento do *Welfare State* nesse período, esse termo se refere aos bons anos para as políticas sociais. As políticas sociais via *Welfare Stare* viabiliza teoricamente um acesso aos trabalhadores com maior facilidade aos benefícios sociais. Porém, devemos estar cientes que ainda o acesso era via ao programa ligado ao bismarckiano, ou seja, através de seguros que tem sua origem na Alemanha no final do século XIX. Dessa forma, ao mesmo instante que se permeia como conquistas, possuem traços de exclusão, pois, milhões de indivíduos não teriam possibilidade de estar inseridos nesse tipo de seguro.

A discussão sobre o plano Bismarckiano e Beveridge ganha repercussão no discorrer das reflexões do livro, pois, Bismarck estar ligado aos benefícios sociais ligados aos seguros sociais, diferentemente do Beveridge, que se permeia como um acesso mais universal e com caráter que possa vir abranger os indivíduos da classe trabalhadora. Na perspectiva de situar o *Welfare State*, a citação de Berhing e Boschetti (2011) pontua: “[...] *Welfare State* é justamente a superação da óptica securitária e a incorporação de um conceito ampliado de seguridade social com o Plano Beveridge na Inglaterra, que provocou mudanças significativas no âmbito dos seguros sociais até então predominantes[...]” (Berhing; Boschetti, 2011, p. 93). O surgimento do Plano Beveridge é primordial na perspectiva de pensar políticas sociais que possam fazer a inclusão dos indivíduos da classe trabalhadora com qualidade e dignidade, diferente do Bismarck, orientado por seguros sociais.

Berhing e Boschetti acrescenta acerca das políticas sociais:

[...] As políticas sociais vivenciaram forte expansão após Segunda Guerra Mundial, tendo como fator decisivo a intervenção do Estado na regulação das relações sociais e econômicas.[...] as análises internacionais, mesmo utilizando terminologias distintas, sempre adotam como referência os clássicos modelos bismarckiano e beveridgiano como parâmetros para a caracterização do Estado Social e dos sistemas de seguridade social predominantes nos países capitalistas da Europa Ocidental(Berhing; Boschetti,2011,p. 98-99).

A partir das considerações da citação acima, podemos discorrer que nos países da Europa irá ocorrer em suas políticas sociais ou propriamente de governo tanto no tipo bismarckiano e no beveridgiano. Em alguns países irá constituir um sistema de seguridade social mista, ou seja, ocorrerá políticas que prevalecem os seguros sociais e outras que promovam o acesso universal dos sujeitos as políticas. Em relação as discussões das políticas sociais na Europa Ocidental, o livro situa: “[...] os “anos de ouro” do capitalismo “regulado” começam a se exaurir no final dos anos 1960[...] o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada a política social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital[...]” (Berhing; Boschetti,2011, p. 103). Sendo assim, as políticas sociais com expansão e ditos anos dourados estariam sendo exauridos na Europa e na particularidade brasileira, que nunca se efetivou com concretude. É necessário trazer as perspectivas dessas políticas sociais na realidade brasileira no período dos anos “gloriosos” que estará em discussão no próximo tópico desse capítulo.

Prosseguindo as discussões acerca das políticas sociais, iremos entrar na década de 1980, período das lutas sociais, e após, os anos 1990 marca a ascensão das políticas neoliberais, Berhing e Boschetti reforça: “[...] nos anos 1980, entra-se num novo período,

com a ascensão dos neoliberais conservadores nos EUA e na Inglaterra, e o desencadeamento de políticas que já não visam sustentar a demanda, mas exclusivamente restaurar o lucro[...]” (Berhing; Boschetti, 2011, p. 120). As ideias e políticas neoliberais nessa direção não possuem preocupação acerca de expansão de políticas que promovam acesso aos indivíduos da classe trabalhadora, mas somente na tentativa de restaurar o poder econômico/político do capital. Com isso, iremos perceber que as medidas neoliberais promovem retiradas de direitos sociais e políticas fragilizadas. Nesse ponto, podemos pensar a discussão sobre Estado Liberal e Estado Social Capitalista em nossas reflexões anteriormente, a partir de agora teremos um Estado Neoliberal em uma sociedade capitalista (Europa) e também a partir dos anos 1990 na particularidade brasileira. (Berhing e Boschetti, 2011). Na direção de compreensão do objeto de estudo desse trabalho final, iremos agora se dedicar em alguns elementos do Brasil na perspectiva de sistematizar como as políticas sociais se desenvolveram, e correlacionar com as lutas da classe trabalhadora e demais discussões situadas na apresentação do capítulo dois.

3.2 A discussão das políticas sociais na particularidade brasileira: Uma sistematização sobre Questão Social; Serviço Social; origem e desenvolvimento das políticas sociais; as lutas da classe trabalhadora nos anos 1980 e elementos do neoliberalismo nos anos 1990

Neste tópico iremos no decorrer das reflexões trazer pontos fundamentais para sistematizar uma compreensão do objeto de estudo desse trabalho final. As considerações da realidade do Brasil desde a formação do país serão necessárias na direção de entender as características das políticas sociais na história e as precariedades que permeiam nos espaços em dias atuais. Esse tópico pretende apresentar pontos sobre a Questão Social e o surgimento do Serviço Social, perpassado pelas características das políticas sociais no Brasil, as lutas da classe trabalhadora nos anos 1980 em prol de conquistas e discutir elementos do neoliberalismo e seus mecanismos.

Berhing e Boschetti (2011) sintetiza a relação da Questão Social e Política social nessa disputa entre Burguesia e Proletariado:

As políticas Sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (Berhing; Boschetti, 2011, p. 51).

Ademais, decorrente das considerações acima de Berhing e Boschetti (2011), é necessário pontuar que as conquistas das políticas sociais estão entrelaçadas a essa exploração da classe dominante sobre a classe trabalhadora, pois, a burguesia acumula riqueza diretamente com o suor dos operários, e foi por meio da insatisfação desses trabalhadores que surgiram as reivindicações coletivamente, e assim, se conseguiu direitos e políticas sociais mais dignas em prol de melhores condições de vida. A partir das reflexões das autoras, é importante situar a questão social na concepção de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2000):

[...] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mas além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora[...] (Iamamoto; Carvalho, 2000, p. 77).

Dessa forma, a partir do pensamento de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2000), a questão social está imbricada no modo de produção capitalista na perspectiva de disputa constante entre capital x trabalho, isso é inerente ao capitalismo. A questão social é a contradição entre as classes sociais (Burguesia e Proletariado), e tem como elemento principal a desigualdade social, onde a minoria tem acúmulo de riqueza e a maioria se encontra em condições de vulnerabilidade e risco social. Os trabalhadores buscam reivindicar melhores condições de vida nos espaços, pois, o capital expropria toda energia psíquica e humana deles, e é através dessas manifestações que se conseguem melhores condições de vida, serviços, políticas sociais etc. o Estado é pressionado a intervir nessas relações, com o intuito de administrar as contradições por meio de serviços, políticas e medidas sociais na perspectiva de controlar as manifestações dos trabalhadores e os impactos da questão social.

Portanto, antes de entrarmos na discussão sobre a origem/desenvolvimento das políticas sociais na particularidade brasileira, é necessário pontuamos o surgimento do Serviço Social na década de 1930. Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2000) frisa:

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária. Essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontra-se na doutrina social da Igreja. Configura-se, assim, um caráter missionário à atividade profissional (Iamamoto; Carvalho, 2000, p. 83).

Dessa forma, segundo reflexões de Iamamoto e Carvalho (2000), podemos compreender que o surgimento do Serviço Social está diretamente interligado aos ideários da Igreja na intervenção da profissão nas relações sociais, e isso se associa um entendimento acerca das condutas conservadoras da profissão por um longo período na história, somente sofrendo uma ruptura com o movimento de reconceituação. Mas, ainda o conservadorismo se entrelaça na profissão nos espaços sócio-ocupacionais no século XXI.

Avançando da reflexão de Iamamoto e Carvalho (2000) acima, articulado com o objeto deste trabalho, os/as Assistentes Sociais foram e em algumas ocasiões hoje são reprodutores de práticas clientelistas no processo de trabalho no CRAS, pois, a origem da profissão das demandas impostas pelo Estado era de permanência dos valores burgueses. O capital proporciona em seu projeto condições precárias de trabalho, e isso viabiliza aos profissionais em ações que podem se identificar como práticas de favor na política. O clientelismo se permeia nas relações sociais neste Século. Por isso, a importância de conscientização da própria categoria e dos/as usuários sobre as práticas inseridas na política brasileira e na proteção social básica pelos agentes políticos em prol do capital político. A partir de agora iremos prosseguir a discussão sobre as políticas sociais, para no final do trabalho discorrer da essencialidade da dimensão pedagógica da profissão na busca de desvelar o clientelismo e promover cidadãos críticos no cotidiano da Política de Assistência Social.

Prosseguindo as reflexões de Berhing e Boschetti (2011), na particularidade Brasileira, devemos compreender que as políticas sociais estão alinhadas sua origem/desenvolvimento no processo de formação social do País, e isso transcorre da marca da colonização, escravidão e de uma economia periférica que marca o país. O escravismo e o conservadorismo que se constitui em um país atrasado, dependente e periférico quando comparado aos países centrais. Os elementos da formação social brasileira só tornam o Brasil um produtor de riqueza para os países centrais, enquanto na realidade brasileira, as pessoas morrem de fome e vivem em acentuada desigualdade social. As características da estrutura de um país fazem uma interlocução direta com a origem/generalização das políticas sociais nas relações sociais. Um exemplo: o Brasil produz toneladas de alimentos para exportação, e milhões de famílias passam fome, ou seja, economia dependente. Uma economia dependente se constitui em ter países periféricos influenciados pelo mercado e países centrais em todas as ações do país, seja no social, econômico ou político. O Brasil se permeia em possuir essas características justamente por toda formação social dele, no exemplo acima, é exportar alimentos em grande quantidade e de um valor mais barato aos países de economia independente, enquanto isso, na política interna os produtos são escassos e com valor mais elevado.

Dessa forma, como já citado na discussão anterior, o surgimento da política social na realidade brasileira será diferente dos países do capitalismo central, por causa dos traços da formação social do Brasil. A luta da classe trabalhadora nesse período se articulava no mercado de trabalho. Prosseguindo acerca da política social no Brasil:

[...] Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social.[...] medidas esparsas e frágeis de proteção social no país até a década de 1930, embora tais características sejam persistentes[...] pensar os dias de hoje[...](Berhing;Boschetti,2011 ,p. 79).

Podemos pensar a partir das reflexões das autoras, que as políticas sociais no Brasil foram lentas comparadas aos países de capitalismo central. As políticas sociais implementadas antes da Proclamação da República eram fragmentadas, ou seja, a burguesia não tinha compromisso por uma qualidade de vida dos trabalhadores. Somente a partir da Proclamação da República podemos evidenciar conquistas mais concretas por meio da luta da classe trabalhadora.

Na discussão do surgimento da política social no Brasil, as autoras trazem uma citação na direção de reforçar o marco histórico:

O ano de 1923 é chave para a compreensão do formato da política social brasileira no período subsequente: aprova-se a lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos[...] (Berhing; Boschetti,2011, p. 80).

Portanto, na reflexão proposta acima, é pensar que a especificidade da economia dessa época (café) proporcionou esses direitos aos sujeitos citados acima. Mas, é importante situar que são medidas pontuais e fragmentárias dessas políticas aos indivíduos, ou seja, a maioria da população continua não sendo assistida pelo Estado. Na discussão das políticas sociais e em suas lutas sociais, é importante demarcar segundo considerações da tese de Doutorado de Gracyelle Costa Ferreira (2020) sobre o recorte de Raça e nação na origem da política social, pois, trabalhadores (as) negros brasileiros participaram ativamente das lutas sociais por melhores condições de vida, e muitos dos trabalhadores ferroviários, portuários e marítimos que recebiam assistência do Estado da lei Eloy Chaves eram trabalhadores negros. O capítulo um de sua tese vem proporcionar esse olhar de totalidade que em muitos artigos ou referências

não faz essa menção tão necessária para discussão, e isso só evidencia os traços conservadores e preconceituosos impregnados nas relações sociais advindas da formação social no Brasil.

As considerações de Ana Elizabete Mota (2008) frisam que o desenvolvimento das políticas Keynesiana se transcorria em vertentes opostas entre países centrais e periféricos. Enquanto nos países de capitalismo desenvolvido se constituía uma proteção social com maior ampliação aos indivíduos. Na particularidade brasileira, as políticas de proteção social eram deficitárias, ou seja, via assistência para os pobres, e em relação a política de previdência somente aqueles com salário-mínimo, ou seja, a formação do país influencia diretamente as relações sociais em todos os espaços.

Na compreensão de alguns elementos da introdução das políticas sociais na realidade brasileira, Berhing e Boschetti destaca:

[...] 1930 e 1943, podem ser caracterizados como os anos de introdução da política social no Brasil[...] em relação ao trabalho[...] parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílios-doença, maternidade, família e seguro-desemprego. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho[...] eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira[...] caráter corporativo e fragmentário[...] (Berhing; Boschetti,2011, p. 106).

Ademais, em discussão da citação acima, também podemos situar acerca da expansão dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) na política de previdência social, e em 1930, pode-se citar a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Essas conquistas foram importantes para as políticas citadas, mas, é um desenvolvimento lento e gradual, algo complicado para os indivíduos que precisam acessar os benefícios, políticas e direitos. (Berhing e Boschetti,2011).

Na perspectiva da política de Assistência Social, é necessário frisar:

[...]é difícil estabelecer com precisão o âmbito específico dessa política no Brasil devido ao caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações. Contudo, uma certa centralização se inicia, em âmbito federal, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). [...] Essa instituição foi criada para atender às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra e era coordenada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas[...] (Berhing; Boschetti,2011, p. 107).

A partir dessa citação de Berhing e Boschetti (2011), podemos discorrer como a historicidade da política se perpassa enraizada atualmente. As formas iniciais da Política de Assistência social possuem traços do primeiro-damismo; ações filantrópicas e a-histórica; uma política do favor etc. A partir dessa reflexão, podemos pensar sobre uma permanência do

clientelismo na Assistência Social, com o objetivo de prolongar a política de favor, a política padrão/cliente e a perpetuação dos políticos no poder. Os instrumentos do clientelismo atualmente comparados ao passado mudaram em alguns aspectos, ou seja, o capital tem a capacidade de modificar as formas e estratégias para no final ter o mesmo objetivo: Poder Político.

Berhing e Boschetti reforça:

Esse período de introdução da política social brasileira teve seu desfecho com a constituição de 1937 – a qual radicava a necessidade de reconhecimento das categorias de trabalhadores pelo Estado- e finalmente com a consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT, promulgada em 1943, que sela o modelo corporativista e fragmentado do reconhecimento dos direitos[...] (Berhing; Boschetti,2011, p. 108).

Ademais, nesse período as críticas não faltavam as políticas impactadas pelo Getúlio Vargas, pois, ele tinha simpatia pelo fascismo e nazismo da Itália e Alemanha. A figura de Vargas era questionável, ao mesmo tempo aclamado como pai dos “pobres”, ou seja, um líder político populista e disfarçado. As políticas sociais nesse período eram fragmentadas e seletivas, e isso vai permanecer em toda sua expansão. (Berhing e Boschetti,2011).

Concluindo as considerações acerca da expansão das políticas sociais na realidade brasileira:

[...] Sua expansão foi lenta e seletiva, marcada por alguns aperfeiçoamentos institucionais, a exemplo da separação entre os Ministérios da Saúde e Educação em 1953, e da criação de novos IAPs. A disputa de projetos implicou uma certa paralisia no campo da política social no contexto da ordem democrática limitada[...] esse período ficou marcado pela expansão lenta dos direitos[...] (Berhing; Boschetti, 2011, p. 110).

Sendo assim, Berhing e Boschetti (2011) situam que as políticas sociais implementadas no Brasil se configuram em formato lento e seletivo, ou seja, milhões de indivíduos continuavam excluídos no acesso aos benefícios sociais/políticas do país. A política de bem-estar-estar social vista no contexto da Europa Ocidental de fato não ocorreu efetivamente na particularidade brasileira, pois, não houve uma expansão dos programas sociais e políticas universais como ocorrer na Europa. Essa lenta expansão na particularidade brasileira pode ser por vários determinantes: Capitalismo dependente e periférico; formação social enraizada pela colonização e escravismo; disputa pelo poder econômico e político pela classe dominante etc.

Avançando sobre as políticas sociais, é importante apontar os elementos da decadência dos anos de “ouro” na Europa Ocidental e sua relação com o Brasil, e essa decadência se

configura no período da ditadura militar (1964-1985). Iremos situar alguns elementos das políticas sociais nesse período na perspectiva de trazer reflexões pontuais de como se caracterizavam o formato delas. (Berhing e Boschetti,2011).

Berhing e Boschetti, pontua:

[...] A fase expansiva do capitalismo maduro começou a dar sinais de esgotamento em fins dos anos 1960, com consequências avassaladoras nas últimas décadas do século XX para as condições de vida e trabalho das maiorias, rompendo com o pacto dos anos de crescimento, com o pleno emprego Keynesiano-fordista e com o desenho social-democrata das políticas sociais[...] (Berhing; Boschetti,2011, p. 112).

Segundo a citação acima, na perspectiva de compreender sobre a decaída das políticas keynesianas na Europa, podemos pensar que o elemento fundamental se constitui por meio da crise do capital em 1970 e a reação burguesa, importante pontua: “O capitalismo administrou a crise do início dos anos 1970, que marcou o ponto de inflexão (diga-se: a entrada em um período de estagnação), por meio de limitadas estratégias de reanimação ainda no estilo Keynesiano, apesar dos discursos em contrário[...]” (Berhing; Boschetti, 2011, p. 116). Portanto, as crises persistentes a partir de 1970 irá promover um processo de mudanças na configuração da intervenção do Estado e a decadência das políticas keynesianas nos países da Europa, enquanto no caso brasileiro se constituem uma conjuntura da ditadura militar que promoveram uma decaída das políticas ditas dos anos de “ouro”, políticas sociais de bem-estar que nunca ocorreram na realidade brasileira. (Berhing e Boschetti,2011).

Ana Elizabete Mota (2008) na direção de situar as políticas sociais no Brasil no período de ditadura militar (1964-1985) frisa:

[...] pela contenção das formas de rebeldia política das classes subalternas e pela necessidade de estabelecer uma ordem consentida, além de atender exigências do grande capital, o Estado militar-tecnocrático promove mudanças no âmbito das políticas sociais, procurando funcionalizar essas demandas de acordo com o seu projeto político, por meio da expansão seletiva de alguns serviços sociais. Essa ampliação da cobertura dos programas sociais, em que se incluem as políticas de seguridade social, respondeu, preponderantemente, pela estratégia de modernização autoritária adotada pelos governos militares (Mota,2008, p. 137).

Em relação as considerações acima de Mota (2008), devemos sintetizar que na particularidade brasileira transcorre o golpe, que passa por longo período de ditadura (21 anos) que promoveu uma restauração modernizadora no país, ou seja, tendo como principal elemento a opressão aos indivíduos. A ditadura retira do povo a democracia, liberdade de expressão, direitos e políticas amplas e eficazes, ao contrário, promove opressão, retirada de direitos, políticas sociais mascaradas para os sujeitos, medidas autoritárias etc.

Na perspectiva de entender da conduta do governo de ditadura em relação às políticas, é importante situar:

[...] No mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pagar[...] (Berhing; Boschetti, 2011, p. 137).

Portanto, através das reflexões de Berhing e Boschetti (2011), podemos perceber como as medidas dos governos de ditadura visam mascarar como um governo legítimo e bom para a população. Porém, a ditadura se constitui de opressão e descaracterização da cidadania em sua essência, ou seja, através de ineficientes políticas sociais de acesso, promove a retirada da cidadania em todas as medidas econômicas, políticas e sociais. Uma forma de governo que desregulamenta os direitos e autonomia dos indivíduos da classe trabalhadora.

Prosseguindo as discussões acerca das políticas sociais, segundo as autoras Berhing e Boschetti (2011), iremos entrar na década de 1980, período das lutas sociais, e após, os anos 1990 marca a ascensão das políticas neoliberais. Os anos 1980 irão se constituem em lutas da classe trabalhadora em prol da redemocratização e de direitos sociais, onde teremos como marcas fundamentais em nossa sociedade, a constituição Federal de 1988 e a Seguridade Social, e nos anos de 1990 irão explodir na realidade brasileira a política neoliberal e seus instrumentos de expropriação nas políticas sociais. É um Estado neoliberal a partir dos anos de 1990 na particularidade Brasil.

Segundo o autor Alfredo Saad Filho (2015), a definição do neoliberalismo se constitui em uns alguns pilares interligados:

O neoliberalismo (também escrito como neo-liberalismo) desafia uma definição simples. Na literatura marxista, ele tem sido entendido de quatro maneiras distintas, porém intimamente relacionadas: como um conjunto de ideias inspiradas nas escolas econômicas austríaca e de Chicago e no ordoliberalismo alemão, e elaboradas sob a égide da Sociedade do Mont Pèlerin; como um conjunto de políticas, práticas e instituições inspiradas e/ou validadas por essas ideias; como uma ofensiva de classe liderada pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular; e como uma estrutura material de reprodução econômica, social e política, implicando que o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação. (Filho, 2015, p. 2).

Avançado acerca das considerações acima do Filho (2015), se constituem dizer que o Neoliberalismo é um sistema em articulação em todos os setores das relações sociais na materialidade, desde o social, econômico, político até as relações no cotidiano. Um sistema globalizado, e com impactos diferentes nos contextos dos países centrais ou periféricos. As práticas e formas de expropriação na sociedade atingem de forma impactante a classe trabalhadora em todos os âmbitos de sua vida.

A autora Elaine Rossetti Behring em sua obra (2008), situa que o Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE) de Bresser Pereira por volta de 1995/1996, se propôs em ser um documento de orientação para o Brasil seguir as orientações neoliberais que visassem uma preocupação com o país no quesito fiscal e não social, ou seja, uma restauração que precisava passar por privatizações em prol da recuperação fiscal. As orientações dos governos e políticas neoliberais que estavam postos na materialidade nas relações sociais no Brasil nos anos 1990, irão seguir diretamente o que está posto no Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE).

Em relação aos impactos dos governos neoliberais, Berhing e Boschetti (2011) ressalta na citação:

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico[...] As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocaram aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não-qualificados, redução dos salários devido ao aumento de oferta de mão-de-obra e redução de gastos com as políticas sociais[...]”(Berhing; Boschetti,2011,p. 127).

Portanto, seguindo as reflexões acima de Berhing e Boschetti (2011), podemos situar que com a inserção do neoliberalismo nas relações sociais, as políticas sociais passaram pelo processo de precariedade em todas as frentes. Ressaltamos que o objetivo central do capital e dos governos neoliberais são executar medidas que promovam o bem do capital. Enquanto o capital “necessita” de restaurar-se, segundo as argumentações dos governos neoliberais ou representações capitalistas, a classe trabalhadora tem privação de alimentos e são privados de acesso aos direitos, benefícios, políticas e uma qualidade de vida.

Na realidade brasileira, os anos de 1980 se configura como um período de lutas sociais contra a ditadura e em prol da redemocratização, como pontua Mota: “[...] anos 80, por força da pressão organizada dos trabalhadores, novas mudanças são realizadas no âmbito das políticas de proteção social, mudanças estas que vieram[...] a ser institucionalizadas[...]1988” (Mota, 2008, p. 142). A partir desse momento de discussão, se faz pertinente promover reflexões das lutas sociais em prol de condições de vida com dignidade advindas de direitos sociais. Berhing e Boschetti pontua: “Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988[...]” (Berhing; Boschetti, 2011, p. 138). As lutas sociais se perpassam como fundamentais para adquirir em todo processo na história por conquistas de direitos, políticas sociais e melhores condições de vida que venha promover dignidade e autonomia aos trabalhadores.

Os movimentos sociais que perpassam os anos 1980 serão de relevância no Brasil na perspectiva de pressionar os governantes e a ditadura naquele período por políticas e direitos que seja assegurado em leis. Em relação ao documentário/carta aos brasileiros (3 de outubro de 2016, Capture Produções), a carta do Professor Goffredo da Silva Telles Junior (2016) mostra que ele se tornou um símbolo na defesa de eleições diretas para presidente, e segundo reflexões das pessoas no documentário, essa carta defendia um Estado de direito e contra o governo ditador. Um Estado com liberdade de expressão, pela democracia e com direitos universais.

O documento a carta aos brasileiros se tornou referência para o Brasil e mundo em defesa do povo. O Professor Goffredo na redação da carta aos brasileiros, frisa:

Chamamos de Ditadura o regime em que o Governo está separado da Sociedade Civil. Ditadura é o regime em que a Sociedade Civil não elege seus Governantes e não participa do Governo. Ditadura é o regime em que o Governo governa sem o Povo. Ditadura é o regime em que o Poder não vem do Povo. Ditadura é o regime que castiga seus adversários e proíbe a contestação das razões em que ela se procura fundar (Crônica das Arcadas, 1997, p. 11).

Portanto, a partir das considerações da carta em Crônica das Arcadas (1997), podemos discorrer de que uma ditadura é capaz de retirar a voz da população em prol de benefício próprio, ou seja, governo que não governa para o povo e com o povo é um governo com medidas e práticas ilegítimas. Todas as medidas de um governo de retirar as liberdades civis, as políticas sociais e direitos é um governo instrumentalizado por práticas autoritárias.

Goffredo Júnior ressalta a defesa por um Estado de direito: “O Estado de Direito se caracteriza por três notas essenciais, a saber: por ser obediente ao Direito; por ser guardião dos Direitos; e por ser aberto para as conquistas da cultura jurídica” (Crônicas das Arcadas, 1997, p. 7). Segundo reflexões da carta do Professor Goffredo, podemos utilizar como exemplo recente de uma figura política populista, conservadora e com medidas ameaçadoras para democracia foi o governo de Jair Messias Bolsonaro, que governou o Brasil durante quatro anos com um projeto destruidor em mãos. Uma figura negacionista e um defensor de torturador no período da ditadura de 1964-1985, ou seja, uma ameaça para democracia representativa. As medidas autoritárias são uma ameaça para a população, pois, não permite liberdade e atos democráticos. A carta aos brasileiros fomentou a coletividade em defesa da dissolução da ditadura e da promulgação de uma constituição do povo e com o povo. As principais mensagens da carta, foram: Crítica à ditadura; liberdade e democracia ao povo e um Estado que preze pelos direitos do povo.

No documentário Diretas Já- O grito das ruas(Rede TVT, 12 de Abril de 2022), o movimento Diretas Já, foi o ato democrático marcante nos anos 1980 em prol de uma

sociedade que voltasse a ter liberdade, direito de votar e condições de dignidade, algo perdido na opressão da ditadura (1964-1985). O evento contou com a mobilização da sociedade civil em todo país, partidos políticos, artistas de televisão, deputados progressistas, jornalistas etc. A exaustão da economia, política e da opressão da Ditadura Militar, proporcionou o advento das manifestações do povo clamando por eleições diretas para presidente, e por uma consciência coletiva da sociedade acerca das mazelas da ditadura em todos os âmbitos. Um elemento importante do documentário que devemos situar: Os partidos de direita não participaram dessa manifestação em prol da democracia, ou seja, isso promoveu pistas de uma afeição de partidos extremistas de direita por considerar “normal” medidas e práticas da ditadura.

O documentário do Diretas Já- O grito das ruas (2022), uma figura política que se tornou uma porta voz em prol do movimento Diretas Já, foi o deputado Dante de Oliveira com a proposta da Emenda para eleições diretas para presidente. O deputado expressa como surgiu a ideia da proposta:

Me chamava a atenção que nos debates nas universidades e nos bairros e mesmo em comícios e grandes eventos, a resposta da população era muito forte quando se falava em elegemos o presidente da república. Aquilo era algo que me marcava, era algo que tocava as pessoas. Quando me elegi, tomei a decisão: vou apresentar o projeto (Deputado Dante de Oliveira, Rede TVT, 2022).

Dessa forma, segundo reflexões da fala de Dante de Oliveira, a idealização da proposta deve participação direta da aclamação do povo, ou seja, devemos enquanto sociedade civil participar ativamente dos conselhos, conferências, associações, fórum de discussões, discussões na câmara de vereadores etc., ocupar espaços com a presença da sociedade é uma forma de intervir em prol do fortalecimento da classe trabalhadora. Lembrando que a proposta do deputado foi derrubada em uma votação acirrada, mas, perdeu por pequena diferença. Outra figura política marcante no processo do movimento e da constituinte na discussão pelas eleições diretas e na construção da Constituição Federal de 1988, foi o Líder Ulysses Guimarães. Ele ressaltou a importância do movimento: “ O objetivo é esse, é através da mobilização das massas, da consciência democrática do povo, levar ao congresso a se sensibilizar por essa imposição da consciência nacional” (Documentário- Discurso de Ulysses Guimarães, 2022).

Portanto, podemos destacar o movimento pela saúde como outro ato democrático desse período, segundo o Documentário: 8ª Conferência de Saúde de 1986, a oitava conferência de saúde de 1986 se constituiu como fundamental na luta por uma sociedade democrática e por um Estado de direito e uma saúde universal. As discussões ocorreram durante cinco dias e

contou com a presença da sociedade civil, instituições públicas, partidos políticos etc., um movimento pela qualidade da saúde para os indivíduos, um projeto de transformação na saúde que possam promover o acesso aos sujeitos mais vulneráveis, ou seja, uma saúde universal e em um conceito integral. Esse movimento gerou repercussão mundial e nacionalmente por uma saúde como dever do Estado e por uma Constituição Federal. Foram discussões amplas e lutas cotidianas na defesa de uma saúde integral, ou seja, esquecer o conceito de saúde no processo de saúde e doença, e passar a olhar a saúde na perspectiva de os indivíduos ter casa, trabalho, salário, comida, educação, lazer etc. Supracitado a discussão e importância da conferência na direção de nortear os princípios da saúde, o relatório final da conferência frisa:

Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade (Relatório final, 17 a 21 de março de 1986).

No Documentário Constituinte 1987/1988 (TV Senado, 2012), as considerações sobre a importância por uma saúde universal, vem retratar todo processo de luta e reivindicação da sociedade civil para a construção da Constituição Federal de 1988, na perspectiva de compreender que é um documento que preza pela liberdade, democracia e justiça social de um país, seria a voz do povo materializado em leis na direção de garantir os direitos sociais aos indivíduos. Dessa forma, o processo da constituinte contou com a participação popular e dos vários movimentos sociais (Mulheres, Indígenas, negros e demais), fortalecendo e pressionando na formulação de toda constituição. As lutas sociais e movimentos foram fundamentais na construção de um documento democrático, político e de dignidade para as condições da sociedade civil, pois, juridicamente teriam leis garantidas no papel. Ademais, sabemos que perpassa a disputa de interesses no processo constituinte, principalmente no congresso nacional onde se permeia membros progressistas e conservadores, e isso acaba promovendo uma Constituição Federal com ressalvas instrumentalizado pela correlação de forças entre os congressistas.

Berhing e Boschetti (2011) traz a dualidade que ocorreu no processo constituinte e na construção da Constituição Federal de 1988:

[...] A constituinte foi um processo duro de mobilizações e contra mobilizações de projetos e interesses mais específicos, configurado campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores[...] Os que apostaram na constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de

híbrido entre o velho e novo[...] uma constituição programática e eclética[...] (Berhing; Boschetti, 2011, p. 142).

Sendo assim, a partir das reflexões advindas da citação das autoras acima, é viável pensar como na materialidade da nossa sociedade perpassa as disputas entre as classes, isso é evidente já nas obras de Karl Marx, os manuscritos econômico-filosófico de 1844 e A ideologia alemã de 1845/46. A sociedade burguesa busca incessante todas as mediações possíveis de retirar direitos sociais, com o objetivo central no lucro para o capital.

Na perspectiva da discussão da constituição, se torna de relevância situar o discurso de Ulysses Guimarães no dia 05 de outubro de 1988 na promulgação da Constituição de 1988, Ulysses Guimarães em sua fala frisa: “[...] A constituição certamente não é perfeita. Ela é própria confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar sim, divergir sim, descumprir jamais! Afronta-la nunca. Traidor da constituição é traidor da pátria[...]” (Memórias de 1988- O discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da constituição, 29 de setembro de 2023).

O documentário do discurso de Ulysses (2023) se constitui como emocionante na questão de enaltecimento da participação popular em um documento que promove direitos sociais. Ulysses Guimarães reforça no final do seu discurso: “[...] A nação quer mudar, a nação quer mudar. A nação vai mudar. A constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo a mudança. A promulgação seja nosso grito, mudar para vencer. Muda Brasil” (Memórias de 1988- O discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da constituição, 29 de setembro de 2023). A promulgação da Constituição Federal de 1988 com a participação popular é um marco para defendermos enquanto sociedade civil os direitos conquistados. Essa realidade de participação popular pode-se servir de parâmetro para atuação dos/as Assistentes Sociais nos conselhos, conferências, reuniões, espaços sócio ocupacionais e na defesa de políticas sociais com recursos, instrumentos de trabalho e programas eficazes, na perspectiva de promover uma maior autonomia aos profissionais e promover a viabilização de direitos e políticas aos usuários/as com qualidade, dessa maneira fazendo uma interlocução das lutas da classe trabalhado de modo geral.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 é um marco histórico e político nos anos 1980. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reforça sua importância no preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Constituição da República Federativa de 1988).

Segundo os artigos da constituição federal, é importante destacar os avanços sociais materializados em defesa dos direitos do povo. Porém, devemos enquanto classe trabalhadora perceber a discrepância das leis no documento para a materialidade em todos os espaços das políticas sociais. O governo neoliberal e suas medidas são o principal carrasco da classe trabalhadora na destruição dos direitos garantidos na Constituição. Em seu artigo Orlandeli (2013) ressalta um princípio da constituição: “ O conceito de dignidade da pessoa humana e a sua proteção é um fundamento que rege toda a Constituição[...]” (Orlandeli, 2013, p. 11). Com isso, é lutar para promover a dignidade em todos os espaços e políticas nesse governo e no Estado capitalista.

A discussão do artigo de Enid Rocha (2008) vai discorrer sobre a relevância da participação social em todo contexto de lutas e na história. Ela ressalta a importância dos conselhos e do controle social na perspectiva de fiscalizar no cotidiano as medidas do Estado ou de determinada política, e a participação da sociedade através desses instrumentos é fundamental em prol de assegurar que os direitos dos indivíduos estejam assegurados. Essa participação nos conselhos pretende acompanhar sistematicamente todas medidas do Estado em relação as políticas sociais.

Em relação a Constituição Federal de 1988, Carlindo Oliveira e Regina Oliveira (2011) ressalta uma conquista fundamental no documento:

Um avanço expressivo, obtido na Constituição Federal de 1988, foi a adoção do conceito de seguridade social, definida no artigo 194 como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social[...] os objetivos que devem ser alcançados pelo poder público, na sua competência de organizar a seguridade social[...] (Oliveira Carlindo; Oliveira, Regina 2011, p. 20).

Portanto, em relação a reflexão acima, é pensar que a constituição proporcionou um avanço social e político ao constituir um artigo específico para a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social), na perspectiva de enaltecer direitos, políticas e dignidade aos indivíduos. Evilasio Salvador reforça a importância da Constituição Federal de 1988: “[...] Um dos maiores avanços dessa Constituição, em termos de política social, foi a adoção do conceito de seguridade social, englobando em um mesmo sistema as políticas de saúde, previdência e assistência social” (Salvador,2010, p. 159). Os princípios que cercam as políticas da seguridade social são fundamentais para promover qualidade de vida aos indivíduos via acesso aos direitos conquistados pelas lutas sociais.

Na perspectiva de compreensão da seguridade social na sua materialidade, na reflexão do artigo de Boschetti (2009), é necessário discorrer a respeito dos princípios estruturantes que terá uma composição mista, ou seja, através da política seguro social (Previdência Social) e de política de caráter social (Saúde e Assistência Social). Em relação ao modelo bismarskiano, podemos discorrer que surgiu na Alemanha por volta de 1883, e se constituiu através de seguros sociais. Já o modelo Beveridge se perpassou sua formulação na Inglaterra em 1942, e seria contrário as ideias do bismarskiano, ou seja, o foco do Beveridge seria assegurar um acesso universal, na perspectiva de expandir as políticas e direitos aos indivíduos da classe trabalhadora. Dessa forma, a seguridade social constituída na particularidade brasileira terá embasamento em uma combinação mista. A Previdência Social se configura em ser uma política contributiva, onde os benefícios só serão disponibilizados aqueles indivíduos que por determinado período contribuí financeiramente para ela. Já em relação as políticas de Saúde e Assistência Social tende ao modelo Beveridge, pois, a saúde terá como princípio o acesso universal, e assistência social aqueles que dela necessitam, assim em ambas não precisam propriamente contribuir financeiramente (Boschetti, 2009).

Na discussão do artigo de Boschetti (2009), quando se discute em relação ao acesso aos direitos sociais, ela frisa: “A seguridade social pode garantir mais, ou menos, acesso a direitos, quanto mais se desvencilhar da lógica do seguro e quanto mais assumir a lógica social[...]” (Boschetti, 2009, p. 5). Sendo assim, podemos situar que na particularidade brasileira, as políticas de Saúde e Assistência Social possibilitam um maior acesso aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, pois, não precisam diretamente contribuir financeiramente para acessar. Porém, na prática em relação a materialidade do princípio da universalidade da saúde e de quem necessitam na assistência social não condiz em um capitalismo perverso e agressivo pelo lucro. O processo que percebemos no cotidiano das políticas se mostra distante dos princípios materializados na constituição federal de 1988, e isso ocorre principalmente pelo projeto neoliberal e de desfinanciamento do capital nessas políticas, assunto que será discutido em seguida.

Prosseguindo a discussão do avanço do projeto do capital, Junior e Salvador (2015) em seu artigo traz elementos centrais do movimento capitalista na perspectiva de buscar por meios de medidas neoliberais uma restauração do capital perante a crise que enfrentava desde de 1970, e essas medidas tiveram forte impacto negativo nas políticas sociais. Podemos, a partir das considerações do autor situar que o pontapé inicial no processo de exploração do capital aos trabalhadores (as) da classe trabalhadora foi a crise estrutural de 1970, e o Estado passou a intervir nas relações sociais na direção de lucro, ou seja, por meio da superexploração

da força de trabalho. Os instrumentos e mecanismos utilizados pelo capital (Reestruturação produtiva; mundialização do capital e ajuste neoliberal), busca incessante em conjunto atrair e acumular o maior lucro possível ao capital, e com isso em uma constante sistematização de uma exploração perversa aos indivíduos, sem preocupar com as condições de vida dessas “mercadorias” para o capital. A dissertação de Renata Tobaldino reforça a ideia acima: “ O objetivo maior do capital é recompor suas taxas de lucro, em detrimento das condições de vida da classe trabalhadora[...] há uma tendência à mercadorização dos direitos sociais[...]” (Tobaldino, 2012, p. 25).

Acerca da dinâmica do capital e seus impactos, os autores José Santos e Victor Silva reforça:

A dinâmica do capital sob a égide da hegemonia neoliberal e do capital financeiro transformou e complexificou todas as relações – sejam elas sociais ou de produção – de acordo com seus interesses de reprodução e acumulação. Com isso, exige-se do Estado uma postura de adotar medidas cada vez mais restritivas que foram e continuam sendo executadas nos países capitalistas nos últimos anos à serviço do capital, destruindo e atacando gravemente os direitos sociais fundamentais à reprodução material da classe trabalhadora, como é o caso da Seguridade Social[...] (Santos; Silva, 2024, p. 13).

Em consonância com as considerações de Santos e Silva (2024) na citação, devemos ter consciência que o MPC em seu projeto é promover uma intensificação na direção de desmonte, desfinanciamento e superexploração aos direitos sociais, as políticas sociais e aos serviços e benefícios da classe trabalhadora, o capital busca incessantemente implementar essas contrarreformas. As precarizações que perpassam nos serviços, benefícios, políticas e direitos na Seguridade Social é instrumentalizado pelo projeto do capital, pois, o objetivo é lucrar.

O autor Evilasio Salvador (2012) reforça acerca da implementação da seguridade social e a agenda neoliberal a partir de 1990:

A implementação dos dispositivos constitucionais para a seguridade social, sobretudo seu orçamento, já seria um enorme desafio em condições mais favoráveis aos movimentos dos trabalhadores e da sociedade organizada. A situação vai se tornar desfavorável aos defensores dos direitos sociais a partir da década de 1990, com a hegemonia neoliberal no Brasil (Salvador,2012, p.2).

Portanto, a partir dos anos 1990 em reflexão de Salvador (2012), as políticas sociais, na particularidade em discussão a seguridade social (Saúde, previdência e Assistência Social) irão sofrer um acentuado desmonte realizado pelo capital em prol da sustentação do lucro. Na direção de reforçar o projeto do capital, Ana Elizabete Mota (2006) situa: “[...] A seguridade social é por definição esfera de disputas e negociações na ordem burguesa” (Mota,2006, p. 1).

Na perspectiva desse debate, o autor Salvador (2012), situa que o projeto do capital se apropria do orçamento público da seguridade social para satisfazer os objetivos do capital em prol de acumulação de mais lucro. Enquanto isso, as políticas continuam tendo um subfinanciamento para atender integralmente os indivíduos nos espaços com qualidade. As disputas pelos fundos públicos entre as classes mostram que o capital está se sobressaindo sobre os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. O capital prioriza em seu projeto: privatização, precarização e desfinanciamento de todas as políticas, visando a lucratividade e o pagamento dos juros das dívidas como objetivo primordial.

Prosseguindo a discussão da seguridade social e orçamento, Evilasio da Silva Salvador (2017) promove uma reflexão aprofundada do interesse do capital no tripé:

A seguridade social e seu orçamento são peças-chaves para a compreensão do ajuste fiscal e da captura do fundo público pelo capital portador de juros (CPJ). Como parte da política de ajuste fiscal, em curso desde 1993, que prioriza a realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, o governo federal vem se apropriando das contribuições sociais destinadas à seguridade social[...] Além de sustentar o discurso público de elevados “déficits previdenciários” para justificar contrarreformas previdenciárias[...] (Salvador, 2017, p. 1 e 2).

Dessa forma, a partir das reflexões de Salvador (2017), podemos pensar de como os instrumentos de expropriação do capital perpassa todos os âmbitos dos direitos da classe trabalhadora, ou seja, expropria os recursos da seguridade social em prol do projeto do capital, que se permeia como destrutivo para os indivíduos pauperizados, na perspectiva de salvar o capital de uma eventual “Crise” do sistema capitalista, crise essa que “Obrigar” o Estado modernizar os instrumentos na dinâmica das relações sociais. A partir dessa citação, se faz necessário refletir acerca das estratégias do capital na acumulação do lucro, pois, as políticas de transferência de renda é um exemplo dos instrumentos do sistema capitalista em prol de si mesmo. As políticas de transferência de renda são fundamentais para suprir as necessidades básicas dos indivíduos, mas também em prol do próprio capital na direção que a renda voltará para o capital através do consumo. Os valores dos programas de transferência de renda são inerentes ao consumo das famílias para sobrevivência, mas, devemos compreender que a totalidade da vida de uma família é além do próprio consumo dela. A composição de uma vida digna perpassa: Comida na mesa; vestuário; lazer; cultura; diversão; saúde; educação etc. Portanto, os valores precisam ser analisados por figuras críticas em nossa sociedade, e não por expropriadores/exploradores da força de trabalho. É necessário políticas de inserção dos indivíduos ao mercado de trabalho com direitos trabalhistas e salários dignos.

Na perspectiva de discutir os instrumentos do capital que expropria recursos do orçamento da seguridade social, o autor Salvador sistematiza acerca da DRU:

No ajuste fiscal em curso desde 1993, a DRU tem sido um importante instrumento para retirar recursos das fontes tributárias exclusivas da seguridade social. A DRU tem sua origem no antigo Fundo Social de Emergência (FSE), que já em 2004 permitia a desvinculação de 20% dos recursos destinados às políticas da seguridade social[...] A partir do ano 2000 passa a vigorar a DRU com sucessivas prorrogações. A mais recente ocorreu por meio da EC n.93, de 8 de setembro de 2016, que prorroga a DRU até 31 de dezembro de 2023. O novo texto amplia de 20% para 30% o percentual das receitas de tributos federais que podem ser usadas livremente[...] (Salvador, 2017, p. 4).

De acordo com as ressalvas de Salvador (2017), podemos discutir que a DRU se perpassa como uma alternativa de expropriação dos recursos, direitos e políticas dos indivíduos da classe trabalhadora. O sistema expropria 30% de todos os recursos, e isso é uma perversidade na mesma proporção que existem milhões de indivíduos nos corredores de um hospital por não tem vagas ou por milhões de indivíduos que não sabe se farão alguma refeição no outro dia, e isso é instrumento do sistema capitalista. Devemos pensar nas relações sociais em uma sociedade que impera o capitalismo, pois temos: fome; desemprego estrutural; políticas compensatórias; corrupção; desmonte; privatizações; precarizações e desfinanciamento dos espaços etc.

Em consonância com a discussão da citação acima, se faz pertinente atualizar que a DRU foi estendida até final de 2032, antes era até final de 2023:

[...] O prazo para a desvinculação das receitas foi estendido pela Emenda Constitucional (EC) 132/2023 até 31 de dezembro de 2032. O texto da Reforma Tributária alterou o art. 76-B da Constituição. O prazo anterior, previsto pela EC 93/2016 — que trata da Desvinculação das Receitas da União (DRU) —, se encerraria em dezembro de 2023 (Confederação Nacional de Municípios, 2024).

Ou seja, em relação a discussão da DRU no site da Confederação Nacional de Municípios em 2024, ocorreu a prorrogação da expropriação de 30% dos recursos da seguridade social até final de 2032. Um fato que devemos nos questionar enquanto indivíduos seria acerca da transparência das informações, ou seja, um instrumento de expropriação de recursos teve a prorrogação autorizado, e particularmente, pouco divulgado. A política de informação para a classe trabalhadora se torna um desafio em pleno século XXI, pois, em muitas oportunidades as demandas em favor do capital foram e serão aprovadas com facilidade por não ter pressão nenhuma dos instrumentos dos indivíduos da classe trabalhadora. Essa responsabilidade de viabilizar informações perpassa como obrigação de todas as organizações da classe trabalhadora; movimentos sociais; deputados e senadores progressistas; governo “dito” do povo; profissionais do Serviço Social e da Sociedade de modo geral.

Os instrumentos de expropriação do capital nos direitos sociais e nas políticas sociais se constitui também segundo reflexões de Salvador (2017) pelas renúncias tributárias, e isso impacta diretamente as políticas sociais da seguridade social. É necessário fazer uma interlocução das renúncias tributárias ao “déficit” previdenciário, ou propriamente, na degradação das políticas sociais na materialidade. O Estado preza por renunciar de empresas, capitalistas ou marcas famosas em prol da taxa de lucro, e com isso promove um discurso “lindo” que os gastos sociais são responsáveis pela necessidade da modernização. As renúncias tributárias é um dos vários elementos que proporciona menores recursos ao fundo público, ou seja, recursos que deveriam ser obrigatoriamente repassados ao fundo público para fortalecer os instrumentos das políticas sociais.

Outro instrumento de expropriação dos recursos no período do Ultraneoliberalismo foi o mecanismo fiscal conhecido como “PEC do fim do mundo”:

Outro mecanismo fiscal de relevância, é o denominado “Teto de Gastos”, instituído através da EC n. 95/2016, que sintetiza a ofensiva Ultraneoliberal pós-golpe parlamentar em 2016. A política macroeconômica adotada pelo governo ilegítimo de Michel Temer (MDB) congelou os investimentos públicos nas políticas sociais por 20 anos[...] A também chamada de “PEC do fim do mundo”[...] A EC foi aprovada e de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2023), o SUS deixou de receber 70 bilhões de reais entre os anos de 2018 a 2022[...] (Santos; Silva, 2024, p. 9).

Sendo assim, através das considerações de Santos e Silva (2024) falamos da descaracterização que o Governo Ilegítimo de Michel Temer implementou nas políticas sociais, nos direitos sociais, e conseqüentemente, criando barreiras para o acesso dos indivíduos nos espaços de direito. Nessa discussão, podemos sistematizar acerca de três elementos centrais para compreender o movimento do projeto do capital nas relações sociais, que são: Golpe Parlamentar de 2016; impactos da EC n. 95/2016 nas políticas sociais e o descumprimento da Constituição Federal de 1988. Em relação ao Golpe Parlamentar é primordial pensar que foi um movimento da própria burguesia para derrubar a Dilma Rousseff na direção dela não está implementado todos os objetivos do projeto do capital. O Processo de Impeachment no processo de votação foi ilegítimo, pois, os deputados e senadores usaram argumentos conservadores para apoiar o golpe, e não em provas concretas, e a partir do golpe, a figura de Michel Temer representava e representou o capitalismo em todas as expropriações nas suas medidas. No segundo elemento se faz necessário pontua a perversidade que ele proporcionou ao congelar os recursos por 20 anos, e isso vai impactar diretamente nas políticas, serviços, programas, benefícios e no acesso aos indivíduos da classe trabalhadora, ou seja, o traço perverso do Ultraneoliberalismo exposto. E por fim, as medidas do Governo

Temer proporcionam um ataque aos artigos da própria Constituição, ou seja, como disse o deputado Guimarães em seu discurso na promulgação do documento na perspectiva de que, quem trai os princípios da Constituição, trai a Pátria. Sendo assim, o Governo de Michel Temer traiu nossa Pátria.

Prosseguindo as reflexões da seguridade, a professora Sara Granemann (2016) instiga os leitores pensar sobre algumas estratégias do capital na perspectiva de descaracterizar a classe trabalhadora:

[...] A construção do descrédito de uma política social como a previdência social, de um hospital público, de uma universidade pública combina, basicamente, dois ingredientes: redução do fundo público para realizar aquela política e destruição das organizações coletivas da classe trabalhadora (Granemann, 2016, p. 8).

Portanto, no artigo de Sara Granemann (2016), podemos refletir sobre as medidas de desmobilização que se interligam como um projeto do capital, pois, sem a pressão da classe trabalhadora (Movimentos Sociais, Sindicatos, Partidos Progressistas, Sociedade Civil entre outros) as medidas destrutivas avançam. O processo de redução dos recursos das políticas é uma forma de desmobilização, pois, o Estado não quer indivíduos pensantes ou sujeitos com o acesso as informações. Por isso, os governos neoliberais ou governos de extrema direita implementam tantos ataques às Universidades Públicas, pois, produzir conhecimento e pensar não é uma temática essencial para esses governos. E não existe uma Previdência “Deficitária” como argumentam todos os governos, pois, nas discussões do trabalho é notável visualizar que ocorre uma expropriação do fundo público em prol do pagamento dos juros da dívida, ou seja, o próprio capital é o responsável pelo “dito” déficit.

Em consonância da discussão do desmonte do capital na sociedade, é necessário destacar esse processo de destruição no Sistema Único de Assistência Social-SUAS:

[...] o País vivencia o desmonte de inúmeros direitos sociais, que vem afetando a continuidade das políticas sociais e do próprio SUAS, em decorrência da redução dos investimentos nesse setor e das reformas de Michel Temer, impossibilitando assim a garantia e o acesso de direitos dos cidadãos brasileiros. Estes acontecimentos têm causado momentos de instabilidade e insegurança aos brasileiros e aos profissionais que atua na execução desta política (Aragão; Hora, 2019, p. 6).

Dessa forma, a partir das considerações de Aragão e Hora (2019), é importante avançarmos acerca da historicidade da Política de Assistência Social e os elementos pertinentes em sua história. Buscando compreender os traços da política desde antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, sua transformação via política de seguridade social, os documentos jurídicos após Constituição e o processo de desfinanciamento que ocorre

na mesma. Supracitado também no próximo capítulo a relação da Política de Assistência Social com o mecanismo do Clientelismo na história, e essa particularidade na Proteção Social Básica. Nessa perspectiva de discussão da assistência social e clientelismo, na particularidade da proteção básica, precisamos promover essa discussão para os/as Assistentes Sociais em atuação no CRAS, pois, por meio da dimensão pedagógica da profissão podem conscientizar os sujeitos dessa política social acerca do desmonte implementado pelo neoliberalismo e suas formas de implementar as práticas clientelistas no âmbito dessa política.

4- A SISTEMATIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA MATERIALIDADE E A INTERLOCUÇÃO COM O CLIENTELISMO: UM APROFUNDAMENTO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Neste terceiro capítulo iremos prosseguir uma discussão acerca de um recorte da seguridade social, a destacar e apontar elementos centrais da Política de Assistência Social. O desenvolvimento desde capítulo é para mostrar a correlação entre a Assistência Social e o mecanismo do clientelismo na materialidade da realidade social, na particularidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Iremos no transcorrer do capítulo pontuar desde da história da política, passando pelo processo de avanços e retrocessos, que incluem os documentos jurídicos garantidos em leis, os conselhos e conferências, processo de desfinanciamento que o projeto do capital e atuação dos governos neoliberais implementa na desregulamentação da política e nos instrumentos no processo de trabalho na sociedade, e como isso afeta a proteção social básica.

Na interlocução do clientelismo e assistência social, é necessário destacar os elementos do clientelismo que se permeia na história da política brasileira, e os aspectos na particularidade da política de assistência social. É importante compreendermos como as práticas clientelistas se articulam nas relações sociais na proteção social básica, e como isso entrelaça os/as usuários/as nesse jogo de favores que os agentes políticos instrumentalizam na troca de benefícios, serviços, e direitos por votos. Assim, fazendo a Assistência Social perder o status de política pública, ou seja, dever do Estado e direito do cidadão. As Práticas Clientelistas estão com maior frequência em determinados períodos do ano, e uma dessas épocas são as eleições, pois, em muitas ocasiões nesse período os recursos da Assistência Social aumentam na perspectiva de adquirir maiores benefícios, principalmente cestas básicas.

O interesse dos políticos é usar a Assistência Social como um instrumento para promover um curral eleitoral na percepção de buscar trocar direitos por votos, estabelecendo uma relação de patrão/cliente com as famílias referenciadas no CRAS.

4.1- A historicidade da política de assistência social e os elementos enraizados em sua origem e em todo seu desenvolvimento: A relação do clientelismo nas relações sociais dessa política, sendo uma forma de desregulamentação como política pública

Na direção de compreendermos a interlocução da política de Assistência Social e o Clientelismo, é essencial primeiro percebermos o vínculo desse mecanismo na política brasileira, interligado ao processo de colonização e de uma formação social conservadora. Segundo o autor Elcio Lenardão (2004):

[...] As condições sócio históricas que envolveram a gênese e a consolidação da prática de tipo clientelista na organização política brasileira. Partiu-se da hipótese de que a origem do clientelismo no Brasil dá-se no período colonial, no qual ele vai firmar aquelas que serão suas principais práticas: o uso do favor como moeda de troca nas relações políticas; a instalação do controle político através do mecanismo do cooptação; a negação às classes populares do seu direito à participação política direta e de maneira autônoma; o uso privado dos recursos públicos e dos aparelhos estatais (Lenardão, 2004, p. 1).

Dessa forma, em consonância com a citação de Lenardão (2004), podemos considerar que o mecanismo de clientelismo se articula por meio da formação social conservadora, colonial, dependente e periférica do Brasil em sua história. A autora Moíza Sibéria Silva de Medeiros (2024) traz qual seria a centralidade do clientelismo: “ O elemento central do clientelismo é a troca de favores, e vem perpassando toda trajetória social” (Medeiros, 2024, p. 4). Ou seja, percebermos que as práticas clientelistas já estão articuladas na realidade brasileira desde da formação do país, isso evidencia que sua articulação na Política de Assistência Social é resultado de um processo amplo das relações sociais. Esse mecanismo político inovar os instrumentos de atuação dependendo do sistema que está materializado na sociedade.

Reforçando a ideia de clientelismo, o artigo de Fiuza e Costa (2015) reforça as características desse mecanismo: “No Estado Patrimonial, os poderes e vantagens econômicas tornam-se próprios da classe dirigente, a qual se apropria daquilo que é público em favor dos interesses privados” (Fiuza; Costa, 2015, p. 4). Dessa forma, compreendemos que o

mecanismo do clientelismo se articula na direção do Estado via Governo se apropriar de recursos e patrimônios públicos para instrumentalizar interesses privados através da troca de favores, ou seja, aquilo que deveria ser direito perpassa como favores dos políticos. Os elementos enraizados das práticas clientelistas na sociedade brasileira se tornam um instrumento político, onde o objetivo central é a perpetuação no poder e a submissão dos indivíduos da classe trabalhadora aos agentes dessa política que preza por interesses privados ao invés dos interesses coletivos. O Estado na perspectiva de aproveitar do poder e dos seus instrumentos de ação nas relações sociais se tornam um dos principais expoentes para manutenção das práticas de favor na política brasileira. É próprio do Estado no sistema capitalista e desde da formação do país propagam uma precariedade nas políticas sociais, nesse trabalho a precariedade das condições objetivas da assistência social em prol de facilitar o caminho para o sucesso do projeto do capitalismo, Estado e do próprio governo.

Na percepção de compreender as práticas de cunho assistencial antes de 1988, a autora Dirce Koga (2006) frisa:

As primeiras iniciativas de Assistência surgiram no Brasil durante o período do colonial da América Portuguesa, por meio da criação das Santas Casas de Misericórdia nas antigas Vilas de Santos (em 1543) e de São Paulo (em 1560). Sob a égide da ajuda e dos princípios cristãos da caridade, surgem as práticas de institucionalização das pessoas doentes, como os “leprosos”, os chamados “mendigos”, ou as crianças abandonadas na “roda dos expostos”. A simbiose entre pobreza e caridade acompanha a trajetória da prática socioassistencial[...] (Koga, 2006, p. 49).

As autoras Boscari e Silva (2015) reforça o cunho moral das práticas assistencial: “práticas de assistência social na forma de ajuda a indivíduos sempre estiveram presentes na humanidade, sob formas variadas, mas geralmente ligadas à missão religiosa e conduta moral[...]” (Boscari; Silva, 2015, p. 109). Nesse sentido, a partir das considerações acima, podemos identificar que as ações morais e de ajuda que se permeiam na Política de Assistência Social atualmente tem uma ligação com a própria historicidade dela, visto que no decorrer da conduta dos governos ou responsáveis pela assistência situava a ação com algo assistencialista ou moralista.

Na percepção de interligar as práticas clientelistas na origem da Assistência Social, as autoras Fiuza e Lucia (2015) pontua: “A trajetória histórica da assistência social no Brasil evidencia que essa área da proteção social se relaciona com as práticas clientelistas na condução das ações, serviços e benefícios à população atendida[...]” (Fiuza; Costa, 2015, p. 2). Portanto, podemos compreender que as práticas articuladas na assistência social além de interligada à igreja em uma ação moralista, ainda se situa na política de favor, e em um Estado brasileiro com uma dominação patrimonial e tradicional, ou seja, onde expropriava os recursos

e instrumentos públicos para prover os interesses privados em prol do governo ou da minoria composta no poder.

Outro elemento que perpassa na história da Política de Assistência Social foi o marco do Governo Vargas e a Institucionalização do Primeiro-Damismo entrelaçada na política:

Em 1942, no Governo Getúlio Vargas, foi criada a LBA- Legião Brasileira de Assistência, com a finalidade de prestar auxílio às famílias dos pracinhas brasileiras, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, sendo coordenada pela primeira dama Darci Vargas. Terminada a Guerra, a LBA se volta para a assistência à maternidade e à infância, caracterizada por ações paternalistas e de prestação de auxílios emergenciais e paliativos à miséria. Assim, surge a primeira instituição de assistência social brasileira, na instância federal, que tem sua gênese marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo (Boscari; Silva, 2015, p. 10).

Dessa forma, na perspectiva de reforçar a figura da primeira-dama na sociedade citada acima, os autores Oliveira e Alves (2020) frisa: “[...] Legião Brasileira de Assistência, objeto de estudo desta investigação, é possível identificar o alinhamento com o processo de feminilização da filantropia supracitado. [...] LBA contava com um corpo assistencial formado majoritariamente mulheres[...] primeira-dama municipal[...]” (Oliveira; Alves, 2020, p. 7). De acordo com as considerações de Oliveira e Alves (2020) e Boscari e Silva (2015), é pensar que esse primeiro-damismo se constitui como um instrumento político ativo em vários municípios brasileiros na perspectiva de assegurar uma política de favor em prol da imagem e da continuidade dos esposos no poder municipal, estadual ou até nacional, como ocorreu no governo Vargas.

Em consonância das reflexões acima, principalmente de Oliveira e Alves (2020), outro elemento para buscamos compreender na consolidação do primeiro-damismo, é acerca da permanência atual da primeira-dama em nossa sociedade no comando das secretarias de Assistência Social, e isso acarreta vários problemas na perspectiva de os indivíduos não compreender a Assistência Social como uma política social, sendo direito da sociedade e dever do Estado. Os políticos vêm promovendo esse fortalecimento das primeiras-damas no poder pelo interesse próprio e de interesses privados, ou seja, fortalecer a figura do governante na continuidade do poder e instrumentalizar as práticas clientelistas no processo de trabalho dessa política através da figura feminina.

Reforçado as considerações de Oliveira e Alves (2020) e Boscari e Silva (2015) acima, compreendemos que o processo de práticas clientelistas se articula em vários elementos com a Assistência Social, desde a formação do país até a política de inserção da primeira-dama na secretaria desta política. Sendo assim, na complementação de elementos do clientelismo nas relações sociais, a autora Alana Schneider Wiederkehr (2017) discorre na sua produção uma

relação de compromisso entre o político e o usuário da política, nesse caso, a assistência social, ou seja, se constituem via práticas clientelistas uma troca de favor e uma relação de comprometimento, os famosos favores sendo estabelecidos em uma política pública.

Avançado das discussões de Alana Schneider Wiederkehr (2017), essas práticas clientelistas se perpassam em um processo de troca de votos por benefícios materiais ou dinheiro, na perspectiva de conseguir atingir determinado quantidade de votos que possam garantir a continuidade desses candidatos ao poder, seja no âmbito Municipal, Estadual ou Nacional. Na intenção de alinhar ao objeto de estudo, é necessário frisar que essas práticas clientelistas estão presentes no processo de trabalho da Proteção Social Básica, ou seja, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), via principalmente, por doações de cestas básicas, ou seja, políticos indicam famílias no recebimento de cestas básicas em prol de assegurar que os membros da família fiquem devendo favores, e que venha serem pagos através de votos nas eleições.

Outro instrumento que justifica a permanência do mecanismo clientelismo nas relações sociais na sociedade, e na particularidade da política de Assistência Social é a desigualdade social, evidente devido tanto uma formação social do Brasil (Periférico, conservador, Colonial, Dependente), até os dias atuais com o avanço do projeto destruidor do capital em todos os espaços, e isso impacta também o processo de trabalho da proteção social básica. Em seu trabalho de conclusão, a autora Alana Schneider Wiederkehr (2017) proporciona essa reflexão crítica acerca da desigualdade social ser um ponto para entendermos o enraizamento do clientelismo nas relações sociais da sociedade, e especificamente na proteção básica. Portanto, o processo de desigualdade social que está impregnado no sistema capitalista se situa como um aspecto para continuidade do clientelismo na política de assistência social, pois, as famílias referenciadas vivem em extrema vulnerabilidade, e isso é funcional ao capital na direção de se tornar mais fácil inserir essas famílias as práticas clientelistas, pois, os direitos, serviços, políticas e programas se torna inacessíveis em um sistema capitalista para milhares de pessoas em vulnerabilidade social, e esses seres vulneráveis serão inseridos nesta política de patrão/cliente por necessidades sociais.

Porém, no decorrer da história podemos destacar a promulgação da Constituição Federal de 1988 como uma forma de se tornar uma barreira para as práticas clientelistas nessa política, pois, agora a direção era a consolidação da Assistência Social como Política Pública. Segundo discussões de Annova Carneiro (2019), Cleonice Araújo (2019) e Maria Araújo (2019), a constituição federal é um marco histórico de lutas da classe trabalhadora em prol de uma sociedade com direitos. Um avanço fundamental na Carta Magna é o artigo 194 que

desdobrará sobre a seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social). Em relação a política de assistência social, o documento diz que é uma política que viabiliza o acesso para aqueles (as) que dela necessitam, ou seja, uma política que proverá na teoria os mínimos sociais. Sendo assim, o documento da Carta Magna de 1988 foi juridicamente a primeira lei que instituía a Política de Assistência Social como um direito da sociedade e um dever do Estado. Porém, a instrumentalização da assistência social só ocorreu na sociedade em 2004. Assim se consolidado como uma política pública, e se tornando um instrumento na perspectiva de se distanciar das práticas clientelistas na materialidade das relações sociais.

Outro documento que consolidou a Política da Assistência Social na materialidade na perspectiva de torná-la um dever do Estado foi a Lei N 8.742 de Dezembro de 1993, onde em toda sua sistematização enquanto documento vem proporcionar aos indivíduos elementos centrais para garantir os mínimos sociais aqueles que necessitam. O objetivo primordial do documento é expor a definição da Política de Assistência Social, os objetivos, os princípios, as diretrizes, organização, tipos de proteção etc. A centralidade da política é prover para os indivíduos que necessitam da assistência da mesma as necessidades básicas, ou seja, promover uma proteção social que possam levar uma vida com dignidade aos usuários referenciados pelos serviços. A Assistência Social busca no horizonte promover um acesso humano dos indivíduos aos serviços, um atendimento igualitário e ampliação de todos os serviços que a política de Assistência possui para atender as demandas da sociedade (Lei N 8.8.742, 7 de Dezembro de 1993).

A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) de 2004 é de significância na materialidade das relações sociais, tem como direção assegurar a proteção social das famílias em vulnerabilidade social e que necessitam de serem inseridas em programas, serviços, projetos e benefícios que proporcionem uma reparação sobre as condições precárias que vivem por causa das relações sociais capitalistas. Essa PNAS busca através de diretriz, princípios e objetivos fortalecer os vínculos familiares e assegurar uma superação das fragilidades e possíveis riscos pessoal e social que permeiam essas famílias em sua totalidade, seja na vida social, familiar e comunitária.

Outro instrumento importante para a Política de Assistência Social foi o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pois, se caracterizou em um marco constitucional na perspectiva de estabelecer a Assistência Social como política pública:

O SUAS representa uma nova forma de organizar e gerir a Assistência Social Brasileira. Planejado e executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais, em estreita parceria com a sociedade civil, garante a Assistência Social devida a milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias. À medida que o processo de consolidação democrática brasileira avança, o Estado

Brasileiro demonstra ser capaz de absorver mais e melhor as demandas e necessidades sociais da sociedade (SUAS- Sistema Único de Assistência Social, 2005, p. 9).

Dessa forma, por meio das reflexões sobre o SUAS, é primordial enaltecer o avanço jurídico e social que ele proporciona em nível nacional. Porém, é necessário situar que o clientelismo continua entrelaçado na política de Assistência Social mesmo com todos os documentos Jurídicos. Segundo Francisco Pereira de Farias (2000): “ A condição sócio-econômica para a proliferação do voto de barganha é predominância de relações de produção capitalistas[...]” (Farias, 2000, p. 50). Nesse sentido, podemos evidenciar uma persistência da discrepância das leis da política em materialidade na sociedade e nos espaços de atuação, em particularidade neste trabalho o CRAS, ou seja, o Estado em prol do capital proporciona uma desconstrução democrática dos direitos sociais em toda sociedade, isso na direção de fortalecer o projeto do capital. E a partir do desmonte dos instrumentos e recursos dessa política, o mecanismo clientelismo ganha estabilidade e força para atuar com veemência.

Prosseguindo a discussão da Política de Assistência Social é necessário discorrer sobre as articulações dessa política em relação aos governos e seus planos políticos, econômicos e sociais para a sociedade civil:

Os anos 2000 foram marcados pela ascensão ao poder de partidos de esquerda em vários países da América Latina, inaugurando-se um ciclo de governos progressistas. No Brasil, o poder central foi assumido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Iniciando-se com o Governo de Luís Inácio Lula da Silva, (2003-2010), seguido por Dilma Rousseff com um primeiro mandato de 2011 a 2014, reeleita, mas afastada por um “golpe institucional” em 2016, sendo substituída por seu vice Michel Temer (Silva, 2019, p. 3).

Portanto, as reflexões de Silva (2019), podemos pensar que essa ascensão dos governos “ditos” progressistas em toda América e na particularidade brasileira, contribuiu para uma expansão de avanços nas políticas sociais, e isso engloba conquistas na Política de Assistência Social através de documentos jurídicos e das conferências que ganha maior espaço de atuação em governos de esquerda. Dessa maneira, devemos nos conscientizar enquanto classe trabalhadora e Serviço Social como é essencial participamos de todos os processos políticos na sociedade em uma leitura crítica das figuras políticas que podem assumir o governo. O objetivo central é escolher políticos que tenham pautas concretas para ampliação da Assistência Social e de todas outras políticas sociais em benefício dos indivíduos. Sintetizando que em governos “ditos” progressistas existem vários aspectos clientelistas também, sem romantizar por partidos políticos, é preciso sermos críticos com todos os partidos na busca pela qualidade de vida da classe trabalhadora.

Na perspectiva de compreender a desconstrução da Política de Assistência Social: “ [...] Contexto de grave crise econômica e político-institucional, de avanço do conservadorismo, de desconstrução da democracia e dos direitos sociais que se situa a desconstrução do SUAS, enquanto sistema de implementação da Política de Assistência Social” (Silva, 2019, p. 8). Sendo assim, podemos associar o processo de desconstrução da política de assistência social ao avanço dos governos conservadores no poder, ou seja, governos esses que priorizam o projeto do capital ao invés da expansão pelos direitos da classe trabalhadora. As pautas dos governos neoliberais se constituem em apenas fornecer os instrumentos de exploração em prol do projeto do capital, sem mostrar nenhuma preocupação com as políticas sociais para a sociedade civil.

Na direção de compreender o processo de construção e desconstrução da Política da Assistência Social, o autor Silva (2019) em seu texto vai discorrer na existência de dois ciclos, onde o primeiro vai de 2005 até 2011, e o principal ponto de construção de relevância dessa política é justamente o enaltecimento do SUAS. Nesse período, se perpassava um governo de esquerda (Luiz Inácio Lula da Silva), ou seja, governos de esquerda tende a viabilizar políticas e ações que fazem interlocução ao alargamento de direitos para a sociedade civil.

Em relação ao segundo ciclo, o autor diz que se permeará entre 2012 e 2016 onde ocorria um processo de estabilidade do SUAS, mas, foi brutalmente interrompido pela instrumentalidade do Golpe em 2016. A partir de 2013 começa um processo de desgaste do Governo Dilma Rousseff nas ruas e uma pressão do Senado e Congresso Nacional, nesse sentido de crise no governo de esquerda, é que a grande burguesia e mídia se articula em prol de descaracterizar o governo em um processo de pedalada fiscal para concretizar um Impeachment, onde se concretiza em 2016. Isso foi um projeto do capital na restauração de figuras que prezasse pelos interesses dos capitalistas, e Michel Temer passou a ser ideal para governar o país através de um golpe. Em relação ao progresso ou retrocesso da Política de Assistência Social se articula diretamente com o governo que se constitui no poder. Por isso, é necessário enxergar as lutas por conquistas ou retrocessos em todos os espaços, desde a conduta do Governo Federal até nos espaços de controle social (Conselhos e Conferências). As formas de enfrentamento ao processo de desconstrução das políticas sociais pelo capital podem se constituir em diversas formas, seja através do voto, manifestações, conselhos, conferências ou propriamente fazendo greve contra qualquer desmantelamento nos espaços de atuação da política de Assistência Social.

Em relação ao primeiro ciclo, é importante situa:

[...] São formuladas categorias de referência e normas legais para orientar a Política de Assistência Social, enquanto política pública de construção de direitos, com destaque às NOB/SUAS e a NOB RH. Ocorreu ainda a tipificação para padronizar e orientar a implementação dos serviços em todo território nacional (Silva, 2019, p. 9).

Portanto, nesse primeiro ciclo da citação acima, se transcorre em governos petistas, ou seja, ocorreu conquistas consideráveis na direção de materialidade jurídica para a Política de Assistência Social na sociedade, e isso se permeia como primordial para afastar das condutas moralizantes, clientelistas, paternalistas e de favor que persiste e existe na história da política. A materialidade de conquistas da assistência social nesse primeiro ciclo é essencial para estabelecermos um reconhecimento como uma política pública.

Na compreensão do segundo ciclo:

Em maio de 2016 encerram-se os períodos de construção e desenvolvimento do SUAS. No contexto de profundas mudanças na conjuntura econômica e política do Brasil, inicia-se um processo de desconstrução de um Sistema de Proteção Social[...] A Secretaria Nacional de Assistência Social é assumida por uma intelectual orgânica do Partido da Social Democracia Brasileira(PSDB), uma das responsáveis pela Comunidade Solidária no governo de Fernando Henrique Cardoso, abrindo espaço para o conservadorismo e para construção de um projeto de assistência social orientado pelo liberalismo radical, ortodoxo e conservador (Silva, 2019, p. 10).

A partir do golpe institucional de 2016, que vai caracterizar como o segundo ciclo, segundo Silva (2019), ocorreu um processo de desfinanciamento da Política de Assistência Social em todos os espaços, desde da diminuição dos recursos até a implementação dos serviços pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com as famílias referenciadas, ou seja, o avanço de governos reacionários e que prezam pelo projeto do capital, proporciona diretamente no desmantelamento das políticas, direitos e serviços dos indivíduos da classe trabalhadora. Nesse sentido, a instrumentalização do clientelismo encontra aberturas para operacionalizar suas práticas em prol dos agentes políticos, justamente por esse mecanismo ter interlocução direta com o conservadorismo já estabelecido na formação do país, e reforçado pelos governos reacionários após golpe institucional.

Na continuação da discussão sobre a política de Assistência Social. A Iracilda Alves Braga (2018) sintetiza que o objetivo da política neoliberal é pautar os interesses do capital e banalizar os interesses dos indivíduos da classe trabalhadora. Portanto, é nesse caminho de reflexão acerca da agenda neoliberal que iremos discorrer sobre os avanços e retrocessos que permeiam a Assistência Social. A busca do neoliberalismo a partir da década de 1990 vai interromper o avanço dos direitos dos trabalhadores que estão contidos na aprovação da Constituição Federal de 1988. O objetivo central do neoliberalismo em ação nas relações sociais é promover a acumulação do lucro para o capital e a superexploração dos indivíduos

da classe trabalhadora. E isso perpassa as políticas sociais na direção de expropriar dos recursos da seguridade social para ceder ao pagamento dos juros da dívida pública. O retrocesso das políticas se permeia em todos os âmbitos com a agenda neoliberal implementada a partir dos anos 1990.

Segundo as reflexões de Neuma Porcino da Silva (2012) em seu trabalho de conclusão de curso:

(...) Compreendemos que as políticas desenvolvidas no neoliberalismo, são um retrocesso ao que propôs a Constituição Federal de 1988, tendo em vista que tais políticas buscam apenas aliviar problemas e não resolve-los, individualizando os direitos sociais e intensificando a mercantilização dos serviços para o atendimento das necessidades (Silva, 2012, p. 12).

As reflexões da autora se tornam pertinentes na perspectiva de avaliar o processo de degradação que a Política de Assistência Social vem sofrendo diariamente com o avanço do capital. As políticas sociais sofrem desfinanciamento, desmonte na estrutura física, desfiguração da equipe profissional, e isso irá impactar diretamente no atendimento realizado aos (às) usuários/as nos espaços. A discussão acerca do alcance ou resolução das políticas sociais aos indivíduos referenciados por elas se tornou pertinente, ou seja, na atuação da política de Assistência Social, tem a possibilidade de promover as famílias a uma vida digna concreta ou somente se transcorre em sua maioria por ações pontuais?! Precisamos de políticas que priorize a autonomia das famílias no cotidiano, seja em relação ao lazer ou no poder de compra no mercado.

Outro elemento que permeia na política de assistência social atualmente é em relação aos programas e políticas que são utilizadas para promover a figura política do Líder que pretende continuar no poder, ou seja, o que deveria ser implementado na sociedade como direito da população e dever do Estado, passa numa perspectiva de favor e benevolência do Governo, e isso se interliga ao clientelismo, como se fosse favores ceder recursos maiores a Assistência Social. No artigo “Escalada conservadora e ultraneoliberalismo: indicações a partir da política de assistência social”, de Mossicleia Silva e Anna Souza vem caracterizar essa associação:

É muito característico de diferentes governos a substituição de programas com vistas à legitimação de seus projetos políticos. No governo Bolsonaro essa tendência assume um alinhamento extremamente ideológico, como o que se deu com as mudanças, por exemplo, do Ministério dos Direitos Humanos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Bolsa Família para o Auxílio Brasil, o “Minha Casa, Minha Vida” substituído pelo programa “Casa Verde e Amarela”, entre muitos outros (Silva; Souza, 2022, p. 13).

Portanto, na direção das considerações de Silva e Souza (2022), devemos ter a percepção que a política de assistência social atual é usada como estratégia política para proporcionar uma continuidade dos partidos ou governantes no poder, ou seja, existe um projeto de um alinhamento ideológico aos programas de proteção social. Essas ações ideológicas em discursos em alguns momentos são mais escancaradas e em outros em completo mascaramento. E ambos os governos utilizam desse instrumento político ideológico para permanecer no poder, seja a direita ou esquerda. Porém, é visível nesse estudo uma preocupação maior dos partidos de esquerda com as pautas sociais, e diretamente com avanços para a sociedade civil.

Na perspectiva de diferenciação do Neoliberalismo e Ultraneoliberalismo: “[...] O golpe de 2016 se instaura o que chamamos de ultraneoliberalismo: o Novo Regime Fiscal – EC 95 e 93(2016); a contrarreforma trabalhista de 2017; a entrega do pré-sal; a contrarreforma da previdência” (Behring,2023, p. 9). Na mesma linha de direção, Sobrinho e Veiga (2023) reafirma os instrumentos do ultraneoliberalismo: “[...] 3 fases do neoliberalismo, sendo denominado de ultra neoliberalismo, o que se funda no trinômio: 1. Aprofundamento violento da exploração do trabalho, diga-se, da precarização e “captura” da subjetividade do/a trabalhador/a; 2. Expansão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro; 3. Privatização e expropriação de bens comuns e estatais que ainda existem”. (Sobrinho; Veiga, 2023, p. 6-7).

Sendo assim, em relação as considerações acima, podemos caracterizar que o projeto ultraneoliberal se concretiza a partir do momento de uma superexploração da classe trabalhadora em todos os níveis, e uma apropriação por meio da propriedade privada em todos os espaços e políticas sociais. Em relação a Política de Assistência Social se perpassa em condutas de focalização e seletividade no processo de trabalho no cotidiano, visto que a precariedade proporcionada pelo capital impacta diretamente todos os âmbitos da política. O Ultraneoliberalismo é um aprofundamento de todos os instrumentos do neoliberalismo já instrumentalizados nas relações sociais.

Prosseguindo a discussão da Política de Assistência Social, é necessário frisar o desfinanciamento da política sobre o comando do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro:

[...] A Política Nacional de Assistência Social como um todo esteve no cerne do processo de dismantelamento. As transferências do Governo Federal para os municípios caíram de pouco mais de três bilhões de reais no final da presidência Dilma para pouco mais de um bilhão e meio de reais em 2020. O orçamento indicado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para 2021, destinado ao custeio dos serviços e ações sócioassistenciais, foi de 2.6 bilhões, mas teve uma aprovação efetiva de apenas RS 1.1 bilhões, com redução, então, de 59,34%. Com isso, os pilares do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como componente

estratégico da seguridade social, ficaram comprometidos (Sobrinho; Veiga, 2023, p. 10).

Dessa forma, de acordo com as considerações de Sobrinho e Veiga (2023), é pensar que o processo de desfinanciamento da Política de Assistência Social no Governo Bolsonaro foi algo perverso e impactou em todas as escalas de serviços implementadas pela política. O retrocesso desse governo deixou marcas profundas na relação política e sociedade civil, visto que a atuação da Assistência Social se caracteriza em situação ainda mais crítica por causa do desmonte proporcionado pelo governo bolsonarista que pode ser caracterizado como negacionista, autoritário, conservador e ultraneoliberal. Por isso se faz necessário reforçar a importância de participar ativamente enquanto indivíduos dos conselhos, conferências, partidos progressistas, movimentos sociais e sociedade civil em fazer política e participar ativamente na política de modo geral, pois, participando ou não da vida política, milhões de pessoas estão decidindo seu futuro nos espaços de interação social.

Na sistematização da Política de Assistência Social, é necessário situar os conselhos na direção de fiscalizar os procedimentos da política e seus desdobramentos, a autora Neves (2012) desenvolve em sua pesquisa acerca do assunto:

[...] Objetivo analisar o potencial democratizador do CMAS e verificar se esse espaço consegue proporcionar uma maior publicização da política de Assistência Social, contribuindo com a construção de uma nova forma de decidir as políticas públicas. Trata-se de um estudo[...] Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) Niterói[...] propõe a mostrar a participação da sociedade civil a partir de uma disputa entre culturas políticas nos diferentes espaços[...] (Neves, 2012, p. 214).

Supracitado as reflexões de Neves (2012), os conselhos de Assistência Social são fundamentais na perspectiva de fiscalizar os representantes do governo e do capital por uma Política de Assistência Social com maior poder de atuação frente as expressões da questão social nessa sociabilidade capitalista. Ademais, Elaine Behring (2023) reforça a necessidade de consciência da classe, e o conselho é um espaço de politização: “ A consciência de classe não brota do além: é processo, é construção histórica, é disputa de hegemonia, como nos ensinava Gramsci. E isso se constrói nas lutas[...]” (Behring, 2023, p. 11). Dessa forma, a sociedade civil precisa se conscientizar da importância dos conselhos e das conferências, na direção de lutar por pautas que proporcione serviços e benefícios diretamente a classe trabalhadora.

Dessa forma, nessa reflexão é primordial ressaltar o desmantelamento do Governo Bolsonaro e os desafios do Novo Governo Lula:

[...] Bolsonaro atingiu seu objetivo de desconstruir, destruir e desmantelar as políticas sociais públicas no Brasil[...] Uma realidade de miséria e fome, que ainda

afeta (e, acreditamos que afetará por certo período), grande parte da população, e que, mesmo com a chegada do Governo Lula ainda se tem muito para (re) construir, pelo menos para se chegar aos patamares de combate à pobreza e a miséria à época do golpe contra a Dilma Rousseff (Sobrinho; Veiga, 2023, p. 13).

Portanto, a partir das considerações acima, podemos pensar que pode ser através do novo Governo Lula que a sociedade poderá ter políticas com maior possibilidade de acesso aos serviços, programas e projetos. Porém, devemos ter consciência que os governos petistas são conciliadores de classe, e em muitas decisões favorecem o projeto do capital. Os desafios que perpassa o Governo Lula em 2025 são vários, porém, podemos destacar a política de negociação no Congresso e Senado como um dos maiores, visto que as disputas de interesses capitalistas/privadas se permeiam com força naquele espaço, que deveria eram pautar projetos progressistas e benefícios em prol da sociedade.

Fazendo um recorte acerca da Política de Assistência Social, é relevante tratarmos do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. A autora Suelene Izabel Veira Silva (2016) objetiva o que seria a instituição CRAS:

(...) O CRAS é a unidade pública pertencente à Política de Assistência Social, de base municipal e é integrante do SUAS, que faz atendimento básico de promoção das famílias que se encontram em risco social, tornando-se referência para o desenvolvimento de todos os serviços sócio assistenciais de proteção básica no seu território de abrangência (Silva, 2016, p. 15).

Portanto, reforçado as considerações de Silva (2016), o CRAS é instrumento de trabalho dessa política no seu desenvolvimento no cotidiano da Sociedade Brasileira. Os serviços, projetos, programas e benefícios implementados por essa instituição contribuem de forma relevante para enaltecer a importância de uma Política de Assistência Social nas relações sociais, mas, também está entrelaçado com o mecanismo clientelismo no seu processo de trabalho com as famílias referenciadas. Sendo assim, se torna necessário discorrer acerca do processo de trabalho do CRAS e os instrumentos, disputas, possibilidades e condutas que estão articuladas na proteção social básica na materialidade das relações sociais, e assim proporcionar a interlocução do clientelismo nesse espaço, visando ser uma herança da política brasileira e da assistência social desde a origem e que se permeia até os dias atuais. Ademais, iremos no decorrer da finalização deste trabalho proporcionar uma reflexão acerca de como é primordial a atuação crítica/propositiva das/os Assistentes Social na proteção social básica na dimensão pedagógica no horizonte de promover uma conscientização para o próprio Serviço Social e para as/os Usuários/as acerca das práticas clientelistas que entrelaça todos, ou seja, politizar que os serviços instrumentalizados ali são direitos e não favores.

Prosseguindo a discussão sobre o CRAS, é fato pontuar que o princípio da Territorialidade é fundamental na promoção de um serviço de qualidade para a população da Proteção Básica. Segundo Ellen Silva: “Localizados estrategicamente nos territórios considerados como sendo de vulnerabilidade e risco social, os CRAS possuem papel fundamental nesse acesso aos direitos[...]” (Silva,2019, p. 77). No documento Orientações técnicas do CRAS vêm reforçar a importância do princípio de território: “ A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento[...]” (Orientações Técnicas do CRAS,2009, p. 15).

Nesse sentido, a partir do princípio do território refletido no documento e da autora em relação ao trabalho do CRAS, podemos associar dois pontos na discussão: A Importância de fiscalizar os espaços onde estão instaladas as instituições da proteção social básica, e o segundo seriam quais os usuários/as da proteção básica que estão entrelaçados no mecanismo do clientelismo através dos serviços do CRAS. Portanto, em primeiro lugar se faz necessário defender o CRAS em territórios de vulnerabilidade e risco social, para assim promover o acesso dos serviços socioassistenciais as famílias vulneráveis, ou seja, ter consciência que a Política de Assistência Social trabalha com famílias em extrema vulnerabilidade, principalmente na questão de renda, ou seja, é inviável e até inadmissível instalar um CRAS fora ou distante do princípio de territorialidade. E, dentro da atuação profissional do Serviço Social em sua atuação pedagógica promover práticas educativas que possam conscientizar que os serviços são direitos e não favores políticos aos indivíduos em situação de vulnerabilidade na Instituição do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A discussão acima de Silva (2019) e das Orientações Técnicas do CRAS (2009), é de suma importância na perspectiva de situar o perfil das famílias referenciadas no território: Famílias de baixa renda, chefiadas por mulheres, de cor, predominantemente, negra, baixa escolaridade, saúde mental comprometida, em áreas de ocupação, expostas às drogas e precárias condições de vida e de trabalho, o que faz com que as famílias recorram ao aluguel social e a concessão de cestas “básicas”. São características pertinentes e presentes em grande parcela do território de abrangência do CRAS, e isso é a realidade social na essência do barbarismo do capitalismo frente às relações sociais estabelecidas nesse sistema, que tem como único objetivo expropriar e acumular riqueza, indo na direção de negar políticas/direitos sociais para a classe trabalhadora. Na compreensão que o espaço da instituição existe um recorde de Gênero e Raça, ou seja, uma interlocução com a formação do Brasil.

No artigo de Amanda Oliveira da Silva (2018) sobre: “Formação sócio histórica econômica Brasileira e Patriarcado”, vem situar como a figura feminina sofre uma exploração e subestimação desde da formação do Brasil em suas relações econômicas e sociais em todos os espaços da sociedade e das políticas sociais. Essa discussão de Silva (2018) é importante para compreendermos como se constituem a construção social, política e econômica brasileira em relação a mulher preta, e como essa percepção construída historicamente se constitui em nossa sociedade em pleno século XXI. Isso é presente principalmente em bairros com presença de vulnerabilidade social. Os/as assistentes sociais precisam ter uma formação na direção do materialismo dialético-crítico, no sentido de uma atuação crítica para visualizar através das técnicas, instrumentos e instrumentalidade, todas essas particularidades que se estão postas nas relações sociais em nossa construção histórica, e que se perpassa nos espaços institucionais. Portanto, compreendemos que as práticas clientelistas entrelaçadas na Assistência Social por meio da proteção social básica têm as mulheres pretas tratadas como “clientes” pelos políticos, e não possuem assim o reconhecimento dos serviços socioassistenciais como direitos na integralidade, e sim em muitas vezes como favores políticos.

Na perspectiva de compreensão da interlocução entre clientelismo e os instrumentos do processo de trabalho do CRAS, a autora Annova Míriam Ferreira Carneiro (2018) ressalta:

[...]Todavia, a pesquisa demonstrou, nos municípios estudados, que a concessão de benefícios eventuais, mediante critérios legalmente definidos, ainda é um desafio a ser enfrentado pela maioria, visto que, dos 6 (seis) municípios, somente em 2 (dois) os técnicos e gestores afirmaram não haver interferência política no processo de concessão dos benefícios. Nos demais municípios, parece ainda existir a interferência de práticas clientelistas e assistencialistas no acesso dos usuários aos benefícios eventuais e demais proteções sociais asseguradas pelo Suas, o que dificulta a consolidação da Assistência Social como política pública de direitos. (Carneiro,2018, p. 12).

As reflexões acima proporcionam de Carneiro (2018), uma interligação direta da interferência política na concessão dos benefícios eventuais na proteção social básica, isso evidencia a permanência das práticas de favores em uma política juridicamente estabelecida como uma política pública, ou seja, os políticos usufruem de serviços e benefícios públicos para satisfazer os interesses privados, e dessa maneira, ainda descaracteriza enquanto um direito da sociedade e dever do Estado. É um caminho da continuidade do poder via política de assistência social, na particularidade da proteção básica.

Um documento necessário para o cenário da proteção social básica é o de Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais, que irá instrumentalizar todos os serviços disponíveis no CRAS, e como deverá desdobrar-se no processo de trabalho da instituição no atendimento

das famílias referenciadas em prol do acesso aos direitos e políticas, visando promover a qualidade de vida dos indivíduos em vulnerabilidade e risco social. Os Serviços do CRAS se concentram no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) e Serviço de proteção básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, esses serviços estão vinculados ao CRAS, com a finalidade de fortalecer e construir os vínculos das famílias de seu território que estão em um processo de fragilidade. O CRAS trabalha na prevenção de violação dos direitos, e pela viabilização do acesso desses sujeitos aos serviços, programas, benefícios e projetos. O trabalho social implementado pela proteção básica se transcorre como primordial para proporcionar o fortalecimento dos vínculos familiares e da comunidade, viabilizar o acesso dos indivíduos aos direitos e buscar meios de conscientizar os/as usuários/as como cidadãos de direitos em uma sociedade capitalista. Podemos consolidar que esse documento é de relevância para a Política de Assistência Social, e proporcionou o fortalecimento do serviço implementado pelo CRAS no cotidiano. Desse modo, devemos ter consciência de como a garantia jurídica é necessária para consolidar serviços que na origem da história da política se passavam como favor e não como um direito do cidadão e dever do Estado, reflexões pertinentes do documento de Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais (2014).

Segundo reflexões acerca do documento de Orientações técnicas – Centro de Referência de Assistência Social- CRAS de 2009, é possível pensar em um processo de atuação do CRAS em um trabalho de qualidade no território. As orientações impostas neste documento são de relevância para implementação dos CRAS em todo território nacional, na direção de buscar instalar instituições que possam respeitar as normas de uma instituição que tenha condição de atender a população com qualidade em todo processo de atendimento. Nesse sentido, o documento propõe todas as informações da estrutura de um CRAS, ou seja, tamanho ideal de salas para proporcionar conforto e privacidade em casos de demandas que precisam de total sigilo por parte dos profissionais. Também retrata quais profissionais precisam ter e as funções no processo de trabalho, no sentido de garantir que os indivíduos irão receber toda assistência e viabilização dos serviços de qualidade. As orientações do documento passam por enaltecer a importância de resguardar o princípio de territorialidade para garantir que os usuários/as tenham um trabalho social na direção de minimizar os danos causados pelas expressões da questão social. Esse documento jurídico possui todas as informações educativas na perspectiva de viabilizar um olhar amplo sobre o funcionamento de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Porém, devemos ter consciência do processo de contrarreforma que a Política de Assistência Social enfrenta desde os anos 1990, onde o neoliberalismo intensifica o projeto de capital na direção de acumular recursos em prol da classe dominante ou pagamentos dos juros da dívida pública. Segundo os autores Araújo (2018), Closs (2018) e Baldini (2018): “[...] No caso da assistência social, a contrarreforma se expressa em três pilares: na refilantropização, na financeirização e na focalização. [...] retomada de uma concepção assistencialista, negando-a enquanto direito social[...]” (Araújo; Closs; Baldini, 2018, p. 4). As contradições/limitações que estão postas na particularidade do CRAS e em todas outras instituições públicas atualmente têm ligação direta com o sistema capitalista de nosso país, que é dependente, excludente, privatista e com resquícios do barbarismo no combate às expressões da questão social.

Por isso, em consonância com a reflexão acima, devemos ter a consciência do processo de desmonte do projeto do capital nas políticas, e como isso causa precariedade nas condições de trabalho dos profissionais através de salários baixos e contratos frágeis, restrição dos serviços, dos programas e benefícios da instituição, do desfinanciamento, desarticulação das políticas, desorganização da gestão e fragmentação dos movimentos sociais. Todo esse processo de desregulamentação das políticas e direitos se permeia como um avanço do capital na perspectiva de acumulação. Os autores Mandu e Azevedo (2024), reforça a precariedade do desfinanciamento na Assistência Social: “[...] (des) financiamento da Política de Assistência tem impactos não só nos serviços ofertados à população, [...] nas condições de trabalho dos assistentes sociais, que se intensificam pela precarização e pela fragilização das relações de trabalho[...]” (Mandu; Azevedo, 2024, p. 11).

Em um estudo de uma Oficina de capacitação técnica na Universidade Estadual da Paraíba na Plataforma SIGA BRASIL sobre Financiamento das políticas sociais, na particularidade da execução da Assistência Social (2023-2024), podemos através dos dados extraímos na oficina, situar que a execução orçamentária das ações da função da assistência social em 2023 correspondeu a 96% dos recursos para transferência de renda, ou seja, a política de assistência social se tornou para o capital um mecanismo, pois, os indivíduos da classe trabalhadora retornam ao capital o dinheiro repassado pelos programas de transferência, via consumo. Logicamente que esses programas são fundamentais, mas sua funcionalidade também favorece ao capital por meio do consumo, ou seja, não transcorre para esses indivíduos uma autonomia na renda e em sua qualidade de vida. Nesse sentido, destacamos dois pontos: os serviços que compõem a política de assistência social se encontram em uma situação insuficiente para atender as demandas da população usuária, um exemplo: os serviços

da proteção social não conseguem atender todos (as) aqueles (as) que necessitam da assistência social por ter recursos mínimos para serviços amplos e de concretude nas relações sociais que se constituem na proteção básica. Outro elemento de relevância que podemos observar é em relação às famílias referenciadas no CRAS, pois, não terão autonomia em sua concretude com esses recursos insuficientes na execução dos serviços limitados, o que abre espaço para um processo contínuo de desigualdade social dessa população em vulnerabilidade e risco social, e isso abre meios para os políticos implementar as práticas clientelistas no processo cotidiano da proteção básica.

Dando continuidade às considerações acima dos estudos do SIGA BRASIL, é viável notar uma fragilização da Política de Assistência Social na implementação do projeto neoliberal nos espaços na perspectiva de proporcionar uma dificuldade de resguardar a Assistência Social como uma política de direito dos indivíduos e dever do Estado, pois, os desmontes perpassa na estrutura do CRAS, por recursos insuficientes, contratos de trabalho precários, equipe mínima etc. Nesse sentido, as práticas de clientelismo nesta política conseguem se sobressair por falta de serviços, benefícios e projetos para todas famílias referenciadas, abrindo espaço para uma política de patrão/cliente, ou seja, onde os atores políticos utilizam dessa política para uma absorção de eleitores em vulnerabilidade e risco social. Segundo o artigo de Medeiros (2024), as figuras políticas reforçam no próprio discurso o clientelismo em massa na tentativa de enaltecer a própria figura em construções de instrumentos e instituições para Política de Assistência Social, na particularidade, da proteção social básica:

[...] É importante perceber o agradecimento do prefeito à senadora. O discurso personalista da senadora que atribui a si mesma o mérito de ter “conseguindo 70 CRAS para Tocantins”, colocando a garantia do direito e a ampliação da oferta de serviços do SUAS como uma ação individualizada e de vontade política, bem como reforçando a ideologia do favor ao colocar a política pública ora como direito, ora como uma concessão de benefícios “aos que mais precisam”. Na eleição seguinte, a população será lembrada, pelo político ou porque ele está apoiando, das benfeitorias realizadas, como forma de pedir o voto em retribuição ao feito[...] (Medeiros, 2024, p. 11).

Ou seja, de acordo com a citação de Medeiros (2024), as práticas clientelistas estão inseridas em discursos de políticos na perspectiva de intensificar o processo de favor do candidato para determinação população ouvinte. Essa é uma problemática na política brasileira e como o Estado age de modo geral nas políticas sociais em prol de prover uma relação de favores em benefícios dos interesses privados, nesse estudo especificamos o clientelismo na da Assistência Social, na particularidade da proteção social básica, pois, como o exemplo acima da senadora, as falas como essa são propagadas diariamente para indivíduos

que não ter consciência de cidadãos de direitos nessa sociedade capitalista que priva os direitos, políticas, serviços, projetos, programas etc., do povo, e isso abre possibilidades da política clientelista em todos os espaços das políticas.

No artigo de Luiz Henrique Michelato (2024), ele busca fazer a interlocução do primeiro-damismo e das práticas clientelistas como uma forma de barganha eleitoral, ou seja, são estratégias políticas utilizadas em nossa sociedade em prol do poder. As considerações do mecanismo de clientelismo em todos os artigos se interligam diretamente como um espaço de curral eleitoral, e que vem desde da origem da política brasileira e da política de assistência social, ou seja, é um instrumento que possuem uma facilidade de inovação em suas estratégias de criar uma relação patrão/cliente nas políticas sociais, algo tão presente nas relações sociais na assistência social.

Acerca da proteção social básica, é necessário situar que as expressões da questão social que se permeia no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS se perpassa pela construção da sociedade desde a formação conservadora, periférica, colonial e dependente até o sistema capitalista que está inserido, e isso impacta diretamente nos espaços como o CRAS e em suas relações sociais. Diante disso, podemos sinalizar segundo a autora Ferreira (2011):

Sendo o CRAS uma unidade que trabalha relações sociais, a partir do contexto social, o qual o indivíduo está inserido e que esse trabalho tem uma grande proximidade com o fazer profissional do Assistente Social, tendo em vista contemplar muitas das propostas que dão consistência ao serviço, é que surgiu a necessidade de tal profissional como um dos elementos chaves na composição da equipe (Ferreira, 2011, p. 33).

Desse modo, prosseguindo a discussão da citação de Ferreira (2011), podemos fazer um recorte acerca de como se faz essencial o fazer profissional do Serviço Social nessa instituição no cotidiano. As demandas que chegam ao CRAS em muitas das vezes são de especialidade da atuação do/a Assistente Social, por isso a presença da categoria é de relevância na resolutividade das demandas. Portanto, no próximo capítulo é importante retratar sobre o serviço social e atuação profissional dos/as Assistentes Sociais no espaço da proteção básica na perspectiva de conscientização por meio da dimensão pedagógica, visando politizar os indivíduos referenciados como cidadãos de direitos, promovendo assim o desvelamento das práticas clientelistas presentes na Assistência Social, em particular, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A dimensão pedagógica do Serviço Social podem se tornar um dos caminhos para promover mudanças concretas nos espaços das políticas sociais, pois, o ideário transformador se constitui no poder da comunicação também, a conscientização passa ser uma estratégia para modificar as relações sociais em uma sociedade que impera a desigualdade social.

5- A HISTORICIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE TRABALHO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA: FAZENDO UM ENFRENTAMENTO AO CLIENTELISMO POR MEIO DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Neste Capítulo, iremos discutir acerca da consolidação da profissão de Serviço Social na sociedade, suas contribuições nas relações sociais e os elementos centrais que transcorrem na história da profissão. Na particularidade do Serviço Social em Atuação, é preciso de acordo com o objeto de discussão compreender como se materializa a atuação desses profissionais no cotidiano de trabalho no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), visando discorrer sobre as possibilidades, potencialidades, desafios, instrumentos etc. Na perspectiva de afunilar o objeto de estudo, é essencial trabalhar a atuação profissional das/os Assistentes Sociais na dimensão pedagógica. A discussão do Objeto do trabalho tem como centralidade pensar estratégias através da dimensão pedagógica dos/as Assistentes Sociais em sua atuação profissional dentro do CRAS na direção de promover meios de politização aos sujeitos, com o objetivo de viabilizar indivíduos conscientes sobre as práticas clientelistas instrumentalizada na Política de Assistência Social, na particularidade da proteção social básica.

5.1 – A consolidação do serviço social na sociedade e os elementos centrais da profissão

Segundo considerações de Adriana Giaqueto Jacinto (2017) sobre o surgimento do Serviço Social: “A origem do Serviço Social, com profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, está relacionada com a questão social, em um determinado contexto histórico, marcado pelo capitalismo monopolista[...]” (Jacinto,2017, p.88). Portanto, por meio das reflexões de Jacinto (2017), é importante pontuar que o Serviço Social se insere na sociedade para combater as expressões da questão social, porém, em um viés conservador, para priorizar as demandas do capital, visto que os profissionais se entrelaçavam em sua origem ao conservadorismo e aos valores da Igreja. A Adriana Giaqueto (2017) reforça em outra passagem a inserção da profissão:

O Serviço Social é a profissão requisitada para lidar com as expressões da questão social, entretanto, é importante destacar que esta, por sua vez, não teria existido se não fossem as revoltas e mobilizações dos trabalhadores por condições dignas de sobrevivência. Nesse sentido, enquanto profissão, o Serviço Social nasce já no dilema de servir ao poder dominante, visto que, na divisão sociotécnica do trabalho, é a profissão que deve ter a capacidade de responder às demandas advindas da questão social, todavia, para amenizar conflitos, gerenciar a pobreza, criar

estratégias de solução de problemas sociais a partir da própria classe que mais sofre com os mesmos. Além disso, o assistente social é o profissional que atua através de políticas sociais precárias, com poucos recursos e por outro lado, tem em sua profissão um projeto ético-político que vislumbra, enquanto horizonte, outra sociedade, livre da exploração do trabalho e conseqüentemente, permeada por relações sociais verdadeiramente humanas (Jacinto,2017, p. 88).

Dessa forma, segundo as considerações de Jacinto (2017), é importante compreendemos que o Serviço Social se insere como profissão reguladora nos espaços, pois, tem como maior empregador o Estado, e a própria profissão teve sua origem na Igreja e no conservadorismo, o que possibilitou naquela época como norte de atuação uma regulação social dos problemas sociais em prol do capital. Porém, sabemos que após o movimento de reconceitualização, o Serviço Social busca uma ruptura com o conservadorismo impregnado na sociedade e na profissão. Atualmente, é pertinente situar que o Serviço Social é guiado por vários documentos jurídicos na contribuição de uma atuação crítica, propositiva e emancipatória em prol da classe trabalhadora, mas em uma autonomia relativa, pois, o Estado continua sendo o maior empregador desses profissionais. Notamos, que o Serviço Social é uma profissão necessária em todos os espaços institucionais de nosso país, seja na saúde, educação, assistência social, meio-ambiente etc. O potencial do trabalho dos/as assistentes sociais, que tem a direção crítica como norte, é de significância para combater através de sua instrumentalidade as expressões da questão social.

Segundo reflexões e considerações das autoras Glória Maria Gomes Dravanz e Vini Rabassa da Silva (2018), podemos pensar que a inserção das/os assistentes sociais nos espaços das políticas sociais é inerente em um processo de correlação de força nesse sistema capitalista, pois, o Estado é ainda o maior empregador desses/as profissionais, assim, proporcionando uma autonomia relativa ao serviço social nas relações sociais. A partir das reflexões das autoras, é compreendido que os profissionais de Serviço Social estão inseridos nos espaços em árduas disputas de projetos.

Segundo Raquel Raichelis (2011): “[...] Ainda que o Serviço Social tenha sido reconhecido como “profissão liberal” nos estatutos legais e éticos[...] A condição de trabalhador assalariado[...] faz com que os profissionais não disponham[...] sobre todas as condições e os meios de trabalho[...]” (Raichelis,2011, p. 428). Ou seja, segundo considerações de Raichelis (2011) tendo o Estado como maior empregador, não é possível que os profissionais de Serviço Social disponham de todos os instrumentos no processo de seu trabalho nos espaços, pois, o contrato de trabalho, condições objetivas, estrutura do espaço, meios e instrumentos na instituição são disponibilizados pelos empregadores, na

maior parte, o Estado, e esse prioriza as metas de produtividade em prol do capital. Porém, se faz necessário na atuação profissional se orientar pelos documentos da profissão na perspectiva de priorizar através dessa autonomia relativa uma viabilização dos direitos e políticas para os indivíduos da classe trabalhadora, e para isso a categoria precisa continuamente seguir os documentos jurídicos e de orientação disponíveis para os profissionais do Serviço Social.

Prosseguindo a discussão acima de Raichelis (2011), visando seguir uma atuação crítica profissional no espaço do CRAS, os documentos jurídicos norteiam os profissionais em uma direção que pautem no processo de trabalho os princípios da classe trabalhadora. Esses documentos são o embasamento para contrapor o Estado em disputas de projetos dentro das instituições que os/as Assistentes Sociais estão inseridos em sua autonomia relativa. A partir da percepção da categoria de romper com o cunho conservador tão impregnado na origem da profissão e de buscar através da atuação defender as bandeiras dos indivíduos explorados na sociedade capitalista, com isso, se faz necessário sintetizar que os documentos fortalecem a direção profissional nos espaços, indo na particularidade da proteção social básica, agir em uma atuação entrelaçada em ideias revolucionárias. Segundo considerações da autora Ferreira (2011): “ O projeto ético político terá como bases norteadoras não só o código de ética, mas também a lei que regulamenta a profissão (Lei n.8.662/93), além das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social(...). Competências, atribuições e código de Ética” (Ferreira, 2011, p. 25).

Conseqüentemente, Os documentos citados pela autora Ferreira (2011) acima, proporcionam um horizonte de uma atuação profissional de qualidade e que vai prezar na direção de uma sociedade com justiça social. Em relação ao código de ética de 1993, podemos situar da essencialidade no cotidiano profissional para nortear acerca dos princípios que os profissionais de Serviço Social devem defender nos espaços em busca de proporcionar indivíduos com liberdade, autonomia, justiça social e em defesa por uma nova sociedade, onde não tenha exploração do homem pelo homem.

A lei da profissão (8.662/93), é um marco importante na perspectiva de estabelecer as competências do/a Assistente Social no processo de trabalho, e principalmente, direcionar acerca das atribuições privativas desses profissionais, ou seja, apenas os/as Assistentes Sociais podem fazer, e isso é uma contribuição para delimitar as demandas próprias da profissão, algo ainda confuso para categoria, e principalmente, para os demais profissionais, instituições e usuários/as das políticas sociais. A socialização dos princípios que orientam o serviço social

e suas atribuições privativas é uma luta pertinente e urgente em todos os espaços de inserção dessa profissão.

É de suma importância as discussões instigadas anteriormente por Ferreira (2011) e os documentos jurídicos do serviço social sobre a atuação das/os assistentes sociais nos espaços das políticas sociais. Os autores Araújo (2018), Closs (2018) e Baldini (2018) reforça em suas considerações sobre a superação do fatalismo/messianismo no agir profissional do serviço social como algo primordial, pois, esses profissionais não podem atuar na direção de heróis nos espaços (Messianismo) ou que suas ações profissionais não fazem diferença (fatalismo), assim, os autores frisa : “[...] atual conjuntura de retrocesso em termos de direitos historicamente conquistados, superar tanto o fatalismo como o messianismo, fortalecendo a relativa autonomia profissional e a direção social construída pela profissão nas últimas décadas[...]” (Araújo; Closs; Baldini, 2018, p. 8).

Segundo considerações dos autores acima, é necessário superar essas práticas no agir profissional, e enaltecer a autonomia relativa do serviço social. Podemos pensar a respeito desses dois comportamentos equivocados entrelaçados na história do serviço social, e hoje presente em algumas ocasiões nas atuações profissionais dos/as Assistentes Sociais. Na particularidade do processo de trabalho na proteção social básica, esses profissionais não podem se pautar em nenhum comportamento deste na atuação profissional. Em relação ao fatalismo, seria compreender que o capital em seu projeto destrutivo de acumulação nos espaços é dominante e não tem nada o que fazer como profissional do Serviço Social, ou seja, o profissional se torna técnico e não pensa nas possibilidades de viabilizar autonomia para os indivíduos. Já em relação ao messianismo, os profissionais podem pensar que irão revolucionar o mundo em sua atuação profissional, ou seja, podem serem heróis e mudar todo sistema no processo de trabalho, e isso seria desconsiderar os processos sociais de lutas de classes (Burguesia x Trabalhadores) na sociedade atual. Desse modo, é pautado o agir profissional visando a autonomia relativa e propor uma atuação em uma dimensão interventiva, investigativa e propositiva, pautado assim uma viabilização de direitos e políticas para classe trabalhadora.

A ação profissional da/o assistente social dentro do CRAS precisa seguir um agir pautada em uma atuação crítica e investigativa no desvelamento da realidade social, para atuar junto e na defesa da classe trabalhadora. A autora Lewgoy (2008) traz uma citação que pauta a atuação profissional dos/as assistentes sociais:

A dimensão interventiva e investigativa como condição central da formação profissional; a superação da visão tecnicista e instrumental; a adoção de uma teoria

social crítica que permite a apreensão da realidade na perspectiva da totalidade; a unidade entre história, teoria e método, e a afirmação da articulação entre as dimensões da competência teórica, técnica e política (Lewgoy, 2008, p. 137).

Ou seja, prosseguindo as considerações de Lewgoy (2008), os profissionais que estão ali precisam buscar compreender a totalidade da vida dos/as usuários, submetidos à dinâmica da sociedade capitalista. As dimensões investigativa e interventiva caminham juntos com o objetivo de responder às demandas de forma qualificada, visando articular serviços e direitos para os sujeitos. A direção de uma formação qualificada desses profissionais visa diretamente enfrentar as expressões da questão social posta nos espaços. O fazer profissional do Serviço Social se entrelaçam como essencial na defesa dos sujeitos que serão atendidos no espaço, visto que a ação da categoria na concretude deve seguir os documentos jurídicos, preservado sempre os princípios do Código de ética de 1993, e promovendo através da viabilização das políticas, qualidade de vida aos sujeitos. O processo de fazer profissional do/a assistente social na política de Assistência Social, na particularidade do CRAS, se materializa com os instrumentos utilizados na sua atuação e sua própria instrumentalidade de direção crítica frente às demandas. Os instrumentos e técnicas mais pertinentes na atuação seriam: Prontuário SUAS, Visitas domiciliares, Atendimento no CRAS (Escuta qualificada), planejamento, encaminhamentos, relatório social, parecer social, estudo social, acionar rede e trabalhar em equipe. Instrumentos esses que se tornam essenciais para atender os usuários em toda totalidade possível, prevalecendo assim uma atuação com o objetivo de promover e defender os direitos dos usuários.

Porém, no processo de trabalho desses profissionais se permeiam desafios que colocam em prova as orientações dos documentos jurídicos e a autonomia relativa. Segundo Ana Elizabete Mota (2014): “ No campo do Serviço Social, as terceirizações, o trabalho por projeto, a contratação por horas de trabalho etc. podem contribuir para a desprofissionalização sob o signo da multifuncionalidade e da multidisciplinaridade[...]” (Mota,2014, p. 702). Ou seja, nas reflexões de Mota (2024), é pensar que os processos de ataque do capital recaem na profissão em todas as frentes na perspectiva de desmobilização de uma atuação crítica, emancipatória e propositiva desses profissionais para os indivíduos da classe trabalhadora.

A autora Raquel Raichelis (2011) reforça o processo de exploração que o capital viabiliza aos profissionais de Serviço Social, e que é pouco debatido: “[...] a temática de superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho profissional é um tema novo, pouco debatido, pouco pesquisado, portanto, pouco conhecido pelo Serviço Social e seus trabalhadores[...]” (Raichelis,2011, p. 426). Os desafios abordados na discussão de Raichelis

(2011) com esses profissionais permeiam em todos os espaços, desde as condições de trabalho até o processo de desmonte que o capital implementa na estrutura nos CRAS, dificultando um processo profissional em prol de uma sociedade emancipada. No próximo tópico iremos discorrer sobre o entrelaçamento do clientelismo e o Serviço Social, e a atuação na dimensão pedagógica dos profissionais da profissão na busca de mostrar estratégias e meios para politizar os indivíduos enquanto pessoas de direitos na proteção social básica, e se distanciar do pensamento que os serviços e benefícios do CRAS se constituem em favores políticos.

5.2- A atuação das/os assistentes sociais no centro de referência de assistência social (CRAS) na dimensão pedagógica, na perspectiva de conscientizar os/as usuários (as) no desvelamento das práticas clientelistas na proteção social

Os desmontes e os desafios impregnados nos espaços de atuação dos/as Assistentes Sociais implementados pelo avanço do projeto do capital entrelaça uma relação entre o clientelismo e o Serviço Social, na particularidade da proteção social básica. Segundo as reflexões de Maithê Potrich (2021), podemos alinhar que o clientelismo existente no serviço social advém em muitas ocasiões via cargos públicos, ou seja, políticos promete ceder empregos ou cargos na própria secretaria de assistência social, mas, sempre em troca de apoio público ou votos em épocas eleitorais. Os profissionais de Serviço Social estão inseridas(os) nesse processo de clientelismo impregnado em nossa sociedade, visto que esses profissionais se constituem sendo da classe trabalhadora, ou seja, as precarizações e exploração do capital impactam diretamente as condições de vida dos mesmos em todos os âmbitos de sua vida, e isso implica diretamente na hora de inserção no mercado de trabalho, visto que as oportunidades são limitadas, assim, empurrado os/as Assistentes Sociais para contratação via indicação política, pois, eles precisam de renda para possuírem as condições mínimas de dignidade em uma sociedade capitalista cruel e com custo de vida elevada.

Prosseguindo as considerações de Maithê Potrich (2021), devemos enquanto estudantes de serviço social e futuros (as) profissionais compreender que estaremos inseridos (as) nessa realidade social do clientelismo do mesmo modo que os usuários/as da proteção social básica estão. A partir dessas ressalvas acerca da realidade do clientelismo inserido na categoria, as/os assistentes sociais precisam pautar uma luta por uma conscientização da própria categoria acerca da realidade do mercado de trabalho, na direção de compreender que

isso se constitui nas relações de trabalho desses profissionais, mas não pode definir sua atuação profissional nos espaços.

Avançado as reflexões de Maithê Potrich (2021) se tratando da apropriação do mecanismo do clientelismo e de suas características pelos profissionais do Serviço Social, se tornam necessário após, os/as assistentes sociais sintetizar no processo de trabalho estratégias que possam conscientizar os indivíduos da proteção básica das práticas clientelistas impregnadas no cotidiano da instituição, ou seja, se torna dois processos de conscientização para esses profissionais, conscientizar a própria categoria e os/as usuários, um desafio, mas possível se utilizar as dimensões da profissão como norte, neste trabalho, na particularidade da dimensão pedagógica.

Os autores Silva (2016), Vieira (2016) e Lima (2016) ressalta como se torna necessário os profissionais do Serviço Social saberem o projeto político da profissão para atuarem de modo qualificado:

O profissional assistente social luta por um projeto de uma nova ordem societária, sociedade está que garanta direitos à classe trabalhadora, por uma sociedade livre e emancipada. Esse é o compromisso profissional ético, político e teórico da categoria. O Serviço Social tem um projeto profissional que tem uma direção crítica, ética e política[...] direção que se coloca em choque com o projeto societário capitalista vigente (Silva; Vieira; Lima, 2016, p. 123).

Dessa forma, através das reflexões dos autores acima, é relevante as/os profissionais buscarem no próprio projeto político e nos documentos de direção uma atuação comprometida com os princípios norteadores, e se distanciar da pressão do capital por uma ação profissional burocratizada. Se os profissionais do serviço social implementarem e defenderem os ideários da categoria, isso vai proporcionar um enfrentamento diretamente com as práticas clientelistas que estão entrelaçadas na sociedade, profissão e nos espaços que atendem os/as usuários, nesse trabalho final, a proteção social básica. Portanto, seguir as recomendações da profissão é um enfrentamento ao mecanismo do clientelismo. Paraphrasing the discussions above, the authors Araújo (2018), Closs (2018) and Baldini (2018) reinforce: “[...] Assistente Social ir além do atendimento da demanda imediata posta no cotidiano, assumindo uma postura investigativa e analítica que apreenda as expressões da questão social a partir de uma perspectiva totalizante[...] por meio do diálogo[...] ampliação da consciência crítica[...]” (Araújo; Closs; Baldini, 2018, p. 9).

Avançado, Iamamoto (2017) traz uma citação no artigo: “ 80 anos de Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”, que pauta a defesa de atuação do Serviço Social e da instrumentalidade do/a assistente social:

(...) Ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos trabalhadores, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. O nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados(...) (Iamamoto, 2017, p. 18).

Em consonância com a citação de Yamamoto (2017), é essencial trazemos a importância do agir profissional do Serviço Social quando se fala sobre ter uma instrumentalidade de atuação em uma direção crítica, pois, os documentos e a formação profissional das/os assistentes sociais direcionam para uma intervenção nas relações sociais nos espaços com qualificação, defendendo os interesses da classe trabalhadora. A possibilidade de usar uma instrumentalidade que possa proporcionar aos indivíduos da classe trabalhadora uma qualidade de vida melhor, e viabilizar os princípios de autonomia, liberdade e democracia em todos os espaços das políticas sociais. Esse é o ideário da profissão, pois, se distancia da sua origem que prezava os valores da Igreja Católica e do Estado. A profissão precisa compreender que uma instrumentalidade crítica vai contribuir na perspectiva de desvelar as práticas clientelistas imposta nas relações sociais no CRAS pelos políticos como se os direitos fossem favores. Compreender que essa instrumentalidade crítica busca agir na perspectiva de desvelar as práticas clientelistas imposta diariamente nos CRAS pelos políticos como se os direitos e serviços fossem favores.

Em relação a politização dos próprios assistentes sociais na perspectiva de um processo de conscientização da categoria e uma conscientização nos espaços da proteção básica acerca do clientelismo e de suas práticas, é pensar na mobilização e organização social:

[...] As práticas de mobilização social e de organização são expressões das práticas educativas desenvolvidas pelas classes sociais na busca da ampliação de consensos em torno de seus projetos societários, na disputa pela hegemonia. O Serviço Social participa destes processos, recriando-os através do movimento da prática profissional. Portanto, as práticas de mobilização social e organização são realizadas, fundamentalmente, pelas classes sociais. Não são práticas exclusivas do assistente social, mas constitutivas da profissão e perpassam todo o corpo teórico-prático da mesma, corpo este tensionado pelos distintos projetos de classes (Duriguetto; Baldi, 2012, p. 197).

Nesse sentido, compreendendo as ressalvas de Duriguetto e Baldi (2012), é necessário situar que a mobilização e organização social faz parte do corpo da profissão de Serviço Social para pensar na participação dos profissionais nos conselhos e conferências, na concepção de buscar embasamento crítico e coletivo sobre o mecanismo clientelista na sociedade, na profissão e nos espaços de proteção social básica. Com esse maior embasamento sobre as práticas clientelistas impregnada na profissão do Serviço Social por meio de contratação

precária via indicação política, esses profissionais podem pensar coletivamente articulados com as lutas da classe trabalhadora de modo geral, manifestar em uma demanda coletiva na direção de lutar por concursos públicos, passando assim a terem relações empregatícias com autonomia e segurança.

Dando continuidade às considerações de Duriguetto e Baldi (2012), a participação dos profissionais nos conselhos e conferências é de relevância social, política e profissional na perspectiva de assegurar maneiras de atuar em prol da classe trabalhadora, ressaltando os serviços do CRAS como direitos do cidadão e dever do Estado, assim, desvelando as práticas clientelistas e de patrão/cliente impregnada na política de assistência Social. Um Serviço Social consciente e participativo nos espaços de participação social da categoria, é uma profissão com possibilidades de atuar em todos os espaços com consciência adquirida nos conselhos e conferências, ou seja, as/os profissionais atuarão com maturidade teórica e política se participarem ativamente nesses espaços. Dessa maneira, podendo pensar formas de driblar os interesses políticos e clientelistas dos candidatos políticos nos espaços da proteção social básica em prol de viabilizar serviços, programas e direitos na concepção de dever do Estado.

Prosseguindo as discussões acima, o processo de trabalho da (o) assistente social no CRAS pode contribuir diretamente para intensificar o projeto societário que pautar uma sociedade na justiça social e em indivíduos críticos, desse modo, as práticas do clientelismo acabaria perdendo força no cotidiano das relações sociais, pois, teríamos indivíduos conscientes de todo processo histórico que permeia a formação do Brasil, a Política de Assistência Social, a origem do Serviço Social e todos determinantes sociais e históricos que proporcionaram o advento da presença do mecanismo do clientelismo na proteção básica. A autora Jacinto (2017) vem dialogar como os profissionais podem viabilizar esse processo de politização dos indivíduos por meio da dimensão pedagógica:

Ao viabilizar o acesso a um recurso material concreto ou contribuir com o acesso a um direito do usuário, o (a) assistente social não apenas repassa o material, mas o faz dentro de um processo educativo, que exige diálogo competente, troca de informações, orientações, potencialização da organização e mobilização dos sujeitos para conquista dos seus direitos. A dimensão socioeducativa é, portanto, fundante na identidade do Serviço Social. O trabalho do (a) assistente social situa-se predominantemente no campo político-ideológico (Jacinto, 2017, p. 88).

Dessa forma, segundo considerações de Jacinto (2017), intervir no processo de trabalho no diálogo com os/as usuários é atuar no prisma de embasar aqueles sujeitos como indivíduos de direitos na proteção básica, se distanciando-se de ideários de favores como se transcorre no clientelismo. Supracitado a prática pedagógica do Serviço Social no processo de

trabalho, os autores Silva (2016), Vieira (2016) e Lima (2016) situa o que essa profissão pode viabilizar com esse processo pedagógico aos indivíduos da proteção básica:

As discussões em torno da intervenção que promova ações coletivas voltadas à cidadania e construção democrática participativa, sugerem que o profissional perpassa os aspectos superficiais, pontuais ou emergenciais, é necessário intervir na prevenção, prevenção de todos os tipos de violações e vulnerabilidades, através de informação, orientação, através de ações de educação não-formal” (Silva; Vieira; Lima, 2016, p. 132).

Portanto, os autores na citação acima proporcionam pensar que o Serviço Social possui embasamento teórico através da dimensão pedagógica de promover sujeitos críticos e pensantes. Os profissionais no processo de trabalho no CRAS precisam ter consciência das vulnerabilidades sociais presente nas famílias, e com isso implementar estratégias via informação da dinâmica institucional para os sujeitos, na intenção de construir diariamente indivíduos propositivos no cotidiano da sociedade, ciente das precariedades que o sistema capitalista proporciona nos espaços. O Serviço Social pode promover uma conscientização dos serviços da proteção básica enquanto direitos e não favores. Dessa forma, mesmo esses indivíduos recebendo cestas básicas ou serviços de agentes políticos, terão criticidade suficiente para saber que aquilo são direitos e não favores. Essa conscientização pode ser feita em atendimentos individuais ou em eventos coletivos, isso vai depender muito das condições de trabalho dos profissionais e da correlação de força entre Capital x Trabalho em determinada instituição. O essencial é a categoria tecer estratégias e meios de driblar o projeto do capitalismo, e viabilizar sujeitos pensantes no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Na direção de reafirmar a importância da dimensão pedagógica da profissão, Taciane Couto Gonçalves (2016) traz sua contribuição: “ O aspecto educativo do trabalho profissional[...] manifestando-se ao se compartilhar informações sobre os serviços, políticas e direitos sociais; quando estimula um processo reflexivo sobre uma dada situação[...]” (Gonçalves, 2016, p. 66).

Prosseguindo as reflexões de Adriana Giaqueto Jacinto (2017) a atuação dos/as Assistentes Sociais podem seguir duas direções:

A atuação do (a) assistente social tanto pode favorecer a interação entre os sujeitos sociais, estimulando a reflexão sobre a ideologia dominante, contribuindo com a mobilização social, com a instrumentalização da população atendida para a busca de seus direitos, quanto pode vincular aos interesses dominantes, servindo como poderoso instrumento de legitimação da desigualdade social e de aprofundamento das relações de subalternização (Jacinto, 2017, p. 88).

Assim, devemos a partir da citação de Jacinto (2017), pensar que o processo de trabalhos desses profissionais no CRAS pode se instrumentalizar em duas direções, e para que os princípios do Código de Ética de 1993 seja pautado, é necessário o Serviço Social na realidade social da proteção social promover uma reflexão crítica dos sujeitos na perspectiva de cidadania, ou seja, sujeitos que busque seus direitos. E essa busca de politização passa pela utilização diariamente no cotidiano de um cunho pedagógico no horizonte de desmistificar o processo clientelista no espaço. A autora Silva (2019) reforça o trabalho social na dimensão pedagógica da profissão visando uma sociedade emancipada:

A educação é inerente às relações sociais, portanto comprova-se que a dimensão educativa sempre esteve associada ao Serviço Social e está atribuída ao assistente social. Para os dias atuais, é fundamental uma reflexão acerca da dimensão educativa na Assistência Social, fundamentada no trabalho transformador e de promoção à cidadania dos usuários, a qual é acessada a partir das vivências e das aprendizagens (Silva, 2019, p. 101).

Sendo assim, por meio da reflexão da citação acima, a utilização da dimensão educativa da profissão na Assistência Social, na particularidade do CRAS pode proporcionar uma sociedade pautada nos princípios do Código de ética de 1993, ou seja, esses profissionais com autonomia relativa têm possibilidade de coletivamente viabilizar uma transformação social e intelectual aos sujeitos, e isso não quer dizer que acabará o sistema capitalista, mas uma sociedade com conhecimento pode mobilizar os espaços em prol de conquistas e uma qualidade de vida mais digna.

Em consonância dessa discussão de Silva (2019), é necessário pontuar um importante documento: Os Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2011) visando pautar um trabalho interdisciplinar através do SUAS com outras políticas. Dessa maneira, as/os assistentes sociais do SUAS podem utilizar a dimensão pedagógica do Serviço Social para sair do muro dos CRASs e ir até a comunidade, e uma possibilidade é promover palestras em escolas, postos de saúde, equipes dos CRAS no território, capacitação na secretaria de Assistência Social e em todas as outras políticas em articulação do CRAS, com o objetivo de viabilizar conhecimento aos sujeitos e possibilitar novas formas deles intervir nas relações sociais nas instituições e na correlação de força com o capital. A sociedade precisa conhecer as particularidades do mecanismo clientelismo, como surgiu, relação com a Assistência Social, condutas clientelistas no CRAS e todos os instrumentos que estão imbricados na sociedade. Abordar temáticas novas para os sujeitos do território de determinada instituição de proteção básica é fundamental no processo de reafirmar a defesa de uma sociedade pautada na transformação social. Promover a dimensão pedagógica fora do espaço do CRAS é válido e uma estratégia contra o próprio capital.

Na direção de discutir à respeito da atuação profissional dos/as assistentes sociais no ideário de promover aos sujeitos da proteção básica uma criticidade. Os estudos das obras de Paulo Freire são necessários para dar embasamento para o serviço social na perspectiva de uma pedagogia que proporcione aos usuários/as uma leitura crítica da realidade social nessa sociabilidade capitalista. Segundo Moacir Gadotti (2012): “ A pedagogia do oprimido possibilita desvelar a realidade opressora[...] Trata-se de uma pedagogia que leva à luta pela transformação de opressão no qual o oprimido vive[...]” (Gadotti,2012, p. 459). No seu artigo, Gadotti (2012) trata da pedagogia do movimento de Paulo Freire e a importância de uma educação questionadora.

Reforçado o argumento de Gadotti, o autor Danilo Streck (2009) dá sua contribuição: “[...]Paulo Freire, por isso, parte do pressuposto de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra e que o exercício da última não poderia estar dissociado da primeira (Streck,2009, p. 173). Sendo assim, a pedagogia de Paulo Freire é um exemplo para ação profissional do Serviço Social na proteção básica, onde no cotidiano na instituição, esses profissionais podem buscar meios de desvelar para os sujeitos todo processo de precarização que o capitalismo implementa em sua vida, desde das péssimas condições de vida dessas famílias até o não acesso desses indivíduos aos serviços, benefícios, projetos e programas do CRAS da forma ideal. Por isso, promovendo um processo de movimento pedagógico nas famílias referenciadas nesse espaço, os/as Assistentes Sociais podem utilizar de folder informativo, rodas de conversa, oficinas no espaço do CRAS, palestras mensalmente etc., com o objetivo de proporcionar para as pessoas as particularidades que permeia o mundo capitalista e o seu impacto nas relações sociais. É buscar por meio da educação, formas de mostrar a realidade social da proteção básica, visando fornecer as precariedades da estrutura dos espaços, as condições precárias dos contratos de trabalho, a disputa entre o Capital x trabalho, e mostrar como o clientelismo e suas práticas estão inseridas e enraizadas na Política de Assistência Social, na realidade do CRAS. O ideário da profissão é a transformação social dos oprimidos via conhecimento e conscientização acerca da opressão cotidiana sofrida pelos mesmos em todos os espaços das políticas sociais, neste trabalho final, na particularidade da proteção social básica.

Avançado as considerações da importância da dimensão pedagógica do Serviço Social na troca de relação com os sujeitos, a autora Conceição (2010) frisa:

A função educativa do assistente social concretiza em todos os espaços ocupacionais. O perfil pedagógico dessa prática advém da intervenção direta desse profissional na maneira de agir e pensar, ou seja, sua ação incide diretamente na formação da cultura. É um elemento constitutivo das relações de hegemonia na

sociedade, pois, juntamente com outros profissionais, contribui para a criação de consensos na sociedade em torno de interesses das classes fundamentais, reforçando a hegemonia vigente ou criando uma contra-hegemonia no cenário da vida social[...] (Conceição, 2010, p. 55).

Dessa forma, através de Conceição (2010), se faz necessário pontuar que a ação profissional dos/as Assistentes Sociais na dimensão pedagógica pode viabilizar tanto para uma manutenção do projeto da classe dominante nos espaços e nas políticas, como também pode viabilizar no processo de diálogo uma formação de consenso que busquem coletivamente uma nova sociedade, ou seja, um projeto contra hegemônico contra a atual exploração do capital nas relações sociais. Por isso, é fundamental o Serviço Social dialogar coletivamente sobre as duas possibilidades nos conselhos e conferências da categoria com o intuito de conscientizar os profissionais da correlação de força presente no espaço da proteção social básica. Um elemento importante que a citação instiga seria através dos espaços de participação social da profissão e da sociedade buscar trabalhar o clientelismo e suas práticas juntamente com outros profissionais, e isso seria uma estratégia de viabilizar informação sobre o clientelismo no CRAS para outros profissionais e instituições. A comunicação com outros profissionais sobre o clientelismo permite uma ação profissional na direção de priorizar os ideários da classe trabalhadora, pois, disseminar informações sobre esse mecanismo assegura uma politização dos sujeitos em uma perspectiva crítica, propositiva e emancipatória. O objetivo é ter sujeitos como reconhecedores de direitos.

Em relação as considerações de Conceição (2010), é necessário o Serviço Social ter uma direção emancipatória para implementar coletivamente essa contra-hegemonia nos espaços. Portanto, atuar no CRAS no desvelamento do clientelismo no processo de trabalho é algo que precisa ter mobilização, organização e estratégias, para que possam ter ações concretas na viabilização do conhecimento aos sujeitos. Os profissionais não podem simplesmente instrumentalizar o conhecimento de qualquer maneira ou forma, por isso, o ato do planejamento no processo de politização se permeia como fundamental para assegurar uma conduta ética do Serviço Social com o objetivo final de repassar democraticamente as informações corretas e de uma linguagem acessível para as famílias referenciadas pela proteção básica, visando sempre ter o entendimento por completo desses sujeitos. Esse planejamento é uma forma de utilizar a dimensão pedagógica da profissão.

A autora Lopes (2017) reforça: “[...]processos educativos observam a necessidade de identificar e trabalhar com recursos que propiciem a elucidação e o conhecimento destas

contradições, para assim transformarem-se em mediações políticas voltadas a uma forma de educação com potencial emancipatório” (Lopes, 2017, p. 68).

Na perspectiva de discorrer da atuação do Serviço Social no enfrentamento às práticas clientelistas no CRAS por meio da dimensão pedagógica é fundamental esses profissionais utilizar a arte para buscar uma consciência social e política dos sujeitos inseridos(as) na dinâmica da Política de Assistência Social, visando promover uma reflexão para os indivíduos se perceber como classe trabalhadora e explorada pelo capital em todos os espaços, o que incluem a proteção social básica e a permanência do clientelismo nesse espaço. Segundo o autor Leonardo Macedo Rodrigues (2023):

A socialização da consciência política de classe e dos direitos sociais podem ser mediadas no trabalho do (a) assistente social, por meio da arte. A arte, compreendida como um instrumento para mediar o trabalho educativo do Serviço Social, a partir de intervenções artísticas, propiciam desencadear reflexões críticas sobre a vida e o cotidiano dos indivíduos ao qual busca-se emancipar. Esses processos críticos e reflexivos sobre a realidade desencadeiam a construção da cultura contra-hegemônica do Serviço Social para com os indivíduos, famílias, comunidades e grupos sociais (Rodrigues, 2023, p. 50).

Assim sendo, Rodrigues (2023) promove uma reflexão que viabiliza a ideia de utilizar a arte no processo de trabalho na proteção básica na perspectiva de ser uma estratégia para conduzir uma conscientização aos sujeitos referenciados na instituição de um modo criativo, propositivo e na formação de pessoas conhecedoras dos serviços, projetos, direitos e políticas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A dimensão pedagógica do Serviço Social é justamente isso, pensar meios de socializar informações de determinado objeto de estudo, nesta particularidade do trabalho, o clientelismo e suas práticas, com o objetivo de promover sujeitos críticos.

Na complementação do poder da arte no processo de trabalho do/a Assistente Social no CRAS, a autora Conceição (2010) acrescenta:

Os filmes, letras de músicas, fotos e outros registros são instrumentos importantes que podem ser utilizados para interpretar o real. O uso de cinema somado aos objetivos interventivos do profissional, pode colaborar para a construção de indivíduos que superem o imediatismo consequente da alienação e se percebam como ser crítico e consciente de sua historicidade[...] (Conceição, 2010, p. 64).

Portanto, em consonância a citação de Conceição (2010), o uso da arte pode diretamente proporcionar sujeitos emancipados na perspectiva de constituir uma sociedade pautada nos princípios do Código de Ética de 1993, ou seja, uma nova sociedade livre de qualquer tipo de discriminação, com autonomia nas relações sociais e tendo a liberdade como

valor central. As várias formas de intervir usando a arte na ação profissional do/a Assistente Social pela dimensão pedagógica dentro do CRAS é essencial no desvelamento das opressões acometidas aos sujeitos da classe trabalhadora nessa sociabilidade capitalista. O Serviço Social reafirma o compromisso com a classe oprimida ao viabilizar meios de mostrar os mecanismos do capital, na particularidade do clientelismo, que os agentes políticos proporcionam na absorção dos votos das pessoas, por meio de serviços, que deveriam ser vistos como direitos na proteção básica, e infelizmente, ainda permeia o favor em algumas ocasiões.

Em síntese, podemos com convicção pensar que a dimensão pedagógica do Serviço Social como fundamental para instrumentalizar os sujeitos em um processo de politização nos espaços, na direção de formar um consenso de uma contra-hegemonia a classe dominante do capital. Os/as Assistentes Sociais podem pela autonomia relativa viabilizar o conhecimento crítico e transformador aos indivíduos referenciados no CRAS. Segundo Moacir Gadotti (2012): “[...] A pedagogia do oprimido é, ao mesmo tempo, uma pedagogia da esperança e uma pedagogia da luta” (Gadotti, 2012, p. 459). Nesse sentido, é pensar e acreditar que a dimensão pedagógica do Serviço Social pode por meio de estratégias, instrumentos, táticas, técnicas e maneiras de agir profissional viabilizar no processo de trabalho no CRAS em uma direção crítica uma socialização de serviços, benefícios, projetos, programas e políticas que estejam diretamente entrelaçados com os sujeitos dessa instituição como seres de direitos. As ações profissionais propositivas na dimensão pedagógica têm a perspectiva de defender os ideários de uma sociedade nova, onde o acesso aos direitos e as políticas sejam efetivados. A atuação desses (as) profissionais pode se permear nas próprias comunidades, sejam através das visitas domiciliares, eventos do CRAS, reuniões nos bairros, divulgação de informações via folder informativo etc., informar os/as usuários/as no território da instituição é uma ação propositiva e emancipatória que essa profissão pode efetivar.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, nas considerações finais, é relevante situar que a construção do trabalho final busca fomentar discussões e reflexões sobre o objeto de estudo que se constituiu em ser: O Serviço Social no enfrentamento das práticas clientelistas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) por meio da dimensão pedagógica. O Objetivo geral foi discutir como as/os Assistentes Sociais por meio da dimensão pedagógica podem enfrentar os instrumentos do clientelismo manuseado pelos agentes políticos na Política de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica. O método deste trabalho foi Materialismo Histórico-dialético de Marx, pois, é essencial fazer uma leitura das relações sociais em uma totalidade inserida na sociabilidade capitalista. A metodologia se propõe por ser uma pesquisa bibliográfica/documental, e uma abordagem qualitativa. Os elementos discutidos em todo trabalho buscam promover uma consciência crítica aos leitores sobre o impacto do clientelismo na sociedade, nessa discussão na particularidade da proteção básica.

Em consonância a respeito da análise dos resultados do trabalho final, podemos apontar as principais reflexões em prol de discutir suas implicações e relevância dentro de uma perspectiva social, política e acadêmica. Essa análise não se constitui como um esgotamento do objeto de estudo, mas, em uma provocação para inquietações de futuras pesquisas. Algumas discussões neste trabalho final, foram: a reflexão da categoria trabalho na visão de Karl Marx; Lutas da classe trabalhadora; política de Assistência Social e Clientelismo; Serviço Social e o Clientelismo, e pôr fim a interlocução acerca das/os Assistentes Sociais e a Dimensão Pedagógica. As reflexões acima se constituem em elementos centrais para compreender toda totalidade do objeto de estudo. As contribuições dessa produção enquanto estudante e futuro assistente social é um compromisso que devemos ter com a sociedade civil na perspectiva de socializar as indagações discutidas durante a graduação em bacharelado em Serviço Social em uma Universidade Pública.

Portanto, em relação às considerações finais, é primordial situar que a categoria trabalho em Karl Marx é o elemento inicial para compreensão do objeto de estudo, pois, irá proporcionar um aprofundamento sobre a sociedade burguesa e suas implicações para as relações sociais e nos espaços. O estudo de Marx sobre a sociedade burguesa mostra as implicações dessa sociedade inserida no capitalismo na direção de termos duas classes antagônicas em disputas de projetos nos espaços das políticas sociais. A classe dominante (Burguesa) são donos dos meios de produção e tem como principal função no capitalismo explorar e expropriar os sujeitos da classe trabalhadora em prol do capital. Por vez, esses

proletários têm a força de trabalho para vender como única mercadoria de sobrevivência em uma sociedade capitalista que impera as desigualdades sociais. Nesse sentido, é necessário pontuar que as/os assistentes sociais sofrem as implicações desse sistema capitalista em todos os espaços de ocupação da profissão. Esses profissionais enfrentam as precarizações nas estruturas dos espaços; serviços limitados; contratos precários etc., e na particularidade da proteção social básica se encontram todas as limitações acima. A partir das contradições das classes antagônicas nas relações sociais no capitalismo, abre-se espaço para as lutas da classe trabalhadora.

Dessa forma, outro elemento no trabalho é as lutas da classe trabalhadora na história em prol de direitos, políticas e serviços que possam promover uma sociedade com maior igualdade e com direitos para aqueles (as) que sofrem as precarizações do capitalismo em todos os âmbitos. As implicações das lutas dos trabalhadores estão entrelaçadas diretamente na construção das políticas sociais e de serviços acessíveis; promulgação da constituição federal de 1988 e os direitos sociais inseridos nesse documento, importante citar a seguridade social como marco de avanço desta constituição. A importância da efervescência dessas lutas mostra um horizonte futuro para todos os indivíduos da classe trabalhadora em prol de pensar em uma sociedade pautada na liberdade, autonomia, direitos universais e em uma sociedade com acesso às políticas sociais com qualidade.

Dessa maneira, retratado sobre as políticas sociais, é necessário refletimos de acordo com as considerações dos autores no trabalho final sobre a interlocução da Política de Assistência Social, Clientelismo e a Formação do País. O Brasil tem uma formação colonial, conservadora, dependente, escravista etc., todos esses elementos possibilitam a inserção do mecanismo do clientelismo nas relações sociais na sociedade, pois, as precarizações dos indivíduos e dos espaços, viabiliza a permanência da política de favor nas políticas sociais. Sendo assim, podemos citar a assistência social como integrante desse jogo de favores que ocorre em nossa sociedade, onde os serviços e direitos em muitas ocasiões se constitui como instrumentos de agentes políticos em trocas de votos para continuação no poder político. A origem da assistência social está imbricada com as práticas clientelistas em sua raiz, e dentro da realidade dessa política, é viável situar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como um espaço que os políticos utilizam para implementar o clientelismo com os/as usuários referenciados (as). A proteção social básica possui características por advento do projeto do capital que permite uma continuidade atualmente dessas práticas de favores, que são: recursos insuficientes (humanos/financeiros); serviços limitados; precarizações na estrutura; contratos fragilizados etc.

Nas reflexões principais e finais do trabalho, é relevante situar a interlocução entre o Serviço Social e o Clientelismo na origem da profissão, onde imperava condutas da profissão em prol da classe dominante e nos valores da igreja católica, como também, em práticas de favor nas ações iniciais da assistência social e presença do primeiro-damismo na direção de concretizar ações fragmentárias e de caráter de ajuda. Essas práticas foram se tornando mais escassas por causa do processo de ruptura da profissão com o conservadorismo por meio do movimento de reconceituação e construção coletiva de documentos jurídicos que pauta uma direção profissional numa perspectiva crítica em prol de viabilizar os direitos e políticas aos usuários/as. Porém, com o projeto do capital a partir de 1990, as práticas clientelistas na realidade social da proteção básica voltam a ser uma preocupação coletiva.

Na finalização dos resultados desse trabalho é fundamental pontuar a atuação das/os assistentes sociais em todos os espaços em prol de viabilizar o acesso dos indivíduos às políticas e aos direitos. Na particularidade desse objeto de estudo, é situar a relevância dessa atuação na dimensão pedagógica na proteção social básica no enfrentamento das práticas clientelistas presentes no cotidiano dessa instituição. O Serviço Social possui documentos jurídicos, dimensões da profissão, orientações e uma formação crítica que possibilitam esses profissionais dentro de sua autonomia relativa viabilizar uma conscientização sobre o clientelismo impregnado na própria categoria e nas relações sociais do CRAS.

É através de uma leitura crítica, criativa, propositiva, interventiva e investigativa, que as/os assistentes sociais podem driblar as limitações das instituições, dos contratos e as opressões do capital em prol de uma sociedade consciente das práticas de patrão/cliente dentro do CRAS, e com isso viabilizar famílias críticas e propositivas nesse espaço na direção de se reconhecerem como indivíduos de direitos.

Na sistematização de conclusão do trabalho, é viável assentar que os objetivos (geral e específicos) propostos na construção da ideia do objeto de estudo foram alcançados com êxito, pois, no decorrer da escrita podemos observar as possibilidades de atuação das/os assistentes sociais na proteção social básica na perspectiva de fazer um enfrentamento das práticas clientelistas. O trabalho também mostra a interlocução entre a política de assistência social e o clientelismo nas relações sociais, e no cotidiano do CRAS. Dessa forma, podemos considerar um alcance da proposta de trabalho. Na perspectiva de aprofundar a temática e os elementos que estão entrelaçados nela, é necessário sugerir que se faça futuras pesquisas. As temáticas que poderá se apresentar nas futuras pesquisas, são: instrumentalizar uma pesquisa em campo na proteção social básica com as/os profissionais e usuários/as com a temática do clientelismo; aprofundamento das precarizações do CRAS e o clientelismo; fazer uma análise

do clientelismo em outras políticas sociais (educação, saúde etc.); uma análise para diferenciar os conceitos de clientelismo e coronelismo nas relações sociais nos espaços de atuação das/os assistentes sociais, pois, é dois conceitos que muitas pessoas confundem, e por fim, uma análise entre a temática clientelismo e os discursos políticos na realidade da Proteção Social Básica.

Na ideia de discorrer da importância do tema, podemos sintetizar que esse trabalho final proporciona uma relevância social, política e acadêmica para a área das Ciências Sociais Aplicadas e demais áreas afins, na consonância de promover uma discussão relevante de uma temática que em muitas ocasiões nos espaços se transcorre em um processo de normalidade. O clientelismo de modo geral, e na particularidade da proteção básica, é um mecanismo que descaracteriza os serviços como direitos, e por isso, é fundamental discutir sobre ele. Outro elemento que mostra a importância da temática seriam a socialização dos elementos presentes no clientelismo para própria categoria do serviço social, pois, essa profissão se insere nesse processo de práticas clientelistas na sociedade e em todos os espaços, por causa do processo de precarização que o capital implementa. Se torna necessário promover uma discussão coletiva com todos os (as) profissionais, na direção de pensar maneiras de lutas por inserção com vínculos duráveis e com direitos assegurados. E por último, para enaltecer a importância desse tema é pontuar que esse trabalho proporcionou o desvelamento do clientelismo como um instrumento político na proteção social básica, ou seja, o trabalho evidenciou em discussão uma temática que se constitui diariamente nas relações sociais do CRAS e que impacta fortemente na direção das pessoas reconhecerem os serviços da proteção básica como favores e não como direitos.

Por fim, as considerações sobre as limitações do objeto de estudo neste trabalho final se constituíram na dificuldade de encontrar referências bibliográficas que interligassem diretamente o mecanismo do clientelismo com a proteção social básica. Desse modo, se torna essencial a produção de mais trabalhos com essa interlocução diretamente na perspectiva de facilitar futuras pesquisas. Um elemento que não foi explorado, mas, iria contribuir para um maior detalhamento desse trabalho é uma pesquisa em campo, pois, teria as contribuições das/os profissionais ou usuários/as acerca do clientelismo.

REFERÊNCIAS

10 ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 17 ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL ISSN 2175-098X., 27 A 29 de agosto de 2024, Vitória (ES, Brasil). **Anais**[...] Vitória-ES: Eixo: Análise, Avaliação e Financiamento das Políticas Públicas, 27 a 29 de agosto, 2024. Tema: O desmonte da Seguridade Social na contemporaneidade: Breves reflexões acerca da ofensiva neoliberal sobre os direitos sociais. SANTOS, J.L.N DOS; SILVA, V.F.L DA.

16 ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL., 2 A 7 de Dezembro de 2018, Vitória-ES. **Anais** [...] Vitória-ES: Em tempos de radicalização do capital, lutas e resistência e serviço social, 2 a 7 de Dezembro de 2018. Tema: A política de assistência social e o sistema único de assistência social (SUAS): Processo de construção e de desmonte. SILVA, M.O.S E.

18 ENPESS- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL., 10 A 14 de Dezembro de 2024 ISSN 2965-2499., **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**. [...] CEARÁ: Eixo temático: Política Social e Serviço Social. Sub-eixo: Seguridade Social- Políticas de Saúde, Políticas de Previdência, Políticas de Assistência Social. Tema: O primeiro-damismo e a formação social brasileira: elementos para pensar sobre o clientelismo e o favor na assistência social. MEDEIROS, M.S.S DE.

6 ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 13 ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL., 4 A 7 de Junho de 2018, Vitória (ES-Brasil). **Anais** [...] Vitória-ES: Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, 4 a 7 de junho, 2018. Tema: O desmonte da assistência social em Porto Alegre e o desenvolvimento de ações profissionais educativas e político-organizativas na proteção social básica do SUAS. ARAÚJO, R.S; CLOSS, T.T; BALDINI, C.

9 ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E 16 ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL ISSN 2175-098X., 13 A 15 de Junho de 2023, Vitória (ES, Brasil). **Anais**[...] Vitória: Eixo: A política Social na crise Sanitária Revelando outras crises, 13 a 15 de Junho, 2023. Tema: O desfinanciamento da Política de Assistência Social no (des) governo Bolsonaro. SOBRINHO, J.I DE L; VEIGA, G DA.

ARAGÃO, M.R.S; HORA, M.M.C.C. O desmonte do “SUAS” e os seus impactos na execução da política de assistência social no Brasil. **Ideias e Inovação**/Aracaju/v.5/N.2/p,123-132/Setembro,2019.

Anais de 16º Encontro Nacional de pesquisadores em Serviço Social, 2 a 7 de Dezembro de 2018, UFES, Vitória/ES. (**Anais**) [...] Vitória/ES: Sessão temática: Política Social e Serviço Social, 2 a 7 de Dezembro, 2018. Tema: Serviços, Programas, Projetos e Benefícios desenvolvidos nos Cras, Creas e Centros Pop: Capacidade de atendimento, conhecimento, acesso pelos usuários e qualidade. CARNEIRO, A.M.F.

BEHRING, E.R. Ofensiva ultraneoliberal no capitalismo em crise no Brasil e no mundo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.23, n.1, p.10-22, jan. /jun., 2023. ISSN 1980-8518.

BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. Cortez Editora, 9ª edição, 2011.

BOOK [8 Conferência Nacional de Saúde de 1986]. Vídeo (29:08). Publicado pelo canal Vídeo Saúde Distribuidora da Fiocruz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f95dOJ82QWE> . Acesso em: 28 de Abril, 2025.

BOOK [Diretas Já- O grito das ruas/Documentário completo] Vídeo (46:24). Publicado pelo canal Rede TVT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ECIqBpO12JA> . Acesso em: 16 de Abril, 2025.

BOOK [Documentário/ carta aos brasileiros – Gofredo da Silva Telles Junior]. Vídeo (55:30). Publicado pelo canal TV cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OgpNKxg3Rks&t=1590s> . Acesso em: 10 de Abril, 2025.

BOOK [Mauá: O imperador e o rei/ direção: Sérgio Rezende (1999) / Filme Completo]. Vídeo (2:12:54). Publicado pelo canal Cristovão Bastos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f3YVICTtY50&t=8033s> . Acesso em: 25 de Abril, 2025.

BOOK [Memórias de 1988- o discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da constituição] vídeo (32:44). Publicado pelo canal correio do povo play. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ny2zblYGD9U&t=1013s> . Acesso em: 23 de Abril, 2025.

BOSCARI, M; SILVA, F.N DA. A trajetória da Assistência Social até se efetivar como política social pública. **RIES**, ISSN 2238-832X, Caçador, v.4, n.1, p.108-127, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: Conquistas e Limites à sua efetivação. **Direitos Sociais e Competências Profissionais**, 2009.

BRAGA, I. A. A política de assistência social e o sistema único de assistência social: contribuições no debate. Vitória-ES: **Anais do 16 encontro nacional de pesquisadores em serviço social**, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 15 de Abril, 2025.

Brasil. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília.

Brasil. **Lei N 8.742, de 07 de Dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1986.

Brasil. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2014**. Secretária Nacional de Assistência Social. Brasília, 2014.

CARNEIRO, A.M.F; ARAÚJO, C.C; ARAÚJO, M. DO S.S DE. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. **SER SOCIAL**. Trinta anos de constituição federal. Brasília, v.21, n.44, janeiro a junho de 2019.

COSTA, R.G de; RAFAEL, J.C. Questão Social e sua Particularidade no Brasil: Imbricação entre Patriarcado-Racismo-Capitalismo.

CARTA CAPITAL. “**Constituinte 1987-1988 (2012), de Cleonildo Cruz-Filme Completo**. 8 de Outubro de 2018.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, DF: CFESS, 2011. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

CONCEIÇÃO, D.G DA. O serviço social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serv.Soc.Soc.**, Londrina, v.12, n.2, p.51-67, Jan./Jun., 2010.

Confederação Nacional de Municípios. **Prorrogado Prazo para desvinculação das receitas**. Disponível em: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/prorrogado-prazo-para-desvinculacao-das-receitas>. Agência CNM de notícias,2024.

CORREIO DO POVO PLAY. **Memórias de 1988 - O discurso de Ulysses Guimarães na promulgação da Constituição**. Youtube, 29 de set. De 2023. 32 min44seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ny2zblYGD9U>. Acesso em: 17 de mai. De 2025.

Crônica das Arcadas. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 92, p. 599–612, 1997. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67386>.. Acesso em: 17 maio. 2025.

DURIGUETTO, M.L; BALDI, L.A de P. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **R.Katál**, Florianópolis, v.15, n.2, p.193-202, jul. /Dez, 2012.

EDUARDO, G.N; SILVA, H. T de L. Questão Social, Política Social e Neodesenvolvimento: notas críticas. **Revista Emancipação**,2014.

FARIAS, F.P DE. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, 15, p.49-55, nov, 2000.

FILHO, A.S. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo v.3, n.4**, jan/jun 2015.

FARIAS, Tarcísio Fagner Aleixo. **O conceito de trabalho nos manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx. 2010**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2010.

FERREIRA, G.C. **Raça e Nação na origem da política social brasileira: união e resistência dos trabalhadores negros**. Rio de Janeiro,2020.

FERREIRA, J de M. **A prática do Serviço Social: Uma percepção dos usuários do centro de referência de Assistência Social (CRAS) da Ramadinha I em Campina Grande/PB**.

Trabalho de Conclusão do Curso na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB- Campina Grande/PB,2011.

FIUZA, S. C.R; COSTA, L.C DA. O direito à assistência social: o desafio de superar as práticas clientelistas. **Serv.Soc.Rev.**, Londrina, v.17, n.2, p.64-90, Jan./Jun., 2015.

GADOTTI, M. Por que continuar lendo pedagogia do oprimido? **R.Pol.Públ.**, São Luís, v.16, n.2, p.459-461, Jul./Dez, 2012.

GLÓRIA, M.G.D. VINI, R da S. A prática do/a Assistente Social nos CRAS: Contradições e Desafios emergentes no contexto atual. **UFES- Vitória-ES: ENPESS- Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 2 a 7 de Dezembro de 2018.

GONÇALVES, T.C. Trabalho, Serviço Social e o Papel Educativo da profissão. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n.32, jul. /Dez,2016.

GRANEMANN, PR.DR.S. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência. **Serv.Soc.Rev.**, Londrina, v.19, n.1, p.171-184, jul. /Dez, 2016.

IAMAMOTO, M.V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. São Paulo: **Serviço Social e Sociedade**, 2017.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 13.ed.- São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS,2000. p. 29-155.

JACINTO, A.G. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **R. Katál.** Florianópolis, v.20, n.1, p, 84-92, jan. / abr., 2017.

JUNIOR, O.G.A; SALVADOR, E. DA S.**Finanças, Fundo Público e Financiamento da seguridade social no Brasil**. R.Katál., Florianópolis,2015.

KOGA, D. **A Política de Assistência Social no Brasil: a Assistência Social como política de proteção social**. 2006.

LENARDÃO, E. Gênese do clientelismo na organização política brasileira. **Lutas Sociais**,2004.

LEWGOY, A. M. B. **Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional**. XI encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS): São Luís (MA), 2008.

LOPES, I.C.C. A mediação da arte no trabalho educativo do serviço social para a emancipação humana. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n.33, jan/jun.2017.

MANDU, J.A.M. AZEVEDO, N.L DE. Financiamento da política de assistência social: breve análise do desmonte dessa política de 2016 a 2023. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v.147(2), e-6628375, 2024.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã. [Introdução de Jacob Gorender]: tradução Luís Cláudio de Castro e Costa.** – São Paulo: Martins Fontes, 1998, - (Clássicos).

MICHELATO, L.H. Nepotismo e primeiro-damismo: “ raízes podres” a serem combatidas. **Kiri-Kerê: Pesquisa em Ensino**, n.18, julho,2024.

Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social-NOB/SUAS.** Brasília, DF:2005.

MOTA, A.E. Cultura da crise e seguridade social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 4.ed. **Cortez:** São Paulo,2008.

MOTA, A.E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serv.Soc.Soc.**, São Paulo, n.120, p.694-705, out. /Dez,2014.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Brasileira: **desenvolvimento histórico e tendências recentes.** Serviço Social: formação e trabalho profissional.

MOURA, J; MELO, F. Manifesto do partido comunista. **Editorial Avante, 2 edição.** Lisboa, 1997.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução Crítica.** 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.- (Biblioteca básica de serviço social; v.1).

NEVES, A.V. Controles democráticos, participação e clientelismo: as dificuldades da representação da sociedade civil no conselho de Assistência Social. **R.Pol.Públ.**, São Luís, v.16, n.1, p.213-222, Jan./Jun, 2012.

OLIVEIRA, C. R DE; OLIVEIRA, R.C DE. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. **Serv.Soc.Soc.**, São Paulo, n.105, p.5-29, jan/mar,2011.

OLIVEIRA, T DE; ALVES, I.G. Legião brasileira de assistência e políticas sociais: primeiro-damismo, gênero e assistência social. **Boletim Historiar**, vol.07, n.02, Mai. /Ago. p.16-32, 2020.

Orientações Técnicas: Centro de referência de Assistência Social-CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome-1.ed. Brasília,2009.

ORLANDELI, R.C.S. Constituição Federal de 1988: Um divisor de águas. **Revistas Linhas Jurídicas (UNIFEV)**, V.5, N.7, p.52-70, nov,2013.

POTRICH, M. Clientelismo e Assistencialismo: a tradição da assistência social no brasil. **Revista Vernáculo** n. 48- segundo semestre/2021. ISSN 2317-4021.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.170, p.420-437, Jul./Set, 2011.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do Assistente Social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serv.Soc.Soc.**, São Paulo, N.116.p.609-635, out. /dez.2013.

RANIERI, Jesus. Manuscritos Econômico-Filosóficos. **Boitempo Editorial**. São Paulo, 2004.

ROCHA, E. A constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. **20 Anos da constituição Cidadã: Avaliação e desafio da seguridade social**, 2018.

RODRIGUES, L.M. **A dimensão pedagógica do serviço social: perspectivas profissionais para a emancipação da classe subalterna**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Pampa (Serviço Social), São Borja, 2023.

SALVADOR, E DA S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serv.Soc. Soc.**, São Paulo, n.130, p.426-446, set. /Dez, 2017.

SALVADOR, E. Fundo Público e seguridade social no Brasil.- São Paulo: **Cortez**, 2010. p.117-171.

SALVADOR, E. O controle democrático no financiamento e gestão do orçamento da seguridade social no Brasil. **Textos e Contextos** (Porto Alegre), v.11, n.1, p.40-51, jan. /Jul. 2012.

Siga Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>. Acesso em: 10 de Abril de 2025.

SILVA, A.I da; VIEIRA, C.B; LIMA, M.J. de O. Serviço Social e Trabalho Profissional: A dimensão educativa do trabalho social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v.n.1, 2016.

SILVA, E.F de O.R. **A dimensão educativa no trabalho do assistente social na proteção social básica na perspectiva da cidadania**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Franca, 2019.

SILVA, M., DA; SOUZA, A.P.T DEO. Política de assistência social no Brasil: desafios e reveses em contexto do Ultraneoliberalismo e Ultraconservadorismo. **XVII ENPESS**, 14 a 17 de Dezembro, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, P. DA S. **As condições de trabalho no exercício profissional do assistente social no centro de referência de assistência social (CRAS) de São José da Mata, Campina Grande/PB**. Conclusão de Curso em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2012.

SILVA, S.I.V. **A atuação do profissional de Serviço Social no Centro de referência de Assistência Social (CRAS) no município de Remígio-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB- Campina Grande/PB, 2016.

Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Brasília, 2009.

SOUZA, O.M de; DOMINGUES, A. Emancipação política e Humana em Marx: alguns apontamentos. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**. Número 04/Dezembro, 2012.

STRECK, D.R. Uma pedagogia do movimento: Os movimentos sociais na obra de Paulo Freire. **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v.18, n.36, p.165-177, jan. /abr., 2009.

TOBALDINI, Renata Teixeira de Castro. **A desvinculação de recursos da União –DRU e o financiamento da Seguridade Social Brasileira.** Universidade Estadual de Londrina, 2012.

VELIQ, F. A concepção de homem na obra a ideologia alemã de Marx e Engels. **Sapere aude.** Belo Horizonte, Jan/Jun., 2020.

WIEDERKEHR, A.S. **Coronelismo, Clientelismo e Política Local: Um debate sobre o conceito do clientelismo na política local e sua relação com um passado coronelista.** 2017. Relatório final - (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

XVI- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL-ENPESS., 2 A 7 de Dezembro de 2018, Vitória-ES. **UFES**[...] Vitória-ES: Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades. Sub-Eixo: Relações patriarcais de gênero e Raça. Tema: Formação Sócio Histórica Econômica Brasileira e Patriarcado. SILVA, A.O DA.